



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

**ALLAN CAMILO GOMES**

**CARIJÓ E ALMEIDA: AS “MEMÓRIAS DE UM SARGENTO  
DE MILÍCIAS” À LUZ DO IDEAL CIVILIZATÓRIO DA  
“PACOTILHA”**

**CAMPINAS**

**2017**

**ALLAN CAMILO GOMES**

**CARIJÓ E ALMEIDA: AS “MEMÓRIAS DE UM SARGENTO DE MILÍCIAS” À LUZ DO IDEAL CIVILIZATÓRIO DA “PACOTILHA”**

**Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Teoria e História Literária, na área de História e Historiografia Literária.**

**Orientador: Prof. Dr. Jefferson Cano**

**Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação defendida pelo aluno Allan Camilo Gomes e orientada pelo Prof. Dr. Jefferson Cano.**

**CAMPINAS**

**2017**

**Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s):** Não se aplica.

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem  
Crisllene Queiroz Custódio - CRB 8/8624

G585c Gomes, Allan Camilo, 1991-  
Carijó e Almeida : as "Memórias de um sargento de milícias" à luz do ideal civilizatório da "Pacotilha" / Allan Camilo Gomes. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Jefferson Cano.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Almeida, Manuel Antonio de, 1831-1861. Memórias de um sargento de milícias - Crítica e interpretação. 2. Correio Mercantil (Jornal). Pacotilha. 3. Ficção brasileira - História e crítica. 4. Jornais brasileiros - Séc. XIX. 5. Escritores e leitores. 6. Etiqueta - Brasil - Séc. XIX. 7. Brasil - Usos e costumes - Séc. XIX. I. Cano, Jefferson, 1970-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

#### Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** Carijó and Almeida : the "Memoirs of a militia sergeant" in the light of the civilizing ideal of "Trumpery"

**Palavras-chave em inglês:**

Almeida, Manuel Antonio de, 1831-1861. Memórias de um sargento de milícias - Criticism and interpretation

Correio Mercantil (Journal). Pacotilha

Brazilian fiction - History and criticism

Brazilian newspapers - 19th century

Authors and readers

Etiquette - Brazil - 19th century

Brazil - Social life and customs - 19th century

**Área de concentração:** História e Historiografia Literária

**Titulação:** Mestre em Teoria e História Literária

**Banca examinadora:**

Jefferson Cano [Orientador]

Artur José Renda Vitorino

Mário Luiz Frungillo

**Data de defesa:** 22-02-2017

**Programa de Pós-Graduação:** Teoria e História Literária

BANCA EXAMINADORA:

Jefferson Cano

Artur José Renda Vitorino

Mário Luiz Frungillo

Marcos Aparecido Lopes

Rodrigo Camargo de Godoi

IEL/UNICAMP  
2017

**Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no processo de vida acadêmica do aluno.**

## DEDICATÓRIA

Na vida de um ser humano que aprecia literatura, todo ciclo narrativo compõe uma saga, cada objetivo revela uma jornada. A jornada do mestrado foi mais longa e custosa do que havia imaginado, mas em igual medida prazerosa. Para que o título fosse obtido e este trabalho viesse à luz dos dias acadêmicos, minha saga não se passou desacompanhada. Aos companheiros de aventura pessoal e acadêmica, seguem meus agradecimentos.

Ao Senhor Deus Todo-Poderoso. A Ele, sempre o primeiro lugar.

A Terezinha Simões, mulher maravilhosa, exemplo de integridade, mãe amada.

A Floriano da Silva, homem generoso, pai amado.

A Mariana Carmo, mulher incrível, apoio constante, companheira amada.

A Sueli Soriano, mentora fabulosa, amiga amada.

A Jefferson Cano, orientador paciente que me deu exemplos de vida e profissionalismo valiosos. Um verdadeiro mestre.

A Artur Vitorino, que concebeu a ideia que se tornaria esta dissertação, adubando a semente com problematizações fundamentais.

A Mário Frungillo, cujos conselhos no momento de qualificação realçaram o prazer desta composição.

A todos vocês, minha profunda gratidão.

## RESUMO

O romance *Memórias de um sargento de milícias*, de autoria de Manuel Antônio de Almeida, foi publicado em meados do século XIX em uma seção chamada “Pacotilha”, que por sua vez, fazia parte do jornal liberal *Correio Mercantil*. Este trabalho pretende demonstrar como as *Memórias* mimetizavam elementos publicados na seção, compondo assim um equivalente literário daquilo que era escrito como notícias e opiniões. Ambos, romance e seção, possuíam um caráter discursivo que intencionava civilizar os leitores, considerando-se que o termo “civilizar” estava muito próximo da ideia de bons costumes e polidez, naquele momento. Compreender que o romance não exaltava o Brasil e não tinha qualquer pretensão de descrever uma brasilidade obriga-nos a compreender, também, equívocos cometidos por estudos anteriores a este, que enxergaram nas *Memórias* um romance nacionalista.

**Palavras-chave:** *Memórias de um sargento de milícias*; “Pacotilha”; *Correio Mercantil*; ideal civilizatório; civilização; polidez; nacionalismo.

## ABSTRACT

The novel *Memoirs of a militia sergeant*, written by Manuel Antônio de Almeida, was published in the mid-nineteenth century in a section called "Trumpery", a section that was part of the liberal newspaper *Correio Mercantil*. This work intends to demonstrate how the *Memoirs* also reproduced published elements from the section, thereby composing a literary equivalent of Trumpery's news and opinions. Both, novel and section, had a discursive character intended to civilize readers, considering that the term "civilizing" was very close to the idea of good manners and politeness, at that period. To understand that the novel did not exalt Brazil and had no pretension to describe the "brasilian manners" also compels us to understand mistakes committed by previous studies, which saw in *Memoirs* a nationalist novel.

**Keywords:** *Memoirs of a militia sergeant*; "Trumpery"; *Correio Mercantil*; civilizing ideal; civilization; politeness; nationalism.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 – O IDEAL CIVILIZATÓRIO DA “PACOTILHA” .....	21
1.1 – Liberalismo e imprensa: o <i>Correio Mercantil</i> .....	21
1.2 – A civilização pelos olhos do Carijó.....	25
CAPÍTULO 2 – DESORDEM NA CAPITAL.....	33
2.1 – Brigas, intrigas e travessuras.....	33
2.2 – Vadios, capoeiras e a ação dos recrutadores.....	42
2.3 – O mau exemplo eclesiástico.....	46
2.4 – Desordem e vadiagem no universo das <i>Memórias</i> .....	48
2.5 – O major e o vadio .....	53
2.6 – Religião predominante, religiosidade fajuta .....	55
CAPÍTULO 3 - ENGAJAMENTO DE UM, OMISSÃO DE OUTRO .....	59
3.1 – Da escravidão e dos maus-tratos aos negros.....	59
3.2 – Os escravos figurantes .....	67
CAPÍTULO 4 – AMEAÇA PORTUGUESA EM TERRAS BRASÍLICAS .....	70
4.1 – Lusofobia para que te quero .....	70
4.2 – A imagem dos portugueses nas <i>Memórias de um sargento de milícias</i> .....	73
CAPÍTULO 5 – O DISCURSO DO ALMEIDA .....	79
5.1 – Leonardo: o fruto apodrecido dos maus costumes .....	79
5.2 – Do tempo do rei ao tempo do Almeida.....	82
5.3 – Riso que critica, estilo que subverte .....	85
CONCLUSÃO.....	91
BIBLIOGRAFIA .....	98

## INTRODUÇÃO

Aqueles que se propuserem estudar o peculiar e único romance de Manuel Antônio de Almeida notarão que a primeira oração dessa renomada história se assemelha às entradas dos contos de fadas: “era no tempo do rei”<sup>1</sup>. Embora seu autor intente evocar tempos idos – não tão distantes para si –, é notável, nas *Memórias de um sargento de milícias*, que vários elementos característicos desse passado existissem também no período em que a obra era composta. Para visualizar esses paralelos, não precisamos ir longe de sua publicação original. A seção do jornal *Correio Mercantil* na qual o romance fora publicado oferece elementos dos mais diversos para um cotejo, bem como para o propósito central desta dissertação, que é demonstrar como *Memórias de um sargento de milícias* propunha um ideal civilizatório para a capital do Brasil oitocentista.

Entre 1848 e 1868, circulou na cidade do Rio de Janeiro o jornal *Correio Mercantil*, ligado ao Partido Liberal<sup>2</sup> e principal concorrente do conservador *Jornal do Commercio*. Entre as muitas publicações do *Correio*, especificamente de 1851 a 1854, foi impressa uma seção que se distinguia do restante do jornal, de nome “Pacotilha”. Utilizando-se de poesias, cartas, redações, denúncias, charadas e artigos – chamando a tudo isto “enfardamentos” –, a seção transmitia notícias, sempre comentadas por seus redatores. Embora pareça haver mais de um redator da seção, quem recebia os méritos era somente o redator-chefe, que se fazia conhecer pelo pseudônimo Carijó. Dentre os colaboradores de Carijó, mencionam-se um Antônio e um Gregório, mas se eram pseudônimos ou nomes verdadeiros, não podemos afirmar. Fala-se também de um “sr. Manoel”<sup>3</sup>, que não se sabe se foi ou não o próprio Manuel Antônio de Almeida. A própria identidade de Carijó parece ser um mistério para nossa época.

Os alvos de seus escritos eram muito variados e a “Pacotilha” não se inibia diante das altas classes sociais. Podiam ser próximos ao Imperador Pedro II, gente das câmaras políticas e gabinetes governamentais, ou mesmo cidadãos comuns e mais pobres; tudo o que precisavam para ser delatados na “Pacotilha” era macular os costumes idealizados na concepção de civilização da seção. Ali instaurou-se uma subseção chamada “Escritório da Pacotilha”, destinada a dar conselhos para a correção de costumes no Rio de Janeiro, geralmente a pedido dos leitores. Eram ordens diretas, como “faça uma circular àqueles gatos

<sup>1</sup> *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, 27 de junho de 1852, p. 1.

<sup>2</sup> JAROUCHE, Mustafa Mamede. “Galhofas sem melancolia: as *Memórias* num mundo de luzias e saquaremas”. In: *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000. p. 13.

<sup>3</sup> *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, 23 e 24 de fevereiro de 1851, p. 2. [Note o leitor que algumas edições recebiam duas datas, pois uma única edição servia, às vezes, a dois dias da semana.]

caçadores de bandejas do baile [...] que é muito feio andarem avançando aos sorvetes e doces com tamanha fúria e desespero, pois parecem esfomeados”<sup>4</sup>. Não obstante, o “Escritório” também podia ser usado para reclamações, sugestões ou elogios (estes, mais raros) como “à diretoria, apresente minhas congratulações pelo brilhantismo da reunião, em grande parte devido aos seus desvelos, atividade e bom gosto”<sup>5</sup>.

Carijó era um redator bastante sarcástico, embora tentasse manter, na maior parte do tempo, uma forma polida de se dirigir aos leitores, mesmo àqueles criticados. Por trás de descrições políticas, análises de bailes e festejos, notícias rotineiras e poemas dos leitores, havia um homem preocupado com o comportamento social, com o bom rumo da cidade e do país. Essa preocupação, estabelecida por normas de bem portar-se que perpassavam o discurso do redator, é o que consideramos seu ideal civilizatório. Não se tratava de uma ideia de civilização estereotipada ou regrada de forma generalista, mas concebida a partir de uma conceitualização própria à época, aliada a uma mentalidade liberal. Era o ideal civilizatório, entendido como uma grande mudança comportamental, na qual a polidez e os bons costumes fossem a tônica social.

Carijó, como mostraremos, categorizava algumas atitudes como incivildades, o que nos permitiu observar que civilidade era, para ele, o bom comportamento que conduzia ao avanço da civilização. Carijó almejava uma cidade – e por consequência, um país – onde as pessoas se portassem adequadamente. Tal “adequar-se” não era desprovido de uma mentalidade dotada de um tipo específico de entendimento acerca do verbo “civilizar”.

Antes de conduzirmos o leitor ao que pretendemos defender neste trabalho, faz-se necessária breve descrição de algumas produções que não apenas trataram do romance, mas que contribuíram fundamentalmente para que *Memórias de um sargento de milícias* se tornasse, hoje, uma obra entendida com maior profundidade.

O romance suscitou vasto debate. Apesar das indicações de fracasso diante da crítica – à época de seu lançamento – e das visões pessimistas a respeito de sua qualidade, atualmente a obra é respeitada e bem qualificada entre o cânone de produções nacionais. Sua respeitabilidade parece ter como ponto de partida o artigo de José Veríssimo, *Um velho romance brasileiro*<sup>6</sup>, apesar dos muitos defeitos que o autor lhe aponta. O artigo de Veríssimo teria surgido, de acordo com o próprio, de uma vontade não realizada de escrever um livro tratando de romances e romancistas nacionais, tentando “surpreender na obra dos nossos

<sup>4</sup> *Idem*, 20 e 21 de julho de 1851, p. 3.

<sup>5</sup> *Ibidem*.

<sup>6</sup> VERÍSSIMO, José. “Um velho romance brasileiro”. In: M. A. de Almeida. **Memórias de um sargento de milícias**. Ed. Cecília de Lara. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1978. p. 291–302.

novelistas como que a palpitação da vida brasileira”, comparando as produções com o tipo clássico e revelando “os vários exemplares desse produto histórico, etnológico e social que se chama o Brasileiro”<sup>7</sup>. Ao desistir de tal estudo, Veríssimo teria se concentrado em um único romance dentre os nacionais, “um dos que dariam uma mais forte impressão de nacionalismo”, *Memórias de um sargento de milícias*. Não obstante, declara que tal obra jamais poderia ser classificada como “obra-prima”, pois “uma obra somente desse qualificativo é benemérita quando se realiza, tanto quanto possível à nossa obra humana, o tipo comum da perfeição”. A psicologia dos personagens teria sido pouco explorada e seu principal defeito seria que “a forma que não é nem artística nem bela, que não tem rebuscadas elegâncias do estilo”, sendo “um espontâneo, como os primitivos”<sup>8</sup>.

Embora Veríssimo acreditasse que “para ser um dos mais belos da nossa literatura só lhe falta ser bem escrito”, ressaltava que a importância fundamental do romance era ser “um dos mais característicos da nossa literatura, um dos mais nacionais que tenhamos, um dos que menos intencional e mais naturalmente nos dão aquela impressão de nacionalismo”. Almeida haveria tentado retratar a vida e a sociedade brasileiras de uma dada época, cujos aspectos resistiam cinquenta anos depois<sup>9</sup>, evidenciando um nacionalismo sem artificialidades, sem estudos intencionais, mas puro, ingênuo e simples, criando uma obra nacional por excelência. Muito provavelmente, foi essa descrição feita pelo crítico literário que colocou as *Memórias* no patamar de obras essenciais para aquilo que muitos quiseram entender como a “compreensão do ser brasileiro”.

Em 1941, Mário de Andrade publicaria uma introdução para a nova edição das *Memórias*. Esse texto<sup>10</sup> divergia daquele escrito por Veríssimo e tentava enquadrar a obra de Manuel Antônio de Almeida em outra classificação literária. No primeiro parágrafo, Mário de Andrade definia Leonardo como um pícaro, tipo de personagem criado nas letras espanholas. Após algumas páginas descrevendo a infância, a formação e o início da carreira de Almeida – e relacionando tudo aos personagens da trama –, Mário passava a uma análise mais direta de seu objeto, discutindo questões como a origem do fado (muito presente na trama) e mencionando a ausência de negros na narrativa<sup>11</sup>. A importância das *Memórias*, para ele, residia na força da documentação de costumes feita por Almeida.

---

<sup>7</sup> *Idem*, p. 291.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 294 – 295.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 296.

<sup>10</sup> ANDRADE, Mário de. “Introdução”. In: M. A. de Almeida. **Memórias de um sargento de milícias**. Ed. Cecília de Lara. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1978. p. 303-315.

<sup>11</sup> *Idem*, p. 308.

Mário concordava que eram mal escritas essas *Memórias*, mas apenas no âmbito gramatical, dado que ali residiam “sátira psicológica e força verbal” insuperáveis. Nisso, o autor também divergia de Veríssimo. Enquanto este não enxergava qualquer psicologia no romance, Mário ressaltava “a clareza de definição humorística das psicologias” em um vigor que “se estende também às descrições dos seres, todos excelentes”. Outra resposta a Veríssimo vinha no trecho:

É aleive tradicional atirado sobre o artista, que ele escrevia mal. [...] Era sim um desleixado de linguagem, mas nem por isso deixava de ser um vigoroso estilista. Seu vocabulário é variadíssimo e coerente, e o livro nos dá colheita farta de brasileirismos, prolóquios, modismos, ditos e frases-feitas<sup>12</sup>.

Ponto de discordância entre os autores também seria a qualificação do romance. Mário de Andrade afirma que não se encaixava nem no realismo, nem no naturalismo, sendo antes “um desses livros que de vez em quando aparecem mesmo, por assim dizer, à margem das literaturas”, cujos autores seriam movidos por um “reacionarismo temperamental que os põe contra a retórica de seu tempo e antes de mais nada contra a vida tal como é, que eles gozam a valer”, lançando mão do cômico, do humor, do sarcasmo, observando o grotesco e o caricato<sup>13</sup>. Define, ainda, as *Memórias* como um “romance de aventuras que se contam por capítulos”, envoltos pelo espírito do romance picaresco espanhol, e termina seu texto apontando uma suposta aristocratização de Almeida, que teria encontrado na massa pobre um alvo de escárnio, sem intenção moral ou necessidade de valorizar as classes baixas<sup>14</sup>.

Darcy Damasceno, por sua vez, resolveu estudar as *Memórias* do ponto de vista da filologia, buscando aquilo que denominou “afetividade linguística” da obra<sup>15</sup>. Ainda que a considerasse portadora de “lugar definitivo no quadro da literatura brasileira”, Damasceno alegaria que lhe faltava “a penetração social mais profunda, o retalhamento sucessivo, o desdobramento de planos e aspectos que delas possam dar a visão total a par da pormenorizada”<sup>16</sup>. O autor se embrenha pela área da linguagem, realizando análises linguísticas sobre a função capitular e os coloquialismos do romance, a fim de legitimar a centralidade de sua ideia “pela tessitura linguística que materializa, também antes de mais

---

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 310-311.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 312-313.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 314-315.

<sup>15</sup> DAMASCENO, Darcy. “Afetividade linguística nas *Memórias de um sargento de milícias*”. In: **Revista Brasileira de Filologia**, vol. 2, tomo II, Rio de Janeiro, 1956. p. 155 – 177.

<sup>16</sup> *Idem*, p. 155.

nada, valores estéticos”<sup>17</sup>. Damasceno descarta a ideia de que a trama pudesse ser caracterizada como picaresca ou histórica. Preferia conferir “o rótulo de *romance de costumes*, isto num sentido restrito”, o que explica o cerne da análise de Damasceno: por ser romance de costumes, ficavam explicados o espelhamento dos hábitos linguísticos e a reprodução de “procedimentos expressivos de comunidade e indivíduo, em determinada época”<sup>18</sup>.

Os personagens, portanto, subordinavam à necessidade do intercâmbio humano um instrumento verbal comum, “que leva o sujeito falante a pautar-se pelo uso coletivo e alijar de sua atividade linguística todo elemento capaz de retardar sua comunicação”<sup>19</sup>. Isso explicaria as “estereotipias sintáticas” da composição do romance. Essa “‘linguagem chã’, levantada contra os ‘trejeitos da retórica’” é o que destacaria, para Damasceno, o romance em relação aos demais. “O maior mérito das *Memórias* é ser um livro onde o descoramento formal se fez traço estilístico”, onde o humor e certa improvisação geraram circunstâncias para que uma “roupagem verbal” se apresentasse o máximo possível popular<sup>20</sup>.

Em 1970, discutindo diretamente o ensaio de Mário de Andrade, é publicada a *Dialética da malandragem*<sup>21</sup> de Antonio Candido, ensaio mais cultuado e referido quando se fala nas *Memórias*. O texto começa com balanço bibliográfico, no qual se refere a Veríssimo, Andrade e Darcy Damasceno, seguindo uma introdução do que seria uma crítica complexa e intrincada. O primeiro passo do autor foi tentar retirar da obra de Manuel Antônio a classificação picaresca concernida por Mário de Andrade. Características básicas do romance picaresco, como a narração em primeira pessoa, a transformação em pícaro ao longo da vida, a passagem por diversas cidades, a aprendizagem advinda da experiência de vida, a condição servil, dentre outros itens, seriam incompatíveis com as características das *Memórias*. “Leonardo, bem abrigado pelo padrinho, nasce malandro feito, como se se tratasse de uma qualidade essencial”<sup>22</sup>.

Definindo a obra como romance malandro, Candido passa a definir as propriedades dessa figura folclórica, cômica e popularesca, semelhante à figura do *trickster*. Essa figura tornava os romances onde se apresentava, sob qualquer forma – divina, animal ou humana –,

---

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 156.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 158.

<sup>19</sup> *Ibidem*.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 159.

<sup>21</sup> CANDIDO, Antonio. “Dialética da malandragem: caracterização das *Memórias de um sargento de milícias*”. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, nº 8, São Paulo: USP, 1970. p. 115 – 148.

<sup>22</sup> *Idem*, p. 118.

romances atemporais, envoltos em um aspecto de fábula que ultrapassava o datado<sup>23</sup>. Nesse aspecto atemporal, o autor concorda com Mário de Andrade, assim como concorda na ausência de lastro psicológico nos personagens. Partindo da atemporalidade e do tom fabuloso, Candido então iniciava longa discussão envolvendo a relação entre obra literária e realidade:

Poderíamos, então, dizer que a integridade das *Memórias* é feita pela associação íntima entre um plano voluntário (a representação dos costumes e cenas do Rio) e um plano talvez na maior parte involuntário (traços semifolclóricos, manifestados sobretudo no teor dos atos e das peripécias). Como ingrediente, um realismo espontâneo e corriqueiro, mas baseado na intuição da dinâmica social do Brasil na primeira metade do século XIX. E nisto reside provavelmente o segredo da sua força e da sua projeção no tempo<sup>24</sup>.

Em seguida, Candido tentava comprovar a validade de sua classificação, considerando os aspectos de realidade histórica e de fábula atemporal que nela residiam simultaneamente. Igualmente simultâneo ao caráter malandro, o romance também seria representativo, resultado de dois estratos: o primeiro, universalizador, onde sobressaíam os elementos folclóricos, culturais, arquetípicos; o segundo, universalizador mais restrito, onde a imaginação estimulada criava a ideia de um universo menor dentro da obra, intitulado “o brasileiro”. Para constituir essa imagem padrão do brasileiro, o romance teria se estruturado em dois hemisférios, que configuram todo o ensaio de Candido e compõem a dialética do título: um da ordem, o outro da desordem<sup>25</sup>.

O autor passava, então, a demonstrar como todos os personagens trocavam constantemente de hemisfério, em algo que ele metaforiza como uma gangorra. Afirmava:

A sociedade que formiga nas *Memórias* é sugestiva [...] porque manifesta num plano mais fundo e eficiente o referido jogo da ordem e da desordem, funcionando como correlativo ao que se manifesta na sociedade daquele tempo<sup>26</sup>.

Aquilo que designou como “ordem e desordem” seria o intermédio entre realidade e ficção, o que ligaria fatos do Rio joanino aos da sociedade das *Memórias*. Significaria que essa estrutura bipolar construía a classificação representativa do romance de Almeida.

Já ao descrever o mundo das *Memórias* como um “mundo sem culpa”, sem valores maniqueístas embutidos nos personagens, Candido retoma a ideia de malandragem e descreve

---

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 122.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 124.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 130.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 139.

o “jeitinho” característico brasileiro: “as formas espontâneas de sociabilidade atuaram com maior desafogo e por isso abrandaram os choques entre a norma e a conduta, tornando menos dramáticos os conflitos de consciência”<sup>27</sup>. A obra de Almeida, mimetizando as peculiaridades da sociedade brasileira, teria superado os intentos de romancistas como Alencar, que com linguagem formal e busca nacionalista, não teriam alcançado a flexibilidade, a atemporalidade e a fluidez da forma, nem teriam sido tão representativos da nacionalidade como as *Memórias de um sargento de milícias*.

Cecília de Lara também contribuiu para o debate, no texto publicado em 1980<sup>28</sup>, no qual propôs uma leitura contínua do romance na própria “Pacotilha”. A autora buscou, lendo as edições da seção e os capítulos das *Memórias* nelas entremeados, captar a realidade social e histórica do período em que foram escritas, “com suas implicações naturais de público, interesses da direção do órgão, das pressões e limitações que possam ter atuado [...] na gênese e na elaboração do texto do folhetim como matéria de jornal”<sup>29</sup>. Após comparar informações da “Pacotilha” com a narrativa de Almeida, concluía a autora que o romance nada mais seria que uma forma de notícia ficcional – isso supostamente se comprovava pela falta de sinais de interrupção entre as notícias e a parte literária – que se inseria no discurso da seção e, por consequência, do *Correio Mercantil*, no qual Almeida era colaborador. Como romancista, escrevia “de dentro para fora”, vivenciando o contexto apresentado em forma de romance<sup>30</sup>.

Mamede Mustafa Jarouche, por sua vez, identificou nas *Memórias* certas denúncias ao “sistema judiciário e educacional, à polícia, ao clero, aos imigrantes portugueses, ao sistema de proteção e empenho, além do próprio comportamento ‘solto’ demais das personagens”, o que seria uma “alegoria” da situação do Brasil no momento em que eram escritas. Enquanto o governo enaltecia o progresso da nação, o romance e a “Pacotilha” demonstravam que ela ia muito mal<sup>31</sup>.

Já no livro *A saga do anti-herói*, Mario M. González retoma a tese de que as *Memórias* teriam elementos da prosa picaresca. Embora ateste não pretender que o romance tivesse sido inspirado no gênero espanhol, o autor alega que nas *Memórias* teriam ressurgido algumas de suas características, sem que Almeida tivesse “consciência da preexistência de modelos”<sup>32</sup>. Seguindo a linha de raciocínio de Claudio Guillén, González embasa seu estudo

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 145.

<sup>28</sup> LARA, Cecília de. “Memórias de um sargento de milícias: memórias de um repórter do Correio Mercantil?”. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, nº 21, São Paulo: USP, 1980. p. 59–84.

<sup>29</sup> *Idem*, p. 61.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 78.

<sup>31</sup> JAROUCHE, *op. cit.*, p. 33.

<sup>32</sup> GONZÁLEZ, Mario M. **A saga do anti-herói**. São Paulo: Nova Alexandria, 1994. p. 14.

na possibilidade de um “conjunto de fenômenos geneticamente independentes que pertencem a civilizações diferentes”. A realidade latino-americana permitiria, em sua opinião, perceber equivalentes nas condições sociais do Brasil e da Espanha, tais quais:

Desequilibrada distribuição de riqueza, que se concentra cada vez mais, dívida externa crescente, elevada inflação, perda de poder aquisitivo de salários, elevada carga impositiva injustamente distribuída, impossibilidade de competir com o mercado estrangeiro, etc. Em nossos países terceiro-mundistas, fica cada vez mais claro que o trabalho não é o caminho adequado para a ascensão social, mas a garantia do permanente empobrecimento.<sup>33</sup>

Isso teria fornecido o espaço necessário para que em ambas as instâncias nacionais se desenvolvesse um tipo similar de personagem: na Espanha o pícaro, no Brasil o malandro. O gênero que os envolvia, partindo da conceituação do pícaro, firmava-se em um tripé: o personagem picaresco, seu projeto de ascensão social através da trapaça e a sátira social<sup>34</sup>.

Após extensa análise das discussões bibliográficas acerca do gênero picaresco espanhol, González analisa *Memórias de um sargento de milícias* sob essa ótica, concluindo que o romance “não deve ser ‘filiado’ à picaresca”.

Seu protagonista e muitas das personagens que o cercam pertencem a uma nova categoria que entendemos como a primeira manifestação brasileira da resposta literária latino-americana ao novo contexto social que se desenha nas ex-colônias de Portugal e Espanha.<sup>35</sup>

Depois de mencionar os estudos de Darcy Damasceno e Alfredo Bosi, que reafirmaram o caráter picaresco do romance, González parte para a discussão com aquele que mais fortemente combateu tal caracterização: Antonio Candido. Primeiramente, alega que o fato de Candido repudiar a possível pertinência da classificação da obra como picaresca não anula a aproximação de ambas. Dando o nome de “neopicaresca” ao gênero das *Memórias*, González atesta que estas não são continuação da picaresca clássica, mas uma fórmula literária adaptada a um contexto social equivalente àquele que gerou, por exemplo, *Lazarillo de Tormes*<sup>36</sup>. Logo, aquilo que distanciava o protagonista Leonardo de protagonistas como

---

<sup>33</sup> *Idem*, p. 16.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 18.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 278.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 286 – 287.

Lázaro seriam o contexto social e a distância temporal, não a intensidade das características picarescas, que apareciam em menor quantidade no brasileiro<sup>37</sup>.

O autor faz questão de nomear e comparar essas características, as quais seriam a astúcia para enfrentar a sociedade, a rejeição ao trabalho (ainda que parcial em Leonardo), as trapanças, a itinerância, a repentina e gratuita ascensão econômica e o caráter folhetesco da narrativa<sup>38</sup>. As diferenças entre Leonardo e os pícaros tradicionais seriam poucas: as *Memórias* são narradas em terceira pessoa, não em primeira, o que o leva à não-reflexão sobre seus atos e ausência da justificação dos mesmos; o riso que Leonardo gera é causado por agentes externos a ele, não lhe servindo de máscara ou disfarce contra os mecanismos sociais trágicos que os pícaros espanhóis enfrentam; e por fim, não há a misoginia, frequente na picaresca. Leonardo, como fica evidente na história, se apaixona e guia sua vida, em certos momentos, em função de uma figura feminina, Luisinha<sup>39</sup>. Logo, o malandro seria a reformulação do pícaro ao contexto social brasileiro de meados do século XIX.

Em sua tese de doutorado, Edu Teruki Otsuka<sup>40</sup> buscou explorar a “dimensão sombria” das *Memórias*. Para ele, o destaque dado à comicidade do enredo impediu que se identificassem outras dimensões ali contidas. Otsuka elaborou longa reflexão sobre o “balanceio” da prosa, calcado na ideia de Candido de contrastes e “gangorra”; sobre a relação passado/presente na narrativa; sobre o desencontro da ideologia liberal com o modo de vida brasileiro (“cor local”) à época; sobre incongruências cronológicas e estilísticas. Culmina sua análise em uma observação sobre a sociedade brasileira em meados do século XIX. Quando chega a este ponto, o autor começa a dar coesão às suas ideias, evidenciando sua tese central e ligando todas as suas pontuações. Poderíamos resumir essa centralidade na seguinte passagem:

A identificação com o poder é motivada pela possibilidade de alcançar-se uma vivência vicária do sentimento de liberdade suscitado pelo exercício do arbítrio. Assim é que o protegido entra em conflito com os outros que se encontram em posição social equivalente à sua própria; para isso, ampara-se no poder de seu protetor, agindo como se acreditasse ser uma extensão ou um prolongamento do poderoso (sem existência independente). É precisamente esse o sentido do espírito rixoso, que consiste em afirmar o próprio eu por meio do rebaixamento dos demais. A identificação com o poderoso, por estar apoiado numa base real de poder (a propriedade), explicita o fundamento das compensações imaginárias que acompanham o espírito rixoso; o essencial na rixa é que se reafirme alguma

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 288.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 289 – 292.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p. 292 – 294.

<sup>40</sup> OTSUKA, Edu Teruki. **Era no tempo do rei: A dimensão sombria da malandragem e a atualidade das *Memórias de um sargento de milícias***. São Paulo: USP, 2005. Tese (doutorado em letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

diferença hierárquica capaz de confirmar a própria superioridade (real ou imaginária), por meio da humilhação de outros.<sup>41</sup>

Otsuka defende que Manuel Antônio de Almeida, ao escolher o homem pobre e livre como classe de personagens das *Memórias*, acabara por revelar o funcionamento da sua própria sociedade, onde o pobre livre sentia-se deslocado, sem propriedade e sem trabalho, mas conseguia se encontrar ao tornar-se dependente de um proprietário. O pobre sentia-se, então, confiante o bastante para inferiorizar os demais de sua classe, como se o poder de seu protetor fosse dele mesmo. Isso não só caracterizaria a sociedade do tempo de Almeida, como também a obra, e disso derivariam todos os demais elementos que Otsuka pontua: balanceio cômico da prosa, reviravoltas, conflitos diversos, busca por protetores, patronagem.

O motor da obra seria, portanto, o motor social brasileiro, intitulado pelo autor de “espírito rixoso”, posto que “a formação histórico-social brasileira engendrou um padrão de comportamento fundado na violência”<sup>42</sup>. A malandragem só poderia ser um resultado da organização social brasileira<sup>43</sup>. A trama das *Memórias* acaba quando Leonardo se torna um proprietário por vias de casamento com alguém de classe superior (Luisinha) e recebedor de uma herança. “Não há lugar para desdobramento da colisão de interesses sociais antagônicos (e muito menos de forças históricas em conflito, cuja figuração era um mérito do romance histórico ‘clássico’)”, afirma o Otsuka. Quanto ao que poderia ter sido escrito após o fim do romance, o autor discorda de Mário de Andrade. Enquanto este supunha que a ascensão de Leonardo à classe proprietária seria o fim de um ciclo de aventuras, o primeiro segue a linha de *Candido* e acredita na continuidade da ordem e da desordem, dessa vez no âmbito dos ricos e proprietários<sup>44</sup>. O autor encerra sua tese enfatizando a atualidade da obra em relação ao domínio capitalista vigente.

Por fim, mencione-se a contribuição de Jefferson Cano<sup>45</sup>, na qual o autor problematiza a experiência do leitor com o romance. Para Cano, o leitor já possuía certas expectativas ao ter contato com a obra, não sendo necessariamente isento de experiência literária. Seria até razoável supor o contrário<sup>46</sup>, pois o leitor provavelmente sabia situar-se diante da literatura de seu tempo, inclusive nas referências<sup>47</sup>.

---

<sup>41</sup> *Idem*, p. 94.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 71.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 110.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 121-124.

<sup>45</sup> CANO, Jefferson. “Mistérios do Rio de Janeiro: em torno das *Memórias de um sargento de milícias* e seu público”. In: **Revista Antíteses**, v. 6, nº 11, 2013. p. 53 – 75.

<sup>46</sup> *Idem*, p. 55.

<sup>47</sup> *Ibidem*, p. 59.

Após identificar problemas de cronologia e identificação de personagens no romance, nos dois veículos de publicação<sup>48</sup> (jornal e livro), o autor menciona algumas críticas feitas ao formato folhetinesco. Essas críticas, publicadas próximas ao período do lançamento das *Memórias* na “Pacotilha”, tocavam tanto o âmbito político do próprio sentido da literatura<sup>49</sup>, onde se pressupunha um rebaixamento qualitativo da ficção em prol dos leitores da menos favorecidos, quanto o espaço da moralidade, degradada pelos folhetins<sup>50</sup>. Havia também críticas políticas, para as quais o folhetim representava a podridão da democracia no campo literário ou, no caso dos *Mistérios do povo* de Eugène Sue, uma pregação socialista<sup>51</sup>.

O *Correio Mercantil* combateu tais críticas, defendendo os aspectos positivos do folhetim – representado, no caso, pelo livro de Sue –, apontando suas virtudes artísticas e a capacidade de descrever a vida social e doméstica do povo retratado. Cano defende que Manuel Antônio de Almeida tentou, em *Memórias de um sargento de milícias*, “uma maneira de aclimatar o tal gênero moderníssimo e novo, trazendo de Paris e Londres para as ruas da Corte as descrições da vida doméstica e social”<sup>52</sup>, apesar do escritor fugir do âmbito das classes senhorial e escrava que pareciam distinguir, para o próprio *Correio Mercantil*, a sociedade brasileira daquela que descreve Sue.

Almeida teria ainda, de acordo com Cano, criado uma narrativa onde havia a distensão do confronto de nacionalidades entre brasileiros e portugueses, problema que devia ser bem evidente aos leitores da época<sup>53</sup>. O escritor calcara sua representação do povo na noção de propriedade e nas relações de compadresco que moviam todas as demais relações sociais. Ao submeter os leitores a esses dois aspectos da sociedade circundante, Almeida se omitia em outros pontos, mais evidentes para o público leitor, o que explicaria a demora da crítica em reconhecer a importância da obra<sup>54</sup>.

Enfim, sem pretender que o leitor se estenda muito mais por uma introdução que resumiria com prolixidade o trabalho que segue, cabe-nos apresentar o que pretendemos nesta dissertação.

Ao longo de nossa pesquisa, no veículo original das *Memórias de um sargento de milícias*, notamos similaridades – como bem apontou Cecília de Lara – entre os escritos da “Pacotilha” e o romance de Almeida, publicado em capítulos ao longo de vários meses. Mais

---

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 56 – 59.

<sup>49</sup> *Ibidem*, p. 61.

<sup>50</sup> *Ibidem*, p. 62.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 65.

<sup>52</sup> *Ibidem*.

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 72.

<sup>54</sup> *Ibidem*, p. 73 – 74.

do que os pontos comuns, surpreendeu-nos o quanto Carijó e seus redatores pareciam intencionar civilizar seus leitores, ao passo que Almeida, ao construir seu romance, buscava exatamente o mesmo. Tentaremos demonstrar como isso se deu e algo mais: o quanto algumas leituras de vários dos estudiosos referidos parecem ter se equivocado ao pretender que o romance fosse algo além de uma crítica mordaz aos leitores do *Correio Mercantil* e de uma tentativa de corrigir costumes. Questionaremos, portanto, a ideia tão reiterada de que a obra pretendesse ser um panorama do povo brasileiro ou a padronização do que se entende por brasilidade.

## CAPÍTULO 1 – O IDEAL CIVILIZATÓRIO DA “PACOTILHA”

### 1.1 – Liberalismo e imprensa: o *Correio Mercantil*

O conceito de liberalismo no Brasil chegou antes à sociedade política que aos dicionários da língua portuguesa. Em interessante levantamento, Christian E. C. Lynch aponta que peculiaridades na caracterização política brasileira, como a proibição (até 1808) de uma imprensa nacional na colônia, o impedimento da criação de universidades em terras brasílicas e a vinda da Família Real, fizeram com que nosso país não se tornasse de imediato independente e desestimularam, aqui, as figuras da democracia e do republicanismo em princípios do XIX. Isso marcou o país com o monarquismo e deixou de lado, por um tempo, a palavra “liberal”<sup>55</sup>.

O vocábulo *liberalismo* ainda demoraria a figurar em um dicionário de língua portuguesa. O conjunto de verbetes datado de 1716 indica apenas o termo *liberal*, significando “pessoa generosa ‘que, com prudente moderação, gratuitamente, e com boa vontade, dá dinheiro ou cousa que o valha”<sup>56</sup>. Igualmente, em 1789, no dicionário de Bluteau, com acréscimos de Antonio de Moraes Silva, o verbete *liberalismo* não dava as caras, sendo novamente a versão adjetiva *liberal* a aparecer como “o que é largo no dar e despender, sem avareza nem mesquinaria; dadivoso”<sup>57</sup>. Em 1831, em nova edição, além da descrição anterior, Antonio de Moraes Silva – agora em composição só sua – acrescentaria ao verbete *liberal*: “Princípios, sistema *liberal* dos governos, que não limitam, não restringem com miúdos regulamentos, com impostos, e meios opressivos a indústria, o comércio, etc.”<sup>58</sup>, o que certamente já conferia com a visão de liberalismo que permeava as discussões políticas brasileiras e ganhava tons próprios diante desta nacionalidade.

Quando se afirma que o liberalismo ganhou tons próprios no Brasil, concorda-se com a proposição do verbete *liberalismo* tratado no *Dicionário de política*, organizado por Bobbio, Matteucci e Pasquino, quanto a dificuldade em se encontrar uma definição única para a palavra, considerando-se que suas múltiplas formas políticas se revelaram, por vezes, completamente díspares, variando conforme os locais, tempos históricos e o grau de

<sup>55</sup> LYNCH, Christian Edward Cyril. “Liberal/Liberalismo”. In: JÚNIOR, João Feres (Org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 141.

<sup>56</sup> BLUTEAU *apud* LYNCH, Christian Edward Cyril. *Idem*, p. 142.

<sup>57</sup> BLUTEAU, Rafael; SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa. Tomo II**. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. p. 20.

<sup>58</sup> SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa. Tomo II**. Lisboa: Imprensa Régia, 1831. p. 232.

desenvolvimento dos lugares em que foi adotada<sup>59</sup>; vide o caso do Brasil, onde liberais declarados nem sempre se opunham à escravidão.

Foi com a permissão da liberdade de imprensa que o termo se espalhou, ainda que tenha demorado a figurar nos dicionários do idioma português. O liberal seria apresentado como aquele que se opunha aos maus governos, mas apoiador do monarca, se este fosse respeitável; já o liberalismo, ou “liberalidade de ideias”, representaria “a justiça mais pura e mais elevada aplicada a nossas ações e, portanto, a fonte de todas as nossas virtudes”<sup>60</sup>. O liberalismo era entendido, por seus adeptos, como aquele elemento, fundado constitucionalmente, que levaria a nação a um elevado prestígio, “de grande respeito, e consideração política, e terá um lugar distinto entre as Nações de primeira ordem”<sup>61</sup>. Logo, não surpreende que no Brasil o liberalismo não tenha demandado necessariamente um sistema republicano, mas tenha exigido a construção e o cumprimento de uma constituição.

Em 1844, em nova edição de Antonio de Moraes Silva, agregou-se ao vocábulo *liberal* o sentido de “sistema, ou governo representativo [...] aquele em que a autoridade soberana é exercida em nome do povo, por representantes ou delegados escolhidos por ele”, seguido pelo registro do sentido político: “usa-se também para designar os governos representativos”<sup>62</sup>.

Lynch indica que o conservadorismo brasileiro da primeira monarquia brasileira manteve sua posição monárquica precedente – do pai de D. Pedro I –, mas firmou-se um governo parlamentar. Em contraposição ao Partido Conservador, os moderados embrenharam-se na formação do Partido Liberal<sup>63</sup>, onde liberalismo passava a denotar os anseios progressistas do partido. É interessante que Lynch considere mais liberais os conservadores do que os próprios liberais. Enquanto estes optavam pelo privatismo e pela fragmentação – o que representava um regresso –, os conservadores primavam pela centralização, fortalecimento da figura governante e a manutenção executiva dos direitos civis<sup>64</sup>.

Somente em 1858 Moraes Silva acresceria a seu vocabulário o verbete *liberalismo*, significando “sistema, adoção das ideias liberais. Procedimento político regulado por essas ideias; o contrário de *servilismo*”<sup>65</sup>.

---

<sup>59</sup> BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. p. 687.

<sup>60</sup> NEVES *apud* LYNCH. *Op. cit.*, p. 146.

<sup>61</sup> EXAME *apud* LYNCH. *Idem*.

<sup>62</sup> SILVA *apud* LYNCH. *Ibidem*, p. 153 – 154.

<sup>63</sup> LYNCH, *ibidem*.

<sup>64</sup> *Ibidem*, p. 154 – 155.

<sup>65</sup> SILVA *apud* LYNCH. *Ibidem*, p. 155.

A imprensa, embora um pouco tardia no Brasil, não se estruturava em um ambiente desprovido de ideologias. Marco Morel afirma: “o surgimento da imprensa periódica no Brasil não se deu numa espécie de vácuo cultural, mas em meio a uma densa trama de relações e formas de transmissão já existentes, na qual a imprensa se inseria”<sup>66</sup>. A circulação dessas letras, aliás, não ficara circunscrita a um pequeno grupo de letrados, mesmo que fossem eles os donos da produção e leitura direta dos impressos.

Mamede Mustafa Jarouche considerou o *Correio Mercantil*, veículo do nosso objeto de estudo, o melhor e mais estruturado jornal aliado ao Partido Liberal: contava com pouco mais de dois mil assinantes em todo o Império, o que consistia em bom número para o momento<sup>67</sup>. Foi importante instrumento da campanha política liberal para as eleições de 1852<sup>68</sup>. O *Correio* também fez firme oposição aos conservadores e seus atos governamentais, o que por certo explica o caráter lusófono de suas publicações. A ideia de um “regressismo”, no qual conservadores se aliavam a portugueses e ameaçavam a Independência conquistada, era-lhes insuportável<sup>69</sup>. No povo português, os liberais encontraram contraponto importante aos “saquaremas”. Quando no poder, os liberais lutaram de forma veemente pela nacionalização do comércio, em especial o varejista, cuja parte maior estava em mãos portuguesas<sup>70</sup>.

É curiosa a forma com que as palavras acusam a faceta política do *Correio Mercantil*. Em notícia publicada em agosto de 1849, acerca de uma ação militar, o redator conta que uma turba rodeara certo preso, turba essa composta por pessoas “liberais e saquaremas”<sup>71</sup>. Ao longo da mesma edição, os partidários do conservadorismo eram chamados novamente de saquaremas: “honra se faça aos saquaremas de Paulo Moreira, que tiveram horror à aliança do bacamarte! Aprenda neste exemplo a política dominante quanto a prejudicam os seus desatinos”<sup>72</sup>. Ali, não apenas os conservadores eram tratados por seu apelido pejorativo “saquarema”, como também se explicita a crítica liberal à “política dominante” (leia-se “Partido Conservador”).

O mesmo não sucede, na edição, quando se trata dos liberais, usando-se este termo político ao invés do apelido “luzias”:

---

<sup>66</sup> MOREL, Marco. “Os primeiros passos da palavra impressa”. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 25.

<sup>67</sup> JAROUCHE, *op. cit.*, p. 17 – 18.

<sup>68</sup> *Idem*, p. 22.

<sup>69</sup> *Ibidem*, p. 15 – 16.

<sup>70</sup> *Ibidem*, p. 25.

<sup>71</sup> **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1849, p. 2.

<sup>72</sup> *Idem*.

Já sabem os leitores que o Sr. Antonio Ernesto da Costa, moço ilustrado e membro de uma das principais famílias de Jequitinhonha, fora remetido para Ouro Preto em uma corrente, pelos crimes de ser liberal, e ter tomado a defesa de seu pai no meio da anarquia promovida pelas autoridades, para conquistar a eleição com os recursos do terror.<sup>73</sup>

Além da crítica aos recursos conservadores para manterem-se no poder, ao longo da edição são mencionados “deputados liberais”, “votantes liberais” e “liberais inermes”<sup>74</sup>. Sempre liberais, nunca luzias.

As críticas ao Partido Conservador pontuavam as edições, sem esconder o caráter partidário que fomentava suas publicações:

Que há nos anos da política saquarema, que seja comparável ao zelo, a vigilância incessante, que se revela em tantos atos administrativos, de que temos citado alguns dos principais? O zelo dos saquaremas pelo tesouro! Oh!... era proverbial!<sup>75</sup>

Após denunciar um censurável desvio de recursos executado por um “saquarema”, a notícia arrematava: “os compadres dos ministros liberais não contam destas”, exaltando a suposta honestidade dos membros de seu preterido partido. E se não bastam os discursos noticiários, fique aqui citada uma introdução editorial de setembro de 1852, anos após a fundação do *Correio Mercantil*:

O *Correio Mercantil* professa os princípios liberais, sustenta-os, e deseja propagá-los e consolidá-los na nossa terra.

Esses princípios cifram-se na máxima cristã que nos ensina a fazer aos outros o que desejamos que nos façam.

Reconhecemos pois a necessidade de franquear a todos o auxílio da imprensa para que cada um fale a todos em certas circunstâncias da vida pública.<sup>76</sup>

No trecho acima, encontramos três elementos importantes do jornal, que a “Pacotilha” também carregaria: o liberalismo, a defesa do cristianismo praticado devidamente – na linha da defesa dos bons costumes e da crítica aos sacerdotes réprobos – e a disposição de ser porta-voz social dos correspondentes da seção (“para que cada um fale a todos em certas circunstâncias da vida pública”).

---

<sup>73</sup> *Ibidem*.

<sup>74</sup> *Ibidem*, p. 3.

<sup>75</sup> *Ibidem*, 7 de setembro de 1848, p. 1.

<sup>76</sup> *Ibidem*, 17 de setembro de 1852, p. 1.

E seria, justamente, em meio às publicações periódicas que surgiria a forma literária denominada folhetim. Este artefato literário tinha um padrão singular, afeito às necessidades dos leitores dos jornais, como delinea Merlyse Meyer:

A almejada adequação ao grande público, necessidade do corte sistemático num momento que deixe a atenção em “suspense” levam não só a concepções de estrutura (por exemplo o problema dos fins de capítulos ou de série, a distribuição da matéria seguindo aquele esquema iterativo tão bem evidenciado por Eco) como a uma simplificação na caracterização dos personagens, muito romântica na sua distribuição maniqueísta, assim como a uma série de outros cacoetes estilísticos.<sup>77</sup>

O folhetim surgia no Brasil justamente em uma época de tremendo rebuliço de ideias, em meio ao estilo romântico que se propagava. Foi nesse ambiente que surgiram as *Memórias de um sargento de milícias*, romance que absorveria o discurso da “Pacotilha”, que por sua vez e a seu modo transmitia aquilo que o *Correio Mercantil* pregava. As *Memórias*, como logo veremos, não se isentaram da herança que o estilo folhetim impregnava, nem da verve da discussão liberal antilusitana, e menos ainda das próprias contradições do liberalismo brasileiro, capaz de massacrar com palavras o português e de se omitir quanto ao sistema escravista.

## 1.2 – A civilização pelos olhos do Carijó

Parece-nos importante, antes de analisarmos a proposta de civilização da “Pacotilha” e das *Memórias*, entender o que se pensava por civilização nos tempos em que foram ambas publicadas.

O estudo de Pim den Boer, partindo de uma atenciosa pesquisa sobre o termo “civilização” na Europa, bem como sua transmissão para a América, aponta que os termos *civilization* e *civilisation*, no inglês e francês respectivamente, foram cunhados por volta da metade do século XVIII, por Adam Ferguson e Mirabeau, respectivamente<sup>78</sup>. Em Mirabeau, encontrou-se a seguinte definição: “A civilização é o abrandamento dos seus costumes, a urbanidade, a polidez e os conhecimentos emitidos de tal maneira que as coisas decentes sejam aí observadas e aí tenham lugar como leis da relação”<sup>79</sup>. Já Ferguson, na primeira

<sup>77</sup> MEYER, Merlyse. **Folhetim: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 31.

<sup>78</sup> BOER, Pim den. “Civilização: comparando conceitos e identidades”. In: JÚNIOR, João Feres; JASMIN, Marcelo. **História dos conceitos: diálogos transatlânticos**. Rio de Janeiro: Editora PUC-RJ; Editora Loyola, 2007. p. 123.

<sup>79</sup> MIRABEAU *apud* BOER. *Idem*, p. 123.

página de seu livro *Essay on the history of civil society* (“Ensaio sobre a história da sociedade civil”), escreveria: *Progress: from rudeness to civilization* (“Progresso: da rudeza à civilização”)<sup>80</sup>. Percebe-se claramente que Ferguson atrela a ideia de progresso à ideia de civilização, esta, por sua vez, opondo-se à ideia de rudeza, modos grosseiros. Ferguson emprega a palavra *civilization* junto à palavra *politeness* (polidez) em duas passagens do mesmo livro: na passagem “nossa regra de avaliar os graus de polidez e civilização” e “nós mesmos somos os padrões do progresso e da polidez”, embora a tradução francesa tenha traduzido a segunda como “os modelos da polidez e da civilização”<sup>81</sup>, também indicativo da aproximação semântica entre os dois vocábulos, na França.

Voltando aos dicionários de Bluteau e Antonio de Moraes Silva, encontramos alguns paralelos. No dicionário composto pelo primeiro e revisado pelo segundo, não se encontra o verbete *civilização*, apenas o verbete *civilidade*: “ação de homem do povo [...] *civilidade* hoje significa cortesia, urbanidade”<sup>82</sup>. Anos depois, em 1831, no dicionário de Moraes Silva, *civilidade* recebe a mesma caracterização, com o acréscimo: “oposto a rusticidade, grosseria”. No mesmo dicionário, já figura o termo *civilização*: “o ato de civilizar; o estado do povo civilizado”. Que viria a ser o ato de *civilizar* neste dicionário? “Fazer civil o povo, a nação, os costumes”. E no termo *civil*, encontra-se a definição de *homem civil*: “urbano, cortês”<sup>83</sup>.

Esses significados perduraram, e muito. Em 1890, em edição revisada dos dicionários de Moraes, observam-se ainda as seguintes definições de vocábulos:

**Civilização:** Ato de civilizar. O estado do povo civilizado. O adiantamento, o progresso, o desenvolvimento do estado social, que se manifesta na perfeição das leis, na brandura dos costumes, nas grandes obras materiais, e na cultural intelectual, representada nas ciências, nas letras, e nas artes.

**Civilizado:** (Civilizado. Policiado. Polido.) *Civilizado* diz-se de um povo, quando tendo deixado os costumes bárbaros, se governa por leis. *Policiado* quando, pela obediência às leis, tem adquirido o hábito das virtudes sociais. E *polido* quando em suas ações mostra elegância, urbanidade e gosto. *A civilização estabelece-se pelas leis que formam os bons costumes*. E estes aperfeiçoam as leis, e políam os povos. A polidez segue-se depois.

**Civilizador:** Que civiliza, ilustra, promove a instrução, e pule os costumes de um povo.

**Civilizar-se:** Tornar-se cortês, polido. Entrar no estado de civilização; diz-se dos povos.<sup>84</sup>

<sup>80</sup> BOER, *ibidem*.

<sup>81</sup> *Ibidem*, 124.

<sup>82</sup> BLUTEAU, Rafael; SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza. Tomo I**. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. p. 277.

<sup>83</sup> SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza. Tomo I**. Lisboa: Imprensa Régia, 1831. p. 395.

<sup>84</sup> SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza. Volume I**. Rio de Janeiro: Editora Empresa Literária Fluminense, 1890. p. 471. [Grifo nosso.]

Logo, é evidente que a noção de civilização estava plenamente permeada pela ideia de bons costumes, com conseqüente polidez no agir e falar. Civilização presumiria a adoção dos costumes apropriados que servissem ao ato de civilizar, que por sua vez teriam como conseqüência a expansão do modo adequado de portar-se socialmente. Tanto nos sentidos implicados por Mirabeau e Ferguson, quanto nos dos dicionaristas, a civilização só parecia possível através da polidez dos costumes, o mesmo conceito que parece permear os escritos da seção-alvo de nosso estudo, a “Pacotilha”.

Analisemos, primeiramente, as passagens em que a “Pacotilha” tratou ou mencionou o termo “civilização”. A primeira dá-se quando Carijó afirma: “uma das pedras de toque do grau de adiantamento e civilização de um povo é a construção dos edifícios públicos e particulares”. A isso, segue-se uma fala sobre como as prisões deveriam ser úteis à sociedade, com os presos sendo punidos, corrigidos e, por fim, habilitados ao trabalho, para que contribuíssem com o país.<sup>85</sup>

Em outra edição, Carijó começaria descrevendo alguns detalhes da festa de Carnaval, onde o mau costume era desenfreado:

Passaram os poucos dias em que todos os folguedos são permitidos, em que a prudência manda tudo tolerar, em que o povo sem convite, sem combinação, como por uma espécie de instinto, entrega-se sem premeditação a todas as diversões carnavalescas, e chega à quarta-feira, ou arrependendo-se do que fez, ou sentindo a falta de mais um dia em que pudesse fazer o que não pode por falta de tempo levar a efeito. [...] Já devia estar livre dessa grave enfermidade que a todos afeta nos dias de entrudo, a loucura. Na desordem da redação procurarei imitar a desordem desses divertimentos. [...] Tive mais de uma ocasião para observar que ali uma máscara dá o direito para se dizer o que se quer a quem sem ela se deve considerar sujeito a ouvir o que não quer.<sup>86</sup>

Fica evidente que a visão do redator sobre a festa não era das mais favoráveis, fazendo-se necessário “tolerar” as situações, promovidas por gente que agia “sem premeditação” e causando arrependimentos ou o desejo de mais dias extravagantes. Carijó considerava os divertimentos bastante desordeiros. Pouco depois, continuaria criticando:

As medidas tomadas pela polícia para a repressão do jogo de entrudo foram este ano as mesmas dos anos anteriores, e com o mesmíssimo resultado: em suma, irmãs em tudo e por tudo das que o governo tomava e eram executadas *até há pouco* para a repressão do tráfico!<sup>87</sup>

<sup>85</sup> **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro, 16 e 17 de fevereiro de 1851, p. 2.

<sup>86</sup> *Idem*, 9 e 10 de março de 1851, p. 1.

<sup>87</sup> *Ibidem*.

Comparar as medidas contra o entrudo às executadas para a repressão do tráfico negroiro era o mesmo que dizer medidas nulas, nada eficientes. Além disso, Carijó demonstrava incômodo com o uso de certos “limões de cera”. Eram bolas confeccionadas com cera, cheias de água ou substâncias sujas, usadas para brincadeira de arremessos mútuos. Em meio aos divertimentos do entrudo, muita gente de fora do jogo era “bombardeada” com os projéteis. Para arrematar sua crítica ao mau costume, Carijó noticia uma exposição mundial de produtos do progresso dos países, em Londres, na qual cada nação levaria artigos que expunham seus avanços ou curiosidades. Associa, então, o assunto anterior a este:

Não se trata nela de disputa de primazia entre as nações, mas sim de cada uma apresentar os produtos de sua indústria que julgar convenientes, como um manifesto de seu estado de civilização. Ora, está claro que se lá aparecer o limão acompanhado pela competente história dele, o Brasil não só obterá assinalada primazia em obras de cera, como apresentará irrefragável documento de seu adiantado grau de civilização.<sup>88</sup>

Utilizando o estilo narrativo irônico, portanto, Carijó demonstrava sua antipatia à brincadeira e a associava ao estado de pouca civilização do povo brasileiro. Evidencia-se que o aspecto comportamental era assaz importante em seu molde de civilização.

Carijó também escreve sobre incivildades de outros tipos, por exemplo, na 15ª “Pacotilha”, descrevendo um sujeito que estava se mexendo demais no teatro, erguendo os pés, tomando rapé e espirrando grosseiramente. Ao ser perguntado por um conhecido: “Que lhe parece este sujeito, Sr. Carijó?”, responde: “Parece-me [...] um homem que se pronunciou em anarquia absoluta contra o código da civilidade. [...] Ainda mais, parece-me as fezes da sociedade [...] massas indigestas e monstruosas!”<sup>89</sup>. A agressividade da resposta tinha fundamento, se não nas próprias grosserias do indivíduo referido, no profundo amor do redator pelo teatro. Constantemente, Carijó divulgava notícias sobre os espaços teatrais do Rio de Janeiro e lamentava quando algum deles fechava ou encontrava-se em condições deploráveis. Defendia o teatro e seus artistas, mesmo quando alguns deles tinham fama de encenqueiros:

Entre nós são os artistas de teatro considerados bulhentos, zangados [...] afora outras coisas más que lhe assacam; não vou inteiramente para aí; têm eles defeitos, como todos em geral, mas também sofrem muito, e talvez disso provenham as contínuas viravoltas em que andam. Por outro lado, qual o incentivo, estímulo ou agulhão da vida artística no Brasil? Com dor o digo: o indiferentismo de uns, o

---

<sup>88</sup> *Ibidem*.

<sup>89</sup> *Ibidem*, 18 e 19 de maio de 1851, p. 3.

desprezo de outros, é o que lhes cabe em partilha. Em outros países, aparece o reverso do quadro que no Brasil se observa.<sup>90</sup>

Ao redator, parecia ser o Brasil inferior a outros países, dados os poucos cuidados e valor depositados nos artistas teatrais. No teatro, residia um lugar de entretenimento, mas igualmente importante, residia ali a expectativa de dar o exemplo dos costumes morais:

Que os novos messias [uns homens que reformariam o teatro de São Pedro] compreendam toda a importância de sua tarefa, que eles se lembrem de que o teatro sendo uma fonte de distrações e prazeres deve ao mesmo tempo ser uma escola de moral, de bons costumes, e um foco de ilustração; e eles terão feito um relevante serviço ao seu país!<sup>91</sup>

Os homens encarregados da revitalização do teatro de São Pedro recebem, como se leu, a carinhosa alcunha de “messias” por prestarem relevante serviço ao país, levando-se em conta o papel fundamental do espaço artístico. É visível a defesa da moral e dos costumes decentes. O teatro deveria ser civilizado, tanto quanto seus frequentadores, a quem Carijó recomendava que “respeitem os costumes admitidos em todos os teatros dos países civilizados, não ocupando lugares que um sinal convencionado indique estarem já ocupados; e que assim evitarão certas questões”<sup>92</sup>. Com espectadores comportados e peças que ensinassem valores morais, o Brasil poderia alcançar parte do *status* dos “países civilizados”.

A opinião negativa do redator recaía sobre a falta de civilização nas corridas de touros e cavalhadas de argolinhas. Faria bem, para ele, o brasileiro ao trocar esses divertimentos pelas corridas de cavalos, onde nacionais e estrangeiros podiam conversar, pois no contato com gente de fora, os brasileiros poderiam desenvolver melhor as “amabilidades da civilização”<sup>93</sup>. Isso evidencia mais o seu palpite de que o povo brasileiro ainda não tinha atingido o grau de civilização adequado, o que é declarado mais abertamente no seguinte trecho:

Vai finalmente a cidade do Rio de Janeiro tomando todos os dias um aspecto europeu ou anglo-americano; o que quer dizer que vai fazendo progressos nas vias da civilização. [...] Devem-se porém todos esses melhoramentos a este ou àquele governo? Não, três vezes não. Devem-se às necessidades da civilização, devem-se ao aumento da população, deve-se a alguns estrangeiros que de seus cultos países têm vindo fixar a sua residência entre nós. [...] A extinção do tráfico dos africanos deve-se, já acima o dissemos, aos meios empregados pela Inglaterra.<sup>94</sup>

<sup>90</sup> *Ibidem*, 23 e 24 de fevereiro de 1851, p. 2.

<sup>91</sup> *Ibidem*, 16 e 17 de março de 1851, p. 1.

<sup>92</sup> *Ibidem*, 1 e 2 de junho de 1851, p. 3.

<sup>93</sup> *Ibidem*, 15 e 16 de junho de 1851, p. 1.

<sup>94</sup> *Ibidem*, 20 e 21 de julho de 1851, p. 1.

O pouco de civilização que havia no Brasil, para Carijó, não apareceu por meios próprios, por desenvolvimento natural da sociedade ou progressos oriundos dos esforços brasileiros. No trecho acima, podemos perceber a importância da influência europeia para o redator, em especial a inglesa, que tornava o país mais civilizado através da proibição do tráfico de africanos e do “aspecto europeu ou anglo-americano” que tomava a capital.

Com maus costumes tão enraizados no cotidiano do brasileiro, Carijó parecia ciente de que a empreitada da civilização não seria conquistada de uma hora para outra, e que os costumes deviam ser corrigidos paulatinamente:

Sei que a civilização de um povo não se aperfeiçoa de repente, que as transformações da sociedade são lentas e difíceis; mas também sei que todos os dias se lhe pode desbravar um caminho, amenizar um costume, e até vigorar uma crença.<sup>95</sup>

Os esforços do redator, aparentemente, não passaram despercebidos. Um leitor escrevera para a “Pacotilha”: “eu sinceramente me interesso pelo crédito da sua empresa, que tão bons serviços já têm prestado, e promete ainda prestar à civilização e moralidade do nosso país”<sup>96</sup>. Talvez fosse evidente a empreitada civilizadora do redator àqueles que igualmente associavam civilização à moralidade.

Questões de desumanidade também feriam seu ideário. No caso abaixo, o redator denuncia a bárbara atitude do governante argentino Rosas em mandar executar um homem publicamente:

Entre nós que tanto se fala em civilização e em humanidade, somos testemunhas de um quadro que repugna com essa tão decantada civilização, com essa tão elogiada humanidade, de um quadro que de há muito deveria ser proscrito pela legislação que o autoriza.<sup>97</sup>

Em outro momento, ficou descontente pela proibição da entrada de mendigos e escravos nas igrejas:

*Cristãos do século das luzes!* Se quereis proibir aos pobres que entrem na casa em que banqueteais, ide para o Pharoux ou para o Ângelo, e aí podeis soltar gritos de alegria, palavras sem nexo. [...] Oh, bem haja a estupidez assim entendida! Oh, mal haja a civilização como hoje se entende!<sup>98</sup>

<sup>95</sup> *Ibidem*, 8 de setembro de 1851, p. 1.

<sup>96</sup> *Ibidem*, 10 de novembro de 1851, p. 2.

<sup>97</sup> *Ibidem*, 19 de janeiro de 1852, p. 1. [A acusação era de roubo na casa da moeda.]

<sup>98</sup> *Ibidem*, 4 de julho de 1852, p. 1.

Quando não conseguia sensibilizar o lado humano ou respeitoso de seus leitores, Carijó tentava atingi-los através de apelos cristãos. Assim o fez – entre outros recursos argumentativos presentes – utilizando-se da extensa carta de um leitor, Arthur de R\*\*\*, publicada na 80ª “Pacotilha” – que reduzimos aos trechos que aqui mais importam:

Se a maior parte dos turistas, gente parva e mentirosa como ninguém, que têm visitado o Brasil, tivesse feito o que acima disse [observar e conhecer o país de fato], escusava de ler-se na Europa esse amontoado de calúnias e sandices [...] que tem feito acreditar que o Brasil é uma terra semibárbara.

[...]

No furor de melhoramentos que anima os brasileiros, eles lançam mão, como uma criança estonteada, de tudo quanto lhes apresenta a velha Europa, civilizada, porém corrompida, e que a par de grandes virtudes apresenta hediondos vícios.

[...]

Se quereis ser uma nação grande e forte, *se quereis cumprir o destino para que Deus vos criou*, se quereis ser os franceses da América como os americanos são os ingleses, se quereis que vosso território se cubra de uma população livre e independente, e que desapareça para sempre d’entre vós o horrível cancro da escravidão, é preciso que tenhais leis vossas, costumes vossos, uma individualidade, enfim uma civilização nova.<sup>99</sup>

No texto, Arthur prega uma finalidade para a nação brasileira, destinada pelo próprio Deus. Além de se utilizar do recurso religioso, simultaneamente exhibe comparações entre o Brasil e as nações já civilizadas, embora, para ele, aos turistas não coubesse o papel de julgar o país, pelo simples fato de não o conhecerem por inteiro. Quando o faziam, mostravam-se “gente parva e mentirosa” em sua parcialidade.

Arthur parecia não gostar dos métodos brasileiros em busca de civilização, que consistiam em adotar as formas de vida dos europeus e considerá-las superiores. A Europa também possuía vícios hediondos, atitudes corruptas, em sua opinião. Ele propõe algo diferente, inclusive para Carijó: uma forma nova de se construir e civilizar, eliminando, no caminho, o “cancro” da escravidão. Antes de tudo, porém, o redator achava necessário corrigir os maus costumes, as bagunças e ações incivilizadas da população brasileira no dia a dia. Tais fatores negativos, carentes de mudanças, poderiam ser resumidos nos seguintes temas: desordens e atitudes contra o decoro, escravidão e maus-tratos contra negros, a presença massiva de portugueses no Brasil.

O ideal civilizatório da “Pacotilha” pretendia corrigir os maus costumes da capital oitocentista do Brasil através de suas publicações, orientando o que era bom e probo aos olhos das sociedades, interna e externas ao país. Isso significava acabar com os maus-tratos aos

---

<sup>99</sup> *Ibidem*, 15 de agosto de 1852, p. 1. [Grifo nosso.]

negros e com as contendas, urbanizar a cidade, afastar a figura portuguesa dos palcos da vida civil brasileira, colocar os clérigos no lugar devido da profissão santa, entre outros elementos.

O clima de desordem, de acordo com a “Pacotilha”, parecia ser grande. Não era à toa, talvez, que Carijó chamasse a seção por esse nome. Se a princípio ela servia para denotar notícias popularescas, ou oferecidas de forma informal e humorística (como um produto barato), posteriormente serviu para ilustrar a visão que possuía do tipo de pessoa que denunciava: mercadorias de baixo valor.

Não nos parece satisfatório chamar o discurso pacotilheiro somente de “ideal de civilização”, mas sim de “ideal civilizatório”, pois a “Pacotilha” não se contentava somente em falar do que estava errado, mas através das denúncias e de uma espécie de aparato de vigilância estruturado em seus leitores, possuía um papel ativo, com vistas a uma capital construída por habitantes polidos e respeitáveis. Não se tratava apenas de mostrar a civilização. Era preciso instaurá-la de modo veemente entre os leitores e cidadãos.

## CAPÍTULO 2 – DESORDEM NA CAPITAL

### 2.1 – Brigas, intrigas e travessuras

Algo muito comum no Império brasileiro do século XIX eram as brigas entre vizinhos. O próprio redator-chefe da “Pacotilha” foi vítima de um incômodo, causado por um residente de sua rua, até o ponto de se sentir obrigado a mudar-se.<sup>100</sup> Embora Carijó não tenha se envolvido em contendas com o perturbador, como narra, não eram poucas as críticas que escreveria, no “Escritório da Pacotilha”, contra diversas desordens entre vizinhos pelas ruas do Rio.

A certo sujeito da rua nova de S. Francisco da Prainha que se intitula “Barão da Calumbella”, que se deixo de enredar os seus vizinhos e falar na vida privada de todos, pois isso é muito mau e criam-se muitas inimizades, e quem tem telhados de vidro não atira pedradas nos dos outros.<sup>101</sup>

Carijó detestava o comportamento, bastante corriqueiro, de quem perturbava os adjacentes, e mais ainda o incomodavam aqueles que queriam saber da vida alheia, julgando ao próximo, quando eles mesmos cometiam as situações que condenavam. Ficar de olho na vida dos outros era indecente, porque fornecia mote para as más línguas, tanto dos fofoqueiros quanto dos que se desgostavam destes.

Na 11<sup>a</sup> “Pacotilha”, Carijó conta uma anedota sobre um casal, comentando acerca do marido: “Este homem, segundo diziam as velhas da vizinhança, que costumam saber mais a fundo das vidas alheias do que Mefistófeles das fraquezas do pobre Fausto, não passava por um modelo dos bons maridos!”<sup>102</sup>. Repare-se que, ao falar do sujeito, Carijó dá menos ênfase ao fato de que o marido não era dos bons do que às velhas da vizinhança. Compara-as a Mefistófeles, figura demoníaca e maligna, enquanto o objeto das observações atentas das velhas é sugerido como um “pobre Fausto”. É perceptível o negativismo com que considera as pessoas xeretadas, enquanto vitimiza os alvos das xeretices.

Coisa comum, à época, era os moradores saírem às janelas para observar o que se passava na rua, tanto em dias comuns quanto em dias de festa. Para Carijó, quando alguém cometia escândalos públicos, essa rotina era lamentavelmente atrapalhada:

<sup>100</sup> *Ibidem*, 23 e 24 de março de 1851, p. 1.

<sup>101</sup> *Ibidem*, 31 de agosto e 01 de setembro de 1851, p. 3.

<sup>102</sup> *Ibidem*, 20 de abril de 1851, p. 2.

Ao Sr. desembargador chefe de polícia pedindo providências para que a moradora da casa da rua do Sabão da Cidade Nova seja advertida pelo seu mau comportamento sem respeito à vizinhança, que por ela é constantemente provocada, e a ponto que se não pode chegar à janela.<sup>103</sup>

No caso acima, Carijó não cita exatamente qual é o mau comportamento da moradora, mas explicita no caso de outra pessoa:

Ao inspetor da rua das Flores, que a vizinhança de uma moradora dessa rua muito dela se queixa pelas brigas em que ultimamente andou, motivadas por ciúmes ridículos, chegando ao ponto de, de uma janela para a outra de uma vizinha, proferir nomes os mais injuriosos.<sup>104</sup>

Ficar na janela podia ser costume, mas ficar por tempo prolongado, espiando a vida dos outros e se deixando levar por fofocas era um péssimo hábito.

Diga àquela gente da rua nova do Livramento, que parece ser a vedeta dessa rua e da polícia, mexericando na vida alheia, ou o que se passa no centro das famílias, e tendo por costume madrugar em suas janelas, que se deixe desse péssimo costume, que irrita as famílias que são espiadas, podendo isso dar lugar a sinistras e tristes consequências.<sup>105</sup>

Certamente, isso devia gerar muitas brigas, posto que Carijó alerta, acima, para possíveis “sinistras e tristes consequências” da irritação das famílias espiadas.

Um morador mencionado como “Ramos do Arrozal” já tinha sido, por causa de seus envolvimento com vida alheia, expulso de várias residências em que morava<sup>106</sup>. Embora muitas pessoas xeretassem as particularidades de seus vizinhos, quem o fizesse com mais frequência e evidenciasse a prática incorria no risco de ser tachado de bisbilhoteiro e cair no desgosto social dos seus adjuntos, como no seguinte caso:

O lembrete que na última Pacotilha foi dirigido a uma pessoa bisbilhoteira da rua das Flores deve ser extensivo com todo o rigor à rua de S. Pedro, onde vive uma outra pessoa que, em vez de cumprir com os arranjos domésticos da sua casa, ocupa-se ativamente da vida alheia, e semelhante vício a faz de há muito ser conhecida por bisbilhoteira.<sup>107</sup>

E não bastando aqueles que espiavam os transeuntes, havia aqueles que queriam saber da vida transcorrida nos íntimos interiores das casas: “Quem será esse sujeito morador da rua

<sup>103</sup> *Ibidem*, 15 e 16 de junho de 1851, p. 3.

<sup>104</sup> *Ibidem*, 6 e 7 de julho de 1851, p. 3.

<sup>105</sup> *Ibidem*, 3 de novembro de 1851, p. 2.

<sup>106</sup> *Ibidem*, 18 de julho de 1852, p. 2.

<sup>107</sup> *Ibidem*, 22 de março de 1852, p. 3.

do Regente que continuamente está à janela devassando o interior das casas fronteiras à sua? Se é sobrinho do dono da casa, avise ao tio para pôr termo a tão mal costume”<sup>108</sup>.

Carijó, às vezes, chegava a identificar os fofoqueiros, expondo-os mais ou utilizando termos depreciativos para designá-los. Um exemplo do primeiro caso:

Faça sentir ao tal Manoel, por alcunha o *gago*, que ele tem a língua muito comprida, que é muito bom que a encurte mais. [...] Tendo já recebido favores da casa de certa senhora viúva, tem tido a protéria de falar dela e de seus filhos, e já em certa vila consta que não se ia saindo bem por seu bom comportamento.<sup>109</sup>

Note-se que, assim como no caso do Ramos do Arrozal, este Manoel também já tivera problemas, certamente alvo de comentários de vizinhos pelo mau comportamento. Pior que fofoqueiro, Manoel é rotulado de protervo por falar da viúva que o favorecera, assim como de seus filhos.

Outro caso de uma denúncia feita menos polidamente por Carijó, lê-se neste trecho: “Dirija-se à rua do Rosário, e informe-se dos moradores se um seu vizinho não tem outro emprego senão andar feito vagabundo por casas de um e de outro indagando da vida alheia”.<sup>110</sup> Esse mau costume contrariava aquilo que Carijó designava como civilizado: “Enfarde aquele morador da rua da praia do Saco do Alferes para que deixe de contender com a pessoa que não se importa com sua vida; isto não é bom, é não cumprir com os deveres da civilidade”<sup>111</sup>.

Mais complicado ainda era envolver mentiras nos comentários, como o rapaz que dizia ser sua namorada “esta ou aquela filha de família”<sup>112</sup>, ou então ficar injuriando outros cidadãos com informações colhidas por fofoca:

Pegue no seu tira-teima, e dirija-se pela rua da Lampadosa, entre as do Regente e do S. Jorge, e procure por um fulano [...] e diga-lhe em particular que se deixe de andar espiolhando as vidas alheias para depois ir às tavernas gritar, fazer desordens e insultar a vizinhança com palavras injuriosas.<sup>113</sup>

Algo semelhante também foi informado em outra edição:

Diga ao dono que é preciso dar providências em sua casa, pois que todas as noites reúne-se ali um número de maldizentes para criticar a vizinhança, entrando

<sup>108</sup> *Ibidem*, 8 de agosto de 1852, p. 2.

<sup>109</sup> *Ibidem*, 15 de agosto de 1852, p. 3.

<sup>110</sup> *Ibidem*, 3 de julho de 1853, p. 3.

<sup>111</sup> *Ibidem*, 5 de setembro de 1852, p. 2.

<sup>112</sup> *Ibidem*, 3 de outubro de 1852, p. 2.

<sup>113</sup> *Ibidem*, 6 de fevereiro de 1853, p. 2.

até na vida privada do homem probo e que vive com honradez, e proferindo palavras que a decência e a moral mandam calar; no número desta reunião também entram os filhos do dono da casa.<sup>114</sup>

Era igualmente condenável mandar terceiros fuçarem os acontecimentos alheios, como foi denunciado em dois momentos: “Há uma senhora [...] que cuida mais em indagar a vida alheia, até chamando os escravos de algumas casas para deles se informar, do que do arranjo da sua própria”<sup>115</sup>; e “avise ao caixeiro da botica lá para o lado da rua da Imperatriz que não é bonito andar criticando a vida alheia, procurando saber o que se passa pela vizinhança, ocupando para isso os moleques que lá vão comprar, com recadinhos para um açougue.”<sup>116</sup>.

Ao Carijó, isso era tão incômodo e perturbador, que ele chegava a cogitar algum tipo de punição para os que o praticavam, fosse como castigo imposto, fosse por mera consequência do mau costume:

A certa súcia que se reúne em certa botica na freguesia de Sant’Ana, que o falar da vida alheia, deprimindo a honra das famílias a torto e a direito, sem dó, é muito feio. A um dos frequentadores dessa botica que a todos apelida – canalha –, com particularidade aos padres indistintamente, que quem assim pratica merece a pena de Talião.<sup>117</sup>

Na 93<sup>a</sup> “Pacotilha”, lê-se: “Avisar em nome do Jeremias àquele caixeiro da fábrica de charutos da rua do Hospício que deixe de ter língua tão comprida, sob pena de ser severamente castigado.”<sup>118</sup>. Carijó parece saudoso de certos castigos infligidos aos faladores da vida alheia no número 133: “A murmuração e a curiosidade são dois vícios terríveis outrora severamente punidos. Seria bom que certo caixeiro da padaria da rua que não *ajuda*, e certo fiscal da rua de S. Diogo, disso se lembrassem”<sup>119</sup>. Inclusive, apela para os padres neste trecho: “Peça a S. Ex. Revma. que ordene aos confesores imponham penas mais rigorosas à maledicência, quando não a futrica fica atulhada de queixas contra as más línguas”<sup>120</sup>. Este excerto indica que não eram poucas as correspondências sobre o tal comportamento.

Menos polido e mais objetivo Carijó soaria na 141<sup>a</sup> “Pacotilha”:

<sup>114</sup> *Ibidem*, 26 de junho de 1853, p. 1.

<sup>115</sup> *Ibidem*, 26 de setembro de 1852, p. 2.

<sup>116</sup> *Ibidem*, 24 de outubro de 1852, p. 2.

<sup>117</sup> *Ibidem*, 20 e 21 de julho de 1851, p. 3.

<sup>118</sup> *Ibidem*, 14 de novembro de 1852, p. 2.

<sup>119</sup> *Ibidem*, 14 de agosto de 1853, p. 1.

<sup>120</sup> *Ibidem*, 18 de setembro de 1853, p. 1.

Não se esqueça de recomendar a um vadio morador em certo largo, que se abstenha de se divertir com a vida alheia, que melhor seria que se empregasse em alguma coisa; e se continuar, não lhe há de valer a boca torta.<sup>121</sup>

Se as “más línguas” incomodavam profundamente o redator, elas não eram os únicos elementos impertinentes. Também é notável a quantidade de críticas e denúncias feitas contra travessuras, zoadas e vadiagens da época. No caso das badernas, ele esperava contar com a ajuda de figuras de autoridade da sociedade para contê-las: “Escreva àquele provincial de Santo Antônio que tenha olho vivo com certos meninos espertinhos demais, que me contam haverem ultimamente feito suas travessuras noturnas”<sup>122</sup>.

Acima, Carijó sugere que cabia ao provincial (superior de certa casa religiosa) os cuidados com meninos travessos, mas em outra edição, ele recorre ao inspetor ou, na aparente falta deste, a quem fosse cabido:

[Mande saber] ao inspetor, a quem competir, da rua do Sabão, quais têm sido as providências dadas para evitar as pedradas e garrafadas que diariamente atropelam a dois moradores daquela rua, sendo as pedradas da parte da rua da Alfândega.<sup>123</sup>

Um mês e meio depois ele pediria a outro fiscalizador: “Ao inspetor da rua do Saco, que repare na súcia de crianças que por ali andam proferindo palavras indecentes e apedrejando os telhados dos moradores”.<sup>124</sup> A maior parte das travessuras de crianças consistia em objetos atirados e no pronunciamento de palavras indecentes. Em alguns momentos, Carijó recorria diretamente aos pais dos travessos para corrigi-los, como no trecho:

Quanto antes escreva àquele morador da rua do Cemitério, que tem uns filhos e uns molequinhos travessos, pedindo haja de fazer com que eles não trepem em certo muro para devassarem o que se passa pela vizinhança. Alguma bodocada ou pedrada pode ser a consequência de semelhante desregramento, e é melhor evitar, para depois não dizer ‘Eu não cuidei’.<sup>125</sup>

Acima, notamos que Carijó também tenta convencer utilizando-se de avisos e alertas quanto a consequências danosas ou violentas por parte daqueles perturbados pelas travessuras. Ele próprio chega a fazer ameaças de tomada de providências:

<sup>121</sup> *Ibidem*, 9 de outubro de 1853, p. 1.

<sup>122</sup> *Ibidem*, 13 e 14 de abril de 1851, p. 3.

<sup>123</sup> *Ibidem*, 1 e 2 de junho de 1851, p. 3.

<sup>124</sup> *Ibidem*, 20 e 21 de julho de 1851, p. 3.

<sup>125</sup> *Ibidem*, 17 de novembro de 1851, p. 2.

Recomende àqueles meninos endiabrados de um armarinho da rua do Hospício que deixem em paz os seus vizinhos e colegas, quando não os embrulharei em uma folha de papel pedindo contra eles providências de quem, se souber as travessuras e malfetorias que praticam, dar-lhes-á a competência e necessária correção.<sup>126</sup>

Embora ameaçasse, provavelmente não chegaria a fazer algo mais do que se reportar a alguma figura de autoridade que pudesse dar correção aos meninos, valendo-se de clérigos, inspetores e pais para impor-lhes respeito, posto que qualquer ato de violência contradiria o pressuposto civilizatório da “Pacotilha”.

Posteriormente, voltaria a sugerir que figuras eclesíásticas o auxiliassem na repreensão das travessuras na cidade: “Faça chegar ao conhecimento do reitor do seminário episcopal de S. José que frequentam a aula de latim dois endiabrados meninos que levam todo o santo dia a apedrejar as pessoas que passam pelo Largo da Ajuda”<sup>127</sup>. Mesmo dentro das igrejas havia meninos portando-se mal: “Advirta aos dois sacristães da freguesia do Santíssimo Sacramento [...] dizendo-lhes que é muito reparado o seu procedimento; e que não queiram transformar a casa de Deus em olaria”<sup>128</sup>.

Como não fossem suficientes as estripulias perpetradas por crianças, serviam de preocupação a mais, para alguns correspondentes da “Pacotilha”, as algazarras ou atos escandalosos de adultos, fossem brancos ou negros, livres ou escravos. Na 15ª “Pacotilha”, lê-se:

Ao subdelegado da polícia de Sant’Ana, que é preciso ter olho vivo sobre sua freguesia, mormente à noite, para que não aconteça como na de 15, o escandaloso fato de, na ocasião em que o Santíssimo se dirigia para a casa de um enfermo na rua do Sabão da Cidade Nova, aparecer um grupo de pretos a dar assobios, apupadas, e pronunciando em vozes altas palavras as mais obscenas.<sup>129</sup>

Parecia bem recorrente o uso de palavras indecentes pela gente praticante de zombarias: “É preciso mandar dizer àquela pessoa da rua do Livramento que atento ao seu próprio estado e condição não consinta à sua porta os ajuntamentos de moleques, cuja algazarra e ditos indecentes são intoleráveis”<sup>130</sup>. Em uma só edição, Carijó chega a denunciar dois indivíduos escandalosos:

<sup>126</sup> *Ibidem*, 22 de dezembro de 1851, p. 2.

<sup>127</sup> *Ibidem*, 30 de maio de 1852, p. 2.

<sup>128</sup> *Ibidem*, 10 de julho de 1853, p. 1.

<sup>129</sup> *Ibidem*, 18 e 19 de maio de 1851, p. 3.

<sup>130</sup> *Ibidem*, 8 de setembro de 1851, p. 4.

Cumpra que seja tomada na devida consideração certa casa da rua do Sabão, em frente de certo beco, onde me consta fazerem-se reuniões em que escândalos se cometem aos olhos dos vizinhos, que amargamente se queixam. [...] Convém muito chamar a atenção do respectivo inspetor de quarteirão, e dizer-lhe que não durma, quando deve estar bem acordado.

[...]

Não haverá quem no morro do Livramento olhe para o péssimo procedimento de certa súa que se reúne em um sotãozinho, foco de imoralidades e depravações, com verdadeiro escândalo público? [...] Sr. Gregório, espete deveras os tais súcios, e com eles o inspetor.<sup>131</sup>

O redator atentava para a existência, cada vez mais frequente, de grupos de pessoas bagunceiras ou desordeiras, reunindo-se nas ruas (primeiro caso acima) ou no interior das casas, sem por isso fazerem menos barulho (como no segundo caso). Na 80ª “Pacotilha” lê-se:

Entendo, e parece-me que bem, que assim como é lícito a cada um em sua casa dançar quadrilhas e valsas ao som do piano ou da rabeça e cornetas, também não deve ser proibido o fado bem choradinho ao som da viola; se porém houverem gritarias que incomodem a vizinhança é caso diferente, e cumpre então ao inspetor de quarteirão providenciar depois de bem informado.<sup>132</sup>

Ao redator, não soaria bem mandar e desmandar nas festas ocorridas dentro das casas, caso elas se mantivessem no limite do respeito para com a vizinhança. Era bem diferente quando a festa, ao invés do “fado bem choradinho”, tornava-se uma desordem barulhenta e incômoda, a ponto de fazer os vizinhos se valerem do inspetor de quarteirão – ou da “Pacotilha”. Para Carijó, entretanto, controlar o que se passava no interior das residências contrariaria duas afirmações suas: “não é de minha conta o que faz alguém em sua vida privada”<sup>133</sup> e “todo o cuidado com aquelas [fazendas] que pelo padrão possam atacar os bons costumes, ou sejam alusivas à vida privada dos indivíduos”<sup>134</sup>. Carijó só se permitia palpar ou denunciar os costumes quando estes ficassem à vista e aos ouvidos dos leitores, e nunca quando fizessem parte da vida particular e “oculta” dos lares e famílias.

Outros trechos, sobre a mesma temática festeira, ainda apareceriam na seção: “há quase todas as manhãs um coro infernal na rua das Violas, partitura de um ferreiro de *pataca* que acorda com a solfa de boi, e arranca couro e cabelo dos coristas”<sup>135</sup>; “avise ao indivíduo que mora na rua de Santa Luzia número 333 que não continue a ter fados em casa até alta

<sup>131</sup> *Ibidem*, 28 de março de 1852, p. 2.

<sup>132</sup> *Ibidem*, 15 de agosto de 1852, p. 2.

<sup>133</sup> *Ibidem*, 6 e 7 de julho de 1851, p. 3.

<sup>134</sup> *Ibidem*, 25 de julho de 1852, p. 2. “Fazendas” era um termo utilizado como metáfora para “críticas” ou “denúncias”.

<sup>135</sup> *Ibidem*, 25 de julho de 1852, p. 2.

noite, incomodando a vizinhança”<sup>136</sup>; e “acuda, acuda, Sr. Gregório, monte no diabo se lhe for possível, vá à casa do inspetor da *pedreira* peça-lhe pelo amor de Deus que tenha piedade dos moradores da mesma, que já não podem com as violas, cantarolas e ditinhos... que barulho, ai ai...”<sup>137</sup>

Voltando às zombarias, acontecia, também, que certos grupos de trabalhadores faziam brincadeiras insolentes com transeuntes, o que Carijó considerava um desaforo:

A quem competir, que lance suas vistas sobre os trabalhadores do novo calçamento do Campo de Santa Ana, que com todos implicam e pronunciam palavras bem cabeludas, que ofendem gravemente a moral pública.<sup>138</sup>

Alguns trabalhadores desordeiros já tinham sido denunciados na 17ª “Pacotilha”:

Ao Sr. inspetor das obras públicas que não é disto sabedor, que recomende aos encarregados dos encanamentos das ruas que advirtam os trabalhadores para não atirarem com os baldes d’água nas pessoas que transitam.<sup>139</sup>

Embora nunca tenha repetido por escrito as palavras indecentes que abominava, Carijó era assíduo combatente das verborragias imorais proferidas pelas ruas da capital. Na 15ª “Pacotilha”, já tinha denunciado “a súcia de estudantes do seminário de S. José, e moradores na ladeira do mesmo nome, que por palavras e ações incomodam os seus vizinhos”<sup>140</sup>. Novamente, era alvo de denúncia um grupo de pessoas – sob o termo pejorativo “súcia” –, diferentemente da 45ª edição, na qual ele “empacota uma fazenda” do mesmo gênero, mas contra um só indivíduo:

Não se esqueça de pedir com urgência ao Quintino da Saúde que se deixe de proferir palavras indecentes do costume, quando grita com os pretos do armazém, pois me consta que os vizinhos se têm queixado ao amigo Baptista, e este lhes tem dado razão.<sup>141</sup>

É notável que, no trecho acima, Carijó repreenda o Quintino da Saúde por proferir palavras indecentes “quando grita com os pretos do armazém”. A princípio, pode-se pensar que se trata de um tipo sutil de libelo contra maus tratos aos negros, mas isso pode parecer uma afirmação precipitada se levarmos em conta o motivo pelo qual o sujeito é intimado a

<sup>136</sup> *Ibidem*, 12 de setembro de 1852, p. 2.

<sup>137</sup> *Ibidem*, 3 de julho de 1853, p. 1.

<sup>138</sup> *Ibidem*, 8 de agosto de 1852, p. 2.

<sup>139</sup> *Ibidem*, 1 e 2 de junho de 1851, p. 3.

<sup>140</sup> *Ibidem*, 18 e 19 de maio de 1851, p. 3.

<sup>141</sup> *Ibidem*, 15 de dezembro de 1851, p. 2.

parar com o costume: “os vizinhos se têm queixado”. Portanto, trata-se menos de uma proteção aos negros (se é que ela existe aqui) do que de uma resposta à reclamação de vizinhos. Outros negros, inclusive, chegam a ser delatados pela mesma descompostura:

A bem dessa pessoa que mora na rua da Prainha, avisem-na para dar as necessárias providências que coíbam o mau procedimento de suas escravas, que são acusadas de injuriarem com palavras obscenas pessoas de sua vizinhança.<sup>142</sup>

Quais seriam as tais necessárias providências, desconhecemos. Antes de julgar o leitor que sejam castigos corporais, adiantamos que Carijó era contra – com veemência – as punições físicas aos escravos (trataremos do tema no próximo capítulo). Se o redator queria corrigir um grupo de escravas, também o queria a um dono de fábrica, o que demonstra o despreendimento em relação a categorias sociais. Logo, o que importava mesmo era delatar, mais do que punir.

Faça ver ao dono da fábrica e casa de painelas de certa rua que vai ter ao Campo que não deve fazer tanto motim como faz com sua companheira proferindo palavras injuriosas, e maltratando a pobre moça que por duas vezes já saiu de casa por ser espancada; previna que se continuar levarei tudo ao Sr. subdelegado.<sup>143</sup>

Posteriormente, um leitor correspondente teria sua carta publicada, tratando de um casal incivilizado da rua do Cano:

Como a sua Pacotilha seja a melhor coisa para corrigir os maus e os defeitos dos loucos e libidinosos, envio-lhe o seguinte fardo próprio para ela: há lá na rua do Cano [...] um casal de galhetas tão mal intencionado, imoral e grosseiro, em quem tanto predomina a inveja de seus vizinhos, que se não peja de os descompor pela frente e fundos de sua morada; e é galante, ou antes revoltante, ver-se a mulher chegar à rótula, abrir os postigos, encostar-se a eles [...] e em vozeria alta soltar, como lá dizem, a bicha, isto é, vomitar nojentas e imundas fezes para a frente e lados [...] que a mais pervertida e imunda regateira correria de vergonha a ouvi-las. [...] É para qualquer honesto cidadão lamentar, e muito mais aquele que têm jovens a educar na sã moral!<sup>144</sup>

O trecho nos apresenta alguns detalhes da relação desse leitor com a seção – e talvez de outros leitores –, no que concerne à relevância que lhe foi concedida na meta de civilizar a capital brasileira oitocentista. Ele afirma que a “Pacotilha” é “a melhor coisa para corrigir os maus e os defeitos dos loucos e libidinosos”, diferenciando os tipos de gente prejudicial

---

<sup>142</sup> *Ibidem*, 10 de fevereiro de 1852, p. 2.

<sup>143</sup> *Ibidem*, 16 de janeiro de 1853, p. 1.

<sup>144</sup> *Ibidem*, 12 de junho de 1853, p. 2.

existentes, embora os insira na mesma sentença como aspectos negativos gerais da sociedade. Em seguida, descarrega adjetivos para inferiorizar o casal referido: “mal intencionado, imoral e grosseiro”. O erro deles, entretanto, não seria o de serem apenas invejosos, mas principalmente, o de possuírem o hábito terrível de soltar palavras indecorosas em plena via pública. Além de consternarem os vizinhos e fazerem o “honesto cidadão lamentar”, corria-se o risco, ainda, de desviar os jovens de serem educados na sã moralidade. Representavam-lhe, bem como para Carijó, o perigo de uma contaminação moral, a contaminação dos maus costumes.

## 2.2 – Vadios, capoeiras e a ação dos recrutadores

Para Carijó, outro grande mal da sociedade carioca eram os vadios, gente insolente, ociosa e, por vezes, criminosa. Em várias edições, escreve com bastante rigor contra essa gente, incitando constantemente as autoridades a tomarem alguma medida: “Ao subdelegado da mesma vila lembre a necessidade de acabar com os vadios, que tanto abundam naquele lugar [...] a impunidade é sempre a causa de repetições de crimes”<sup>145</sup>. No trecho, o redator sugere “acabar” com os vadios. Em outros momentos, podemos ver maiores descrições das desordens:

Faça ciente ao inspetor a quem compita, que na travessa da rua nova do Príncipe costumam reunir-se à noite alguns vadios, incomodando os moradores com pedradas que atiram às portas de suas casas, e nelas batendo.<sup>146</sup>

Acima, os vadios são retratados como gente travessa e provocadora, perturbadora da ordem pública. No caso abaixo, Carijó apresenta tipos mais violentos, que confrontam cidadãos e quebram patrimônios:

Mande uma patrulha rondar quer de dia quer de noite a Praia Formosa, visto haver ali sempre desordens continuadas ao ponto de se passar às vias de fato, existindo ali grande quantidade de vadios e perversos que vagam por essa praia armados de cacetes, quebrando em alto dia vidraças, desafiando aos cidadãos pacíficos que por ali residem e transitam. [...] Espera-se providência das autoridades.<sup>147</sup>

---

<sup>145</sup> *Ibidem*, 6 e 7 de julho de 1851, p. 3.

<sup>146</sup> *Ibidem*, 13 de outubro de 1851, p. 2.

<sup>147</sup> *Ibidem*, 27 de outubro de 1851, p. 3.

Junto aos vadios, por vezes, estavam os “capoeiras”, negros tidos por sediciosos e rebeldes. Carijó menciona um grupo no qual os dois tipos de gente andavam juntos incomodando a população: “Oficie ao inspetor de quarteirão da rua de S. Pedro, canto da Vala, pedindo-lhe providências sobre um ajuntamento de vadios e capoeiras que aí costumam praticar suas façanhas e proezas”<sup>148</sup>. Já em outra edição, ele volta a criticar a petulância e as afrontas dos vadios: “Faça ver às autoridades competentes que no mesmo morro, todos os dias de manhã e de tarde, há uma porção de vadios ocupando-se somente em jogar e brigar, contendendo com as pessoas que por perto deles passam”<sup>149</sup>.

Na mesma época em que toda essa desordem de intrigas, brigas, provocações, contendas, em suma, toda essa conturbada vida carioca acontecia, um movimento constante de recrutamento de desordeiros acometia a capital do Império brasileiro. Parte dos recrutados eram escolhidos para servir nas milícias, geralmente a contragosto, muitas vezes escolhidos sem muito critério de avaliação por parte dos recrutadores.

Carijó conta que um amigo seu o encontrou, dizendo-lhe: “Então, demônio, tu por aqui? Já não me procuras? Andas muito ocupado com o enfardamento; olha que te não enfardem como recruta”<sup>150</sup>. Carijó era um redator de jornal, não um vadio ou pessoa que estivesse se dispondo ao serviço militar. Portanto, a brincadeira insinuava os exageros dos recrutamentos, que por vezes pegavam pessoas a esmo. Sugeria, também, a falta de preocupação dos recrutadores com os antecedentes dos recrutados, fossem tais antecedentes bons ou ruins.

Já um exemplo dos exageros dos recrutadores se encontra no trecho:

Há 8 anos que não sei notícias de minha família, pois há tanto tempo fui violentamente recrutado, e de tal modo tratado pelos recrutadores que parecia ser eu um facínora, assassino ou ladrão. [...] Muitas vezes cheguei a desejar a morte de preferência a essa vida de soldado de tropa de linha, que custa tão caro e rende tão pouco.<sup>151</sup>

O escritor dessa declaração alega ter sido recrutado violentamente, tratado como um “facínora, assassino ou ladrão”. Sua prestação de serviços durava já oito anos, cumprida a duras penas, pois custava muito e era pouco rentável. O soldado diz preferir a morte ao serviço de seu recrutamento. Se repetimos palavras que obviamente foram lidas acima, é para

<sup>148</sup> *Ibidem*, 16 de fevereiro de 1852, p. 2.

<sup>149</sup> *Ibidem*, 24 de outubro de 1852, p. 2.

<sup>150</sup> *Ibidem*, 23 e 24 de março de 1851, p. 1.

<sup>151</sup> *Ibidem*, 20 de abril de 1851, p. 2.

reiterar o quanto o redator desgostava desse tipo de medida, posto que não publicaria a carta se não concordasse com seu discurso (a menos que pretendesse rebatê-lo, o que não ocorre).

No exercício do recrutamento, havia pouca moderação. Por vezes hostis, outras vezes gerando confusões, os recrutadores iam selecionando os novos recrutas de modo pouco ou nada organizado: “na véspera da partida por certos lugares da cidade houve um recrutamento, um agarra-agarra marinheiros, que andou tudo em sarilho e polvorosa; até portugueses com suas papeletas consta-me que foram agarrados”<sup>152</sup>. Quando se tratava da Marinha, a coisa parecia ainda mais séria e problemática:

Tais recrutadores [...] recrutam indevidamente muitos indivíduos munidos de documentos comprobatórios da sua isenção do recrutamento, documentos esses de que não querem ou não podem tomar conhecimento por não saberem ler. Pondere em suma que o recrutamento tem sido tão audaciosa e desatinadamente feito que se tem prendido marinheiros que conduzem descargas para a alfândega.<sup>153</sup>

O estado das milícias e da polícia da época parecia desgostar os redatores da seção. Além do descaso quanto a essas organizações, atos réprobos propagandeavam uma imagem assaz negativa. É o que revela certo desabafo sobre o policiamento: “acho justo o apelo que faz para as autoridades, mas era preciso, para surtir bom efeito, que estivéssemos em um país onde ao menos se soubesse o que quer dizer polícia”<sup>154</sup>.

Em maio de 1851, publica uma crítica a um major descontrolado:

Ao major da guarda nacional de Magé, que alguns guardas nacionais estão muito descontentes e justamente escandalizados com as expressões insultuosas que contra eles se proferiu no dia da procissão do domingo de Páscoa. Que isto é muito feio, e os guardas nacionais não são escravos para ouvirem descomposturas como “são piores que negros”, e outras que tais.<sup>155</sup>

Acima, além de desaprovar a forma de falar do major, Carijó deixa clara a distinção entre um membro da guarda e um escravo. No próximo capítulo, veremos que a “Pacotilha” possuía uma visão mais liberal sobre os escravos, mas nem por isso os colocava em posição de relevância.

Na 18ª “Pacotilha”, um senhor Fernando correspondeu-se com Carijó e delatou o menosprezo sobre o soldado brasileiro, enquanto os soldados portugueses aqui recebidos eram melhor tratados:

---

<sup>152</sup> *Ibidem*, 20 de abril de 1851, p. 2.

<sup>153</sup> *Ibidem*, 13 e 14 de julho de 1851, p. 2.

<sup>154</sup> *Ibidem*, 3 e 4 de agosto de 1851, p. 1.

<sup>155</sup> *Ibidem*, 4 e 5 de maio de 1851, p. 3.

Quero que se melhore a sorte do brasileiro, sem querer contudo mal ao estrangeiro; quero por exemplo que o nacional não sirva só para por arma no ombro, e vestir o côvado e meio, e que como soldado das fileiras do exército do Brasil não seja inferior a esses *sebastianistas* de capacete.<sup>156</sup>

Carijó tanto desejava o melhor aos soldados brasileiros quanto possuía certa aversão à entrada de portugueses no Brasil, frequente naquele momento. Seu apreço à guarda brasileira é expresso de forma clara, edições após:

Ao comandante superior da guarda nacional represente contra os abusos cometidos por alguns oficiais da guarda nacional. Diga a S. Ex. que ainda nos fins do mês de agosto um guarda foi tocado pela espada de um oficial da guarda do tesouro, e isto em forma, o que encheu de espanto aos que nessa ocasião presenciaram tão abusivo fato. Eu sempre serei dedicado e incansável defensor da honra e brios da guarda nacional.<sup>157</sup>

Outra denúncia de abuso aparecia na seção no ano seguinte, quando Carijó mandava dizer “ao capitão da 1ª companhia, Antonio Luiz de Moura, que não acho justo que ele maltrate com palavras as praças de sua companhia, dando causa com isto que ausentem-se e desertem. Sr. Capitão, isto não é bom”<sup>158</sup>.

A melhor defesa em prol das forças de guarda, cuja função deveria ser o zelo e a proteção do país, aparece nas palavras de Arthur de R\*\*\*, o mesmo citado anteriormente neste trabalho. Agora, verificamos outra passagem daquela carta, na qual fala sobre os soldados:

O soldado, no estado em que ainda se acha a sociedade, é um de seus mais importantes membros. Que a vil condição de máquina a que o tem querido reduzir no meu país uma lei tão estúpida quanto bárbara, que o sujeita a penas infamantes, como seja a chibata, é uma nódoa, uma grave afronta.

[...]

O vosso parlamento mandou sujeitar a guarda nacional à chibata! O vosso parlamento cometeu um crime! [...] Repito: cometeram um crime que a história não lhes perdoará.

[...]

Na verdade deve ser um valente defensor da pátria o soldado que, marchando a inimigo, mostre depois da peleja confundidas as feridas da chibata e da espada inimiga! Que dignidade não há de haver no coração do homem que acaba de ser surrado como um escravo! E que ódio profundo e inextinguível, que fel não há de encher o coração do guarda nacional, pai de família, cidadão honrado e prestimoso, que vir escorrer seu sangue que votara à pátria sob a chibata que lhe mandou aplicar um oficial brutal e tirano! E é por esse meio que quereis chegar a ser uma grande nação?<sup>159</sup>

<sup>156</sup> *Ibidem*, 9 de junho de 1851, p. 1.

<sup>157</sup> *Ibidem*, 14 e 15 de setembro de 1851, p. 2.

<sup>158</sup> *Ibidem*, 16 de fevereiro de 1852, p. 2.

<sup>159</sup> *Ibidem*, 15 de agosto de 1852, p. 1.

Arthur denuncia os maus tratos aos soldados ingleses, mas em seguida, liga a situação ao caso brasileiro, onde o mesmo estaria sucedendo aos soldados de nosso país. Arthur condena esse barbarismo em ambos os países. Supomos que a carta tenha sido muito apreciada por Carijó, que não só lhe rendeu grande espaço para que fosse impressa, como escreveu-lhe um prefácio: “comecemos o enfardamento pela carta de *lord R\*\*\** que diz tantas verdades e que deve ser lida e retida por todos os que pertencem à terra que *nos viu nascer*”<sup>160</sup>.

Em edição anterior, fora publicada a opinião de um senador de Pernambuco que reclamava das condições dos calçados dos soldados, sugerindo que fossem encomendados da Europa, a fim de que se apresentassem com “bom gosto e moda”<sup>161</sup>. No mês seguinte, Carijó teceria elogios a Rodrigo de Souza Coutinho, sugerindo que um busto seu fosse feito em homenagem, por ser “varão benemérito, que cheio de amor da pátria, e amigo sincero do Brasil, procurou criar um estabelecimento científico, para que os militares brasileiros servissem com proveito o seu país”<sup>162</sup>.

Logo, vemos a importância dada pela “Pacotilha” aos serviços de proteção nacional como a polícia, à Guarda Nacional e aos militares. Eram fundamentais ao país, por isso precisavam de correções, como tantas outras instâncias, visando ao bem-estar e melhoria da nação.

### 2.3 – O mau exemplo eclesiástico

Se o mau comportamento das pessoas comuns afrontava a civilidade pensada por Carijó, tanto pior seria o mau exemplo partido das pessoas ditas “da Igreja”, ou dos próprios sacerdotes. Deles deveriam vir os melhores exemplos do portar-se bem. Se fossem maus exemplos, como poderia a população se espelhar na instituição, suposto exemplo sacro?

No trecho abaixo, Carijó denunciava a ação de certo clérigo metido em bagunças: “escreva àquele batina de meus pecados que se deixe de andar em súcia de rapazes, que o comprometem, entendendo com os que passam, e que os vizinhos se queixam de tantas declamações, cantoria e barulho”<sup>163</sup>. Tratava-se, provavelmente, do mesmo “batina da Lampadosa” que Carijó continuava a avisar que parasse de badernas com rapazes na 12ª “Pacotilha”.

---

<sup>160</sup> *Ibidem*.

<sup>161</sup> *Ibidem*, 16 e 17 de março de 1851, p. 1.

<sup>162</sup> *Ibidem*, 6 e 7 de abril de 1851, p. 2.

<sup>163</sup> *Ibidem*, 13 e 14 de abril de 1851, p. 3.

Em outras edições, ele se referiria aos frades de Santo Antônio, um deles levado até “certa rua da Cidade Nova a namorar madames, e outros que andam à noite por aí”<sup>164</sup>; repreenderia um clérigo que “anda metido em barulhos mundanos e de carolice” e “fica fazendo intrigas com outras pessoas”<sup>165</sup>; e mandaria um frade carmelita “que se deixe de tantas ternuras para aquele beco, que ele bem sabe [...] religioso não deve dar motivo pelo qual se torne censurável em sua conduta”<sup>166</sup>. Observe-se, nesta última frase, que o redator exige que um homem de ordem religiosa não seja censurável, algo que nunca impusera sobre as pessoas ou fiéis comuns, por mais réprobos que fossem. Aos comuns não era exigido maior grau de perfeição de conduta, embora fosse conveniente que se esforçassem pelo comportamento correto, polido.

Carijó mostrou-se mais ríspido e crítico, explanando melhor sua visão sobre o que é ser bom sacerdote, na 23<sup>a</sup> “Pacotilha”:

Os poderes do Estado não têm nem de leve visado uma de nossas primeiras necessidades – a de um clero que ilustre e moralize o povo, e não como aquele que hoje infelizmente temos, em sua maior parte desprovido dos requisitos que o tornam venerado [...] Um país como o nosso, onde a vida de padre é quase sempre procurada como um ganha-pão [...]. Tenho feito todos os esforços a bem da importância e crédito que deve ter classe tão importante como a do clero, tenho mesmo publicado fatos escandalosos por sua imoralidade [...] praticados por certos sacerdotes.<sup>167</sup>

O redator indicava, no excerto, a necessidade de um Estado cujo clero fosse probo, moral e correto para ilustrar e moralizar a população. Eis duas das prerrogativas importantes para Carijó: ilustração e moralidade. Lamentava que a vida de padre fosse procurada mais como simples vínculo empregatício do que pela função devida, sendo ela ajudar na correção dos comportamentos. Carijó propunha-se a fazer todos os esforços para trazer de volta a importância e o crédito da classe clerical, denunciando “fatos escandalosos” de certos sacerdotes, o mais comum deles, por certo, certos padres envolvidos com mulheres: “diga àquele sacristão da Capela que foi muito censurável a sua maneira de proceder na capela de S. Cristóvão no dia da festa, dirigindo gracinhas a uma senhora casada”<sup>168</sup>.

Além dos namoradores, havia os clérigos que gostavam, como vimos em muitos casos antes, de saber da vida alheia: “faça sentir a um senhor que frequenta certa casa na rua Formosa, que deve deixar de trepar pelos muros das casas dos vizinhos para as devassar, pois

<sup>164</sup> *Ibidem*, 18 e 19 de maio de 1851, p. 3.

<sup>165</sup> *Ibidem*, 1 e 2 de junho de 1851, p. 3.

<sup>166</sup> *Ibidem*, 6 e 7 de julho de 1851, p. 3.

<sup>167</sup> *Ibidem*, 13 e 14 de julho de 1851, p. 2.

<sup>168</sup> *Ibidem*, 21 e 22 de setembro de 1851, p. 3.

que isto está mal a qualquer, quanto mais a um sacerdote”<sup>169</sup>. O citado chega ao ponto infeliz de subir em muros para xeretar – ao que Carijó chama, aqui, “devassar”. Ao redator, isto parecia inadequado a qualquer ser humano, ainda mais a um sacerdote, considerando a linha que dividia a gente comum e o homem de igreja.

Em outro momento, foi censurada a atitude desordeira de outro clérigo: “em um couro de boi bem alcatroado enfarde aquele padre, que muito de perto conhecemos, para que ele se abstenha de andar fazendo desordens”<sup>170</sup>.

Olé, Sr. Gregório! a que tempos não aparece enfardado o nosso bom padre C...! Lance mão de um couro de boi, e meta-o dentro para que não desacate o templo de Deus, de que se diz ministro, com ações e *obras* indignas, e de que nem me atrevo a falar, contando com a emenda desse servo de Deus.<sup>171</sup>

Apesar de incomodado pelas críticas que tinha de fazer com reincidência, Carijó parecia um esperançado. Assim como contava “com a emenda desse servo de Deus”, também esperava que todos aqueles que acusava ajeitassem seus costumes. É para isso que deveria servir a “Pacotilha”, afinal: denunciar, corrigir e esperar pelas melhorias.

#### 2.4 – Desordem e vadiagem no universo das *Memórias*

A quem quer que se tenha deliciado com as páginas de *Memórias de um sargento de milícias*, todos os elementos citados nos subcapítulos anteriores certamente soaram mais do que familiares. Todos eles permeiam o único romance de Manuel Antônio de Almeida. Logo no segundo capítulo das *Memórias*, damos de cara com uma briga intensa entre o casal Leonardo-Pataca e Maria. Ofendido pela esposa, não apenas o homem avança sobre ela de punhos cerrados, como fica à beira de uma palavra injuriosa, forte o bastante para passar mal: “e a injúria que ia soltar era tão grande que o engasgou... e pôs-se a tremer”<sup>172</sup>. Em seguida, Leonardo ameaça trancar a boca da mulher a socos, que ele realmente começa a desferir. A mulher, desesperada, grita por socorro ao compadre barbeiro que residia próximo dali. Isso demonstra que a briga não ficou circunscrita à casa deles e do filho, mas se estendeu ao público da vizinhança. Enquanto essa contenda escandalosa sucedia, Leonardo (o filho)

<sup>169</sup> *Ibidem*, 31 de outubro de 1852, p. 2.

<sup>170</sup> *Ibidem*, 27 de fevereiro de 1853, p. 2. Toda vez que uma atitude desagradava demais o redator da “Pacotilha”, ele mandava que a denúncia fosse “enfardada” em um couro duro, ruim, alcatroado, couro de boi, costurado com uma agulha ferrugenta ou coisa do tipo, para demonstrar quão faltosa se mostrava a atitude do indivíduo.

<sup>171</sup> *Ibidem*, 29 de agosto de 1852, p. 2.

<sup>172</sup> *Ibidem*, 4 de julho de 1852, p. 1.

rasgava os autos processuais do pai. A publicidade da briga não passa sem a opinião descritiva de Almeida:

Espiar a vida alheia, inquirir dos escravos o que se passava no interior das casas, era naquele tempo coisa tão comum e enraizada nos costumes que ainda hoje, depois de passados tantos anos, restam disso vestígios.<sup>173</sup>

O autor identifica um costume – muito ruim, de acordo com a “Pacotilha” – e menciona-o como algo já velho, em nada novidade, de forma que ainda restavam vestígios disso nos dias em que escreve, o que sabemos ser verídico graças à seção do *Correio*.

No terceiro capítulo<sup>174</sup>, Almeida dá continuidade à descrição das travessuras de Leonardo, então abandonado pelos pais. O menino não demora a receber a qualificação de travesso. É caracterizado pela desordem que causava, pelas grosserias que fazia, pela maneira traquinas de ser. No entanto, a culpa disso recai sobre o barbeiro que o adotou, por achar o menino “cheio de espírito e de viveza”, enquanto o narrador tacha suas ações como de “menino malcriado”. O barbeiro achava graça, contava para a vizinhança e mostrava muito gosto pelo garoto. O problema é que “este, aproveitando-se da imunidade em que se achava por tal motivo, fazia tudo quanto lhe vinha à cabeça”. A vizinhança não o suportava – como alguns que se correspondiam com a “Pacotilha” não suportavam moleques malcriados –, isso bem sabido pelo barbeiro.

Dentre todos os adjacentes, um a quem o autor chama genericamente de “a vizinha” era o desafeto-mor do barbeiro. A vizinha ficava de olho na rua, julgava seu querido afilhado e causava, por isso, rebuliços com o homem, que chega a lhe recomendar com demonstração de raiva: “Oh! senhora, replicou o compadre muito irritado, que tem a senhora com a minha vida e mais das coisas que me pertencem? Meta-se consigo, cuide nos seus bilros e na sua renda, e deixe a vida alheia”<sup>175</sup>.

Cuidar da vida alheia, no romance, não era só coisa da vizinha. Outra personagem de nome genérico, a comadre, também o praticava. Ela era das que usavam um acessório na vestimenta que, para o autor, possuía função certa: a mantilha.

Era o hábito mais conveniente aos costumes daquela época; as ações dos outros, *sendo o principal cuidado de quase todos*, era muito conveniente ver sem ser visto; ora, debaixo daquela capa negra passavam-se imensos mistérios: a

---

<sup>173</sup> *Ibidem*.

<sup>174</sup> *Ibidem*, 11 de julho de 1852, p. 1.

<sup>175</sup> *Ibidem*, 18 de julho de 1852, p. 2.

mantilha para as mulheres estava na razão das rótulas para as casas; eram o observatório da vida alheia.<sup>176</sup>

No trecho, Almeida reforça a ideia de quão comum era o inquirir da vida alheia, o que não parecia de bom tom, posto que feito às escondidas, sob mantilhas ou nas rótulas das portas. Esse mau costume era hábito de quase todas as pessoas, para o narrador. A comadre, mulher religiosa, não se exime disso. Assim que fica a par de umas informações sobre o abandono do afilhado, corre para a casa do barbeiro, mas como informa o narrador, “não se pense porém que a levava a isso o interesse pelo afilhado, não, era apenas curiosidade; queria saber o caso com todos os menores detalhes”<sup>177</sup>.

A diferença entre a comadre e a vizinha era que a primeira evitava conflitos, enquanto a segunda gostava de alimentá-los, em especial com o barbeiro. Em uma das cenas mais cômicas do livro, uma discussão entre os dois é mote para uma série de respostas afiadas, e que acontece em público.

[O barbeiro] por muito tempo conseguiu conter-se, porém um dia não pôde mais e desbaratou-se com a sujeita. Chegando por acaso à porta da loja, a vizinha que estava à janela disse-lhe em tom de zombaria:

- Então, vizinho, como vai os eu reverendo?

Um velho que morava defronte, e que também se achava à janela, desatou a rir-se com a pergunta.

O compadre foi às nuvens; avermelhou-se de raiva, franziu a testa, porém fez que não tinha ouvido. A vizinha pôs-se também a rir, percebendo o cavaco do compadre, e acrescentou:

- Padre amigo do fado... tem que ver... quando vai ele outra vez ao campo dos Ciganos?...

O velho defronte redobrou a risada. A vizinha continuou:

- Então, ele já encarrilha o padre-nosso?

O compadre exasperou-se completamente, e estudando uma injúria bem grande para responder, disse afinal:

- Já... já... senhora intrometida com a vida alheia... já sabe o padre-nosso, e eu o faço rezar todas as noites um pelo seu defunto marido que está a esta hora dando coices no inferno!...<sup>178</sup>

A briga continua por mais algumas linhas, ainda, e mesmo depois que a vizinha se recolhe no interior de sua residência, continua a gritar impropérios que os vizinhos continuam a escutar. Como citamos, a “Pacotilha” preocupava-se com vexames em público, mas também com os escândalos que trespassavam o interior das residências. Temos no trecho acima um claro exemplo literário, provavelmente nos moldes de alguns eventos similares, das vexatórias brigas entre vizinhos que ocorriam entre habitantes da capital brasileira do século XIX. Brigas

<sup>176</sup> *Ibidem*, 25 de julho de 1852, p. 2. [Grifo nosso.]

<sup>177</sup> *Ibidem*.

<sup>178</sup> *Ibidem*, 15 de agosto de 1852, p. 1.

públicas, injuriosas, agressoras aos ouvidos alheios, embora houvesse outros ouvidos, bastante interessados. Era um péssimo exemplo para todos.

Além do costume em si, acrescentava-se na obra a condescendência de quem assistia à contenda, como o velho que se ri das zombarias, tal qual riam-se os companheiros do Leonardo-pataca quando de sua prisão. “A mofa, o escárnio, o riso dos companheiros seguiu-o por muitos dias, incessante e martirizador”<sup>179</sup>. Preso, humilhado, socialmente rebaixado, Leonardo-pataca sofre com as agruras da zombaria, que ao invés de corrigir e ensinar, atormenta.

A observação que os vizinhos faziam da vida alheia não apenas era incômoda, como poderia servir de restrição para algumas atitudes. Se Leonardo-pataca não se importa em bater na esposa e fazer um escarcéu que chegava aos ouvidos alheios, por outro lado, quando mais velho, fica receoso da reação dos outros quanto à sua têmpera raivosa. Em uma nova briga com o filho, anos depois de tê-lo abandonado, Leonardo-pataca diz à comadre: “Oh, senhora! [...] se isto vai assim, não há um momento de sossego nesta casa; acabada uma, começa outra: o que há de dizer esta vizinhança? Olhem que isto é casa de um oficial de justiça”<sup>180</sup>. De fato, o narrador faz o leitor saber que “três ou quatro vizinhas” se escoravam à janela para saber o que se tinha passado.

Quando José Manuel, personagem antipático e mentiroso, vai casar-se com Luisinha, protegida de D. Maria, o narrador descreve: “é inútil observar que a vizinhança estava toda à janela e observava todo aquele movimento extraordinário com olhos regalados pela mais desabrida curiosidade”<sup>181</sup>. Depois que a carruagem parte, os vizinhos começam um burburinho, fazendo julgamentos sobre José Manuel e o tal casório.

Mais tarde, quando o toma-largura da casa real passa a visitar Vidinha – querendo vingar-se da traição de sua esposa com Leonardo –, a vizinhança logo a percebe a situação: “as visitas continuaram, e pela vizinhança começou a ouvir-se um rumor que tinha tanto de malévolo quanto de verdadeiro”<sup>182</sup>. Quando morre José Manuel, sai o cortejo fúnebre e a vizinhança se põe à janela, e “tudo foi analisado, desde as argolas e galões do caixão até a qualidade dos convidados; e sobre cada um desses pontos apareceram três ou quatro opiniões diversas”<sup>183</sup>. Bem se vê que a fofoca é recorrente, assim como nas denúncias da “Pacotilha”, também no romance.

<sup>179</sup> *Ibidem*, 8 de agosto de 1852, p. 1.

<sup>180</sup> *Ibidem*, 16 de janeiro de 1853, p. 1.

<sup>181</sup> *Ibidem*, 6 de março de 1853, p. 1.

<sup>182</sup> *Ibidem*, 24 de abril de 1853, p. 2.

<sup>183</sup> *Ibidem*, 17 de julho de 1853, p. 1.

Quanto ao protagonista, evidencia-se que a criação do menino não rendera bons frutos. Leonardo acaba por se tornar um daqueles tipos mais criticados na “Pacotilha”: um vadio. O narrador classifica-o não como qualquer vadio, mas como “vadio-mestre, vadio-tipo”<sup>184</sup>. O barbeiro, desistindo de torná-lo sacerdote, tenta ensiná-lo o ofício, mas recebe recusa, pois “o rapaz tomara gosto à vida de vadio, e por princípio algum queria deixá-la”<sup>185</sup>.

O jovem Leonardo não é o único que recebe alcunhas negativas. Outro personagem também é caracterizado por aspectos nada agradáveis: José Manuel. Amigo de D. Maria, José Manuel é um fanfarrão que conta histórias mirabolantes sobre si mesmo, um mentiroso de marca maior. O narrador descreve: “entre todas as suas *boas qualidades* possuía uma que infelizmente caracterizava naquele tempo, e talvez que ainda hoje, positiva e claramente o fluminense, era a maledicência”<sup>186</sup>. Com ironia constante, Almeida cita a maledicência como uma das más qualidades do personagem. De maneira óbvia, está debochando e criticando esse caráter que, interessantemente, afirma caracterizar os fluminenses do tempo do rei e de seu próprio tempo. Não bastando ser mentiroso e fofoqueiro, José Manuel também é tachado de interesseiro, por se aproximar de D. Maria com pretensões à mão de sua protegida, Luisinha, que deixaria um marido economicamente bem provido. José Manuel não é mostrado como afeito ao trabalho, mas como aproveitador.

Além de Leonardo e José Manuel, os vadios povoam as *Memórias* frequentemente, como o desordeiro briguento Chico-Juca e os vagabundos através dos quais o protagonista conhece Vidinha. O narrador apresenta, também, um tipo de vadiagem “privada” na figura do agregado (que também é Leonardo):

Em certas casas os agregados eram muito úteis porque a família tirava grande proveito de seus serviços, e já tivemos ocasião de dar exemplo disso quando contamos a história do finado padrinho do Leonardo; outras vezes, porém, e estas eram em maior número, o agregado, refinado vadio, era uma verdadeira parasita que se prendia à árvore familiar, que lhe participava da seiva sem ajudá-la a dar os frutos, e o que é mais ainda, chegava mesmo a dar cabo dela.<sup>187</sup>

O agregado parasita seria um tipo de vadio diferente, que adentrava o seio familiar para se aproveitar dela e se tornar um mandão numa casa que não era dele. Leonardo, que passada mais da metade da narrativa já conhecemos bem, enquadrava-se nesse tipo, gerando o atrito e a desarmonia do lar que o acolhe.

---

<sup>184</sup> *Ibidem*, 11 de outubro de 1852, p. 1.

<sup>185</sup> *Ibidem*, 14 de novembro de 1852, p. 1.

<sup>186</sup> *Ibidem*, 14 de novembro de 1852, p. 1.

<sup>187</sup> *Ibidem*, 6 de fevereiro de 1853, p. 1.

Assim como evidencia o mau costume dos cuidados da vida alheia, da curiosidade impertinente e descabida, Almeida acaba por denunciar a vadiagem, tão malquista pelos redatores pacotilheiros.

## 2.5 – O major e o vadio

Vimos que as forças de segurança do Brasil eram valiosas para a “Pacotilha”, mas careciam de mudanças nos cuidados a elas destinadas, como a seção alertava. A obra de Almeida tem como título as memórias de um homem que integrava essas forças, um sargento de milícias. Lendo o romance, podemos perceber como o autor retrata essa corporação, bem como sua importância para o destino do protagonista.

Apenas duas figuras militares são mencionadas, com destaque, nas *Memórias*: a do título, que sabemos ser Leonardo, e o temido major Vidigal. Para introduzir este último na história, o narrador comenta que “nesse tempo ainda não estava organizada a polícia da cidade, ou antes estava de um modo que bem denotava o caráter da época”<sup>188</sup>. Quanto a tal caráter, Almeida se referia ao mundo da patronagem, do desmando dos poderosos. Nas frases seguintes, ele descreve o major que assustou a todos com sua chegada:

O major Vidigal era o rei absoluto, o árbitro supremo de tudo que dizia respeito a esse ramo de administração; era o juiz que julgava e distribuía a pena, e ao mesmo tempo o guarda que dava caça aos criminosos; nas causas que ele julgava não haviam testemunhas, nem provas, nem razões, nem processo; ele resumia tudo em si; a sua *justiça* era infalível; não havia apelação na sua sentença; fazia o que queria, e ninguém lhe tomava contas; exercia enfim uma espécie de inquisição policial.<sup>189</sup>

Se a descrição parece, à nossa primeira vista, a de um desses anti-heróis apreciados por sua dureza e implacabilidade, o itálico – típico do estilo irônico de Almeida – demonstra sua aversão a esse tipo, que ignora as verdadeiras virtudes e a forma correta de se agir em prol da manutenção de seu próprio poder sobre os demais. Vidigal é similar àquele major denunciado na “Pacotilha” por xingar seus soldados, exercendo um controle que ia além daquilo que deveria ser, chegando, por fim, à ofensa e à dominação social. De fato, temido ele era.

Uma expressão que aparece mais de uma vez nas *Memórias*, geralmente direcionada ao protagonista travesso, é “levar o côvado e meio” às costas, que significava ser recrutado. A

<sup>188</sup> *Ibidem*, 25 de julho de 1852, p. 2.

<sup>189</sup> *Ibidem*.

comadre alerta o afilhado para que se cuide do Vidigal, pois se fosse pego, o côvado e meio lhe chegaria. O narrador comenta: “essa ideia do côvado e meio fez brecha no espírito do Leonardo; ser soldado era naquele tempo, e ainda hoje talvez, a pior coisa que se podia suceder a um homem”<sup>190</sup>. Esse “talvez” parece-nos mera sutileza. Pelas menções da “Pacotilha”, a vida de soldado era ingrata, sacrificada e mal remunerada, feita de homens “que se sacrificam pela nação, que vivem sujeitos a uma disciplina enérgica, e que gozam de pequenos vencimentos”<sup>191</sup>. Logo, ameaçar os vadios com o recrutamento era uma arma discursiva e ativa contra a vadiagem. O recrutado entraria para o serviço de granadeiro, estrato mais baixo da guarda, e poderia ser escolhido como soldado para o serviço policial<sup>192</sup>.

Quase ao final da obra, quando Leonardo ainda resiste ao serviço, algo interessante acontece. Enquanto Leonardo começa a tomar jeito na vida, o major, por sua vez, tem sua intimidade revelada e passa a ser descrito como um homem patético. Vê-se, então, a nova face do temido Vidigal:

O major era pecador antigo, e no seu bom tempo fora daqueles de quem se diz que não deram o seu quinhão ao vigário; restava-lhe ainda hoje *alguma coisa* que às vezes lhe recordava o passado; essa *alguma coisa* era a *Maria-Regalada* que morava na Prainha.<sup>193</sup>

À descrição acrescenta-se, no capítulo seguinte:

O major guardava na sua velhice doces recordações de sua mocidade, e apenas se via cercado por mulheres, se não era em lugar público e em circunstâncias em que a disciplina pudesse ficar lesada, tornava-se imediatamente um babão, como só se poderia encontrar segundo o velho Leonardo. Se lhe davam então no fraco, se lhe faziam um elogio, se lhe faziam uma carícia por mais estupidamente fingida que fosse, arrancavam dele tudo quanto queriam, ele próprio espontaneamente se oferecia para ir dando o que dele queriam, e ainda por cima ficava muito obrigado.<sup>194</sup>

Mesmo que lisonjeado pelas palavras das três mulheres (D. Maria, Maria-Regalada e a comadre) e decidido a ajudar o rapaz – pelas mesmas regras de lisonja que o autor tecera sobre o personagem –, Vidigal se vê na obrigação de descarregar algumas palavras sobre disciplina, mas depois se emociona, chora, perde a gravidade e tenta reassumi-la, na posição ridícula em que o autor o coloca.

<sup>190</sup> *Ibidem*, 3 de abril de 1853, p. 1.

<sup>191</sup> *Ibidem*, 28 de março de 1852, p. 2.

<sup>192</sup> *Ibidem*, 16 de maio de 1853, p. 1.

<sup>193</sup> *Ibidem*, 26 de junho de 1853, p. 1.

<sup>194</sup> *Ibidem*, 10 de julho de 1853, p. 1.

Se a figura austera e dura de Vidigal é de tal forma envergonhada, em uma zombaria mordaz de Almeida sobre aqueles que abusavam de patentes elevadas, por outro lado a figura de Leonardo se dignifica através, justamente, da ação desse major. Com a interpelação das mulheres, o Vidigal não apenas o libera, como também o eleva ao cargo, fazendo um ato de bondade que leva o rapaz à reflexão e à correção de seus costumes. Leonardo se ajeita e, como sargento, passa a agir com disciplina e bom caráter, sendo recompensado por isso com um trabalho, onde exerce certo nível de poder, e com o amor autêntico da primeira paixão de sua vida, Luisinha – o que implica os bens materiais da mulher, mesmo que aparentemente seja-lhe de importância secundária.

Conclui-se, portanto, que apesar de fazer do major um bonachão e de descrever a força policial de então como desorganizada e conduzida por relações de desmando, Almeida via no recrutamento uma forma de corrigir costumes mais desordeiros, não através da captura e da coerção violenta, mas através de atos virtuosos e polidos, como aquele que faz o major converter em bom cidadão o desregrado vadio.

## **2.6 – Religião predominante, religiosidade fajuta**

Nas *Memórias de um sargento de milícias*, predomina a presença da religião e dos costumes católicos da primeira metade do século XIX no Brasil. Festas, missas e comentários de cunho cristão são recorrentes na narrativa. Entretanto, na composição de Manuel Antônio de Almeida, a religiosidade é exercida de forma subjetiva, pertinente ao caráter nada perfeito dos personagens do romance. Não existe, ali, uma pessoa sequer que cumpra com os deveres cristãos como se deve, pelo menos não naquilo que o narrador conta. Quase toda vez que a religiosidade é mencionada, ou é mostrada como pano de fundo para uma situação – como a festa do Divino Espírito Santo<sup>195</sup> –, ou faz parte do comportamento social, adequada à pouca boa vontade dos personagens em agir civilizadamente, o que implicaria a prática da moral e a fuga à maledicência.

O barbeiro, padrinho de Leonardo, fica conhecido como um homem bondoso por cuidar do menino, mas seu caráter é colocado no fio da navalha – com o perdão do trocadilho – ao apropriar-se do dinheiro de um capitão que confiava nele. Mais tarde, quando começa a imaginar uma profissão para o afilhado, reflete sobre o *status* das possíveis profissões: “gastava às vezes as noites em fazer castelos no ar a respeito dele [Leonardo]; sonhava-lhe em

---

<sup>195</sup> *Ibidem*, 17 de outubro de 1852, p. 1.

grande fortuna e uma elevada posição, e tratava de estudar os meios que levassem a esse fim”<sup>196</sup>. Após considerar várias profissões, todas descartadas por ressalvas, o barbeiro decide que Leonardo deveria ser clérigo: “um senhor clérigo é muito bom... é uma coisa muito séria... ganha-se muito... pode vir um dia a ser cura”. Logo, percebe-se que não há uma intenção no padrinho de formar um homem na fé e na ação da cristandade, mas sim destacá-lo através de uma função que outorgasse superioridade social e dinheiro.

Leonardo, ainda garoto, descobre em sua vida a importância da religião católica. Não que quisesse ser clérigo, pois rejeitava a ideia, mas porque descobre na missa um excelente local para prática de travessuras. Conhecendo outro rapazote traquinas, passa a ter inspirações:

O nosso futuro clérigo tinha muitas vezes pensado em como não lhe seria agradável ver-se revestido como o seu companheiro de uma sobrepeliz, e feito também sacristão, ter a toda hora à sua disposição quantos caniços quisesse, ter por sua e de seu amigo toda a igreja, poder nos dias de festa, tomando o turíbulo, afogar em ondas de fumaça a cara da velha que mais perto lhe ficasse na ocasião da missa.<sup>197</sup>

E Leonardo não se satisfaria em somente imaginar, mas também sanaria seu desejo. O menino torna-se sacristão e faz, como primeira vítima, aquela vizinha que lhe professava mau futuro:

Começaram então os dois uma obra meritória; enquanto um, tendo enchido o turíbulo de incenso, e balançando-o convenientemente, fazia com os rolos de fumaça que se desprendiam fossem bater em cheio na cara da pobre mulher, o outro com a tocha despejava-lhe sobre as costas da mantilha a cada passo plastradas de cera derretida, olhando disfarçado para o altar.<sup>198</sup>

Os dois ajudantes, pretensos cristãos, fazem exatamente o contrário do que ensinava Jesus Cristo: o espaço de reza e devoção a Deus é usado para fins vingativos e maldosos. Apenas um homem poderia intervir e corrigir esses costumes indecorosos na igreja: seu líder, o padre administrador. Seguindo a linha da religiosidade mal praticada e denunciada na “Pacotilha”, Almeida dá vida a um padre desavergonhado, impudico e imerso no pecado.

O mestre de cerimônias era um padre de meia-idade, de figura menos má, filho da Ilha Terceira, porém que se dava por puro Alfacinha; tinha se formado em Coimbra; por fora era um completo São Francisco de austeridade católica, por dentro refinado Sardanápalo, que podia por si só fornecer a Bocage assunto para um poema inteiro; era pregador que buscava sempre por assunto a honestidade e a

<sup>196</sup> *Ibidem*, 11 de julho de 1852, p. 1.

<sup>197</sup> *Ibidem*, 22 de agosto de 1852, p. 1.

<sup>198</sup> *Ibidem*.

pureza corporal em todo o sentido; porém interiormente era sensual como um Oriental. O público ignorava talvez semelhante coisa, porém outro tanto não acontecia aos dois meninos que andavam, ao fato de tudo; o mestre de cerimônias, fiado em que pela sua pouca idade dariam eles pouca atenção a certas coisas, tinha-os algumas vezes empregado no seu serviço, mandando recados a uma certa pessoa que, saiba o leitor em segredo, era nada menos do que a cigana, objeto dos cuidados do Leonardo [o pai], com quem Sua Reverendíssima vivia há certo tempo em estreitas relações, salvando, é verdade, todas as aparências da decência.<sup>199</sup>

Arrogante acerca de si mesmo e de sua origem. Impuro e indecente o bastante para ser chamado Sardanápalo e assunto possível para Bocage. Sensual como um homem do Oriente. Amante de uma cigana, a quem mandava recados através de garotos da sacristia. Essa é a visão que Almeida nos oferece de um homem que, se primasse pelos deveres da fé e da moral cristã, deveria portar-se como incorruptível e honrado cidadão. As ações do padre, entretanto, não ficam sem castigo. Os meninos aprontam com ele, fazendo-o perder o horário certo da pregação anual de que mais gostava<sup>200</sup>; depois, o Vidigal o prende em flagrante, causando vergonha e humilhação ao clérigo<sup>201</sup>.

No caso da comadre, o autor a apresenta como uma figura que carrega nos lábios palavras de invocação cristã, mas também a maledicência costumeira do povo retratado. Ironiza o parco conhecimento bíblico da mulher, que confunde as palavras de Deus-Pai com as de Cristo<sup>202</sup>; relata que a mulher reza, vai à missa, mas também intriga contra o próximo; além disso, quando vai à missa, é para conversar e saber novidades<sup>203</sup>, fugindo à finalidade do ambiente eclesiástico.

Os ambientes e eventos que deveriam servir a funções e obrigações cristãs acabam se revelando espaços para mais acontecimentos imorais, recaindo na incivilidade. Em certas procissões, havia grande baderna de indivíduos que as acompanhavam, como no momento de ajoelhar-se: “este ato [de joelhos], que satisfazia a devoção dos carolas, dava pasto e ocasião a quanta sorte de zombaria e de imoralidade e lembrava aos rapazes daquela época, que são os velhos de hoje, que tanto clamam contra o desrespeito dos moços de agora”<sup>204</sup>. Os rapazes falavam coisas em voz alta, engraçadas ou indecentes, e lançavam bolas de cera em carecas incautos. A bagunça do passado, no entanto, perseverava nos dias de Almeida, levando os velhos de outrora a criticarem os novos bagunceiros de seu tempo.

---

<sup>199</sup> *Ibidem*, 29 de agosto de 1852, p. 1.

<sup>200</sup> *Ibidem*.

<sup>201</sup> *Ibidem*, 12 de setembro de 1852, p. 1.

<sup>202</sup> *Ibidem*, 5 de dezembro de 1852, p. 1.

<sup>203</sup> *Ibidem*, 25 de julho de 1852, p. 2.

<sup>204</sup> *Ibidem*, 11 de julho de 1852, p. 1.

Já no oratório, havia filhas que abandonavam seus pais e fugiam com homens de má índole enquanto a família rezava. Um grito podia interromper as orações, fazendo os devotos se voltarem e descobrirem corpos assassinados em meio ao povo ajoelhado<sup>205</sup>. Almeida faz questão de revelar os muitos aspectos desagradáveis de seu próprio tempo no romance. Em meio a suas palavras, apesar de muitas vezes cômicas, parece haver certo pessimismo na obra. Enquanto Carijó perseverava na luta contra esses elementos, Almeida parecia incrédulo de uma melhora, posto que os problemas da capital já eram antigos e não davam sinais de esmorecimento. Isso não o impediu de lutar contra esses problemas com sua ficção verossímil.

---

<sup>205</sup> *Ibidem*, 19 de dezembro de 1852, p. 1.

## CAPÍTULO 3 - ENGAJAMENTO DE UM, OMISSÃO DE OUTRO

Tentar controlar os comportamentos condenáveis mencionados no capítulo anterior parecia bem possível ao Carijó. Outras denúncias também ganharam espaço na “Pacotilha”, das mais variadas categorias ou temáticas. As que analisaremos neste capítulo também faziam parte do discurso civilizatório do redator-chefe da seção, mas enquanto algumas situações anteriormente citadas podiam ser corrigidas de maneira mais imediata – dependendo da disposição dos indivíduos –, a questão a seguir se mostraria de maior dificuldade. Esbarrava em dois sérios obstáculos: a má vontade política e a força das estruturas sociais.

### 3.1 – Da escravidão e dos maus-tratos aos negros

Mamede Mustafa Jarouche identifica na “Pacotilha” um abolicionismo de hipocrisia filantrópica. Para o autor, o abolicionismo defendido pela seção devia-se mais à necessidade de deixar a imagem do Brasil irrepreensível a olhos estrangeiros do que à preocupação com o bem-estar dos negros<sup>206</sup>. Buscamos trazer à tona mais elementos do discurso pacotilheiro sobre o tema, para definir melhor o que era esse abolicionismo.

Para Carijó, a escravidão era uma forma de trabalho a ser superada. Não condizia com sua verve liberal uma civilização que se valesse do trabalho compulsório, cabendo aos governantes e proprietários de terras o início, então urgente, de algum tipo de substituição da mão de obra.

Pasma o não se cuidar da substituição de braços, que, a verificar-se com sinceridade o cumprimento de obrigações contraídas, nos virão a faltar, prejudicando os interesses e importância de um país agrícola como o nosso. [...] Que severas contas devem ser pedidas à administração pelo indesculpável descuido da substituição de Africanos? [...] Ou o governo do Brasil está de boa fé na repressão do tráfico, ou finge uma coisa e ela é outra. Para estes [gente imprecavida com o futuro do trabalho agrícola, que contava com negros de contrabando], o que não for negro novo não é um *grande civilizador* importado para o aumento e prosperidade da Terra de Santa Cruz.<sup>207</sup>

Como percebemos no trecho, Carijó levanta com veemência a necessidade de entender as razões que o governo tinha para não tomar logo providências contra a escravidão. Afinal, não estariam combatendo o tráfico de escravos com afinco, como deveriam? A demora era um

<sup>206</sup> JAROUCHE, *op. cit.*, 18 – 20.

<sup>207</sup> **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro, 16 e 17 de fevereiro de 1851, p. 1.

risco, pois podia acarretar o prejuízo das produções agrícolas brasileiras, que caracterizavam a economia do país.

Carijó costumava zombar, embora desgostoso, da pretensa caçada ao tráfico de escravos, propagandeada pelos governantes brasileiros. Ele evidenciaria seu aborrecimento na 32ª “Pacotilha”:

Disse a muito poderosa soberana da Inglaterra, Irlanda e Escócia, falando do tráfico:

“Felicito em poder congratular-vos pela considerável diminuição que tem havido no tráfico de escravos entre a África e o Brasil.”

[...]

Eis como são as coisas deste mundo de ilusões! Andavam aqui os homens da ministrarça, seus amigos e publicistas apregoando que o ministério era Moisés, que com sua varinha mágica tinha feito e acontecido contra o tráfico, a ponto de estar *quase extinto*.<sup>208</sup>

O que escarnecia era a autopromoção feita pelos ministros e seus aliados, como se fossem os responsáveis – de pura e espontânea vontade – pela quase extinção do tráfico quando, em verdade, foi a pressão britânica que fez com que essa perseguição se iniciasse.

Se por um lado criticava o Brasil, a “Pacotilha” elogiava os Estados Unidos por estarem obtendo melhor desempenho na substituição da força de trabalho. Lamentava a saída do diplomata norte-americano David Tod do nosso país, sendo ele combatente da escravidão<sup>209</sup>. Tomava, portanto, aquele país como exemplo nesse quesito.

Certa carta noticiava um escravo exercendo a função de mestre de música de batalhão, o que ultrajava Carijó pela discrepância existente em homens livres sendo guiados por um cativo. Sugeria que se desse a liberdade ao homem, se possuía mesmo o dom para a função, e questionava se “fica como patente que todos são iguais, escravos e livres, ou que todos os brasileiros são escravos com diferentes *librés*?”<sup>210</sup>.

De tudo o que Carijó escreveu sobre a escravidão, o maior libelo publicou-se em 1852, na “Pacotilha” de número 58. Dispara o redator:

Tudo está dito a respeito da escravidão. A história das misérias e sofrimentos, que constitui a tez da vida do escravo, já foi narrada por penas eloquentes. [...] Resta porém contar a vida íntima, estudar como poeta e artista as longas horas de tédio e aviltamento em que lentamente se embrutece o espírito, se azeda o caráter, se corrompe a alma do infeliz que arrasta o grilhão do cativo.

Os resultados de um tal estudo seriam nimamente perigosos, seria dar liberdade ao tigre e mostrar-lhe a presa, dizer-lhe: és forte, devora! Para arrancar

<sup>208</sup> *Ibidem*, 14 e 15 de setembro de 1851, p. 1.

<sup>209</sup> *Ibidem*, 9 e 10 de março de 1851, p. 1.

<sup>210</sup> *Ibidem*, 17 e 18 de agosto de 1851, p. 1.

pois do abismo em que caiu a raça africana é preciso um trabalho longo e difícil, é preciso educar durante longos anos a mais embrutecida das raças [...] Para fazer-lhe compreender os seus direitos, mostrando-lhes ao mesmo tempo que a vingança é um crime, cumpre pregar com a palavra e com o exemplo.

Difícil e árdua como é essa tarefa, a civilização em nome de Cristo a impõe a todos os membros da sociedade moderna, e os que a rejeitam, rejeitam o perdão que terão de implorar na hora do supremo julgamento. [...] Não se conclua porém que reprovamos absolutamente os castigos, ou que nos esquecemos do que mandam as obras de misericórdia. Sabemos, e por própria experiência, até que ponto de malévola e brutal pertinácia chega a inteligência do africano escravo. [...] O que nos exaspera, o que ofende o espírito de todo homem generoso, são esses castigos sem nome, essas torturas horrendas, esse sangue frio de carrasco com que alguns senhores contemplam durante horas inteiras o suplício do homem sobre cuja vida se julgam com direito porque o compraram.<sup>211</sup>

Carijó afirma que muito já se tinha escrito sobre a condição lamentável dos escravos, mas achava que ainda existia espaço para que se tratasse dela de forma artística, entrando nos detalhes íntimos da penúria daquelas pessoas. Note-se que ele concordava que os escravos são brutos, mas entendia isso como consequência do aviltamento sofrido nas mãos de seus donos, acarretando também em azedamento do caráter e corrupção da alma. Entretanto, libertá-los de uma vez e mostrar a eles as razões de suas personalidades apresentaria um risco muito grande. Era preciso educá-los ao longo dos anos, mostrando a vingança como criminosa. Ele aponta o perigo de uma revolta de negros, caso estes percebessem o que sofriam nas mãos de seus proprietários – o que eles certamente sabiam, a despeito do que Carijó conjecturasse sobre sua ignorância.

O nome de Cristo, a religiosidade e a pregação salvacionista eram invocadas a fim de defender a importância dessa educação para escravos, como um apelo ao âmago religioso da sociedade brasileira oitocentista. Carijó até admite que castigos leves fossem infligidos, imaginando que fossem justos em função das rebeldias e más ações de determinados negros, pois estes não eram considerados estúpidos, sendo referida a sua inteligência, malévola e de brutal pertinácia em alguns momentos. A grande preocupação de Carijó não seria a escravidão em si, mas a desapiedada e bárbara ação de muitos senhores sobre eles, castigos severos e desumanos que eram contemplados por horas. Carijó também considerava os espíritos dos senhores cruéis embrutecidos, pois pensava ser o caráter deles, pouco educados na civilidade, que fazia com que agissem sem misericórdia:

Requeira ao Sr. chefe de polícia providências para fazer cessar os bárbaros castigos que cotidianamente são aplicados aos pobres escravos, que com os gemidos comovem a todos que os ouvem, e não têm ainda o coração embrutecido como esses senhores, que entendem ilimitado o direito de propriedade sobre esses escravos.<sup>212</sup>

<sup>211</sup> *Ibidem*, 15 de março de 1852, p. 1.

<sup>212</sup> *Ibidem*, 16 de maio de 1852, p. 2.

O escravo é retratado, em alguns momentos, como mais envolto por civilidade que os senhores brutos:

O escravo (*palavra por mil horas pronunciada neste século de civilização*), o escravo é repellido da igreja em dia de festa, e o escravo, longe de ir ali admirar a lauta mesa, vai admirar a casa do Senhor, e à admiração juntar por ventura um rogo que melhore sua condição.<sup>213</sup>

Como já deve ter o leitor percebido, a “Pacotilha” variava na maneira de informar ou denunciar. Por vezes era reticente, apenas comentando genericamente os fatos sem entrar em detalhes, em outras descrevendo e explicitando melhor as ações e os nelas envolvidos. Veremos, a seguir, algumas denúncias, onde o redator e seus colaboradores são mais abertos quanto aos maus-tratos infligidos a escravos do Rio de Janeiro, a começar por esta senhora bastante cruel:

Vamos, Sr. Antonio; acabemos com isto que quero sair de casa; há duas horas que tenho os ouvidos azoados com tanta pancadaria que tem estado a ferver na casa da vizinha. A mulher pilhou o marido fora de casa, mandou chamar dois rapagões, e mediante a gorjeta de 1\$rs. tem mandado estalar a chicote duas pobres negras, estando uma delas grávida, que em soluço só pede que não lhe deem no ventre para não matar o seu filho. Feche isto que vou ver a farsa chinesa Fich-Tang Khan para distrair-me do violento abalo que o estrondo dessas crueldades produziu em meus nervos.<sup>214</sup>

Em outro número da “Pacotilha”, relata:

Ao Sr. desembargador chefe de polícia, informando-o que na rua do Príncipe dos Cajueiros reside uma senhora viúva que vive flagelando os escravos com bárbaros castigos, entrando neste número marcas de fogo; que agora mesmo tem ela encarcerada e incomunicável uma sua escrava, à qual só dá alimento uma vez por dia.<sup>215</sup>

Enquanto alguns marcavam a fogo, chicoteavam ou puniam seus escravos com inanição, havia outro tipo desumano que acabava se aproveitando de deficiências dos escravos – infligidas, talvez, por eles mesmos – com fins de lucro, como mencionado na mesma edição: “é tempo de providenciar sobre a escandalosa imoralidade de certos senhores que põem na rua ao abandono os escravos que em seu serviço ficaram cegos, e outros que põem a tirar esmolas para eles”.

<sup>213</sup> *Ibidem*, 4 de julho de 1852, p. 1. [Grifo nosso.]

<sup>214</sup> *Ibidem*, 23 e 24 de março de 1851, p. 1.

<sup>215</sup> *Ibidem*, 9 de junho de 1851, p. 3.

A maior parte dos relatos eram denúncias enviadas à redação por leitores incomodados pela falta de compaixão, ou pior, pelos requintes de crueldade com que os proprietários de escravos os assolavam:

Abundam as correspondências denunciando-me as barbaridades praticadas por senhores, e principalmente senhoras com seus escravos. [...] Consta-me que para o lado do Botafogo há uma senhora que passa os dias a castigar os escravos, cujos gemidos afligem os moradores da vizinhança, sendo acompanhados os castigos dos gritos dessa senhora que a eles preside.<sup>216</sup>

Parece saltar, aos olhos desse correspondente, que o gênero feminino era mais recorrente nas barbaridades contra os escravos. Provavelmente, tratava mais dos escravos urbanos que dos rurais, dadas colocações e ambientes que descreve. Seria certamente mais difícil ouvir urros de dor vindos de uma fazenda do que de uma residência numa rua da cidade. Em julho do mesmo ano, ele delata:

Ao inspetor ou inspetores de quarteirão da rua da Valla, que é quanto antes necessário empregar os meios para coibir as sevícias e barbaridades praticadas contra escravos por certa moradora dessa rua que até chega a pôr mordanças nas bocas das escravas, que são crioulas.<sup>217</sup>

Quando não eram as senhoras que ordenavam os castigos, fazia-se como uma outra, apelidada de Víbora, que instigava o marido a maltratar uma negra:

Mande à casa das 12 portas falar com o seu morador [...] e pergunte-lhe qual custa mais suportar, se picadas de agulha, ou o barbarismo com que ele, atiçado pela sua companheira – *Víbora* –, costuma castigar seus escravos. [...] Lembre-lhe que todos ainda têm presente a figura horrorosa daquela pobre preta que saiu um dia para a rua nua como veio ao mundo, e agarrando-se com quem passava para que lhe valesse, mas que apesar disso não deixou de ir à correção.<sup>218</sup>

Como mais um exemplo de mulher cruel, citemos este trecho, contendo outro apelo: “faça constar à moradora da rua da Carioca que os vizinhos já não podem aturar a contínua gritaria que parte da sua casa; rogue-lhe que deixe os pobres escravos descansar por uns instantes de tanta pancadaria”<sup>219</sup>. Ressalte-se, diante do escrito, mais uma mostra de que Carijó não feria a privacidade alheia, pois a notícia lhe chegou em função da gritaria que ultrapassava os interiores da casa.

<sup>216</sup> *Ibidem*, 15 e 16 de junho de 1851, p. 2.

<sup>217</sup> *Ibidem*, 13 e 14 de julho de 1851, p. 3.

<sup>218</sup> *Ibidem*, 31 de outubro de 1852, p. 2.

<sup>219</sup> *Ibidem*, 14 de dezembro de 1852, p. 1.

Alguns escravos, de tanto medo dos castigos, chegavam a se matar afogados<sup>220</sup>. Por mais que se espancassem escravos com ferocidade, nenhuma autoridade tomava qualquer providência a respeito dos agressores:

Sem a menor contemplação atice pancadaria velha naquele caixeiro da rua da A, casa de cafés (veja se é nº 26), por haver horrível e brutalmente espancado um pobre preto que só por milagre poderá estar vivo. Que alma feroz e danada! E não há quem puna tamanha atrocidade!<sup>221</sup>

Outra denúncia, aparentemente, também tinha sido ignorada por autoridades, se é que estas chegaram a saber do ocorrido:

Existe uma senhora, consorte de um sujeito que o apelidam ‘Vítima’, que também há dias quebrou um dedo a uma escrava, e foi preciso ir à Santa Casa para lhe ser cortado, como de fato o foi. No caso de se querer averiguar o fato há provas.<sup>222</sup>

As atrocidades não paravam de acontecer, assim como os leitores e a “Pacotilha” não paravam de denunciar:

Diga àquele sujeito que mora na rua da Assembleia, passando a rua dos Ourives, que se deixe de ser bárbaro, levando 2 e 3 horas a castigar uma pobre preta escrava, pois a mesma foi encontrada no dia 8 do corrente com os braços todos feridos e a correr sangue; diga que os vizinhos não estão acostumados a verem tais torturas; e no caso de não se emendar hei de declarar o número da casa, pois tenho três cupidos que estão de vigia na sua porta.<sup>223</sup>

Acima, o redator ameaça expor a residência do morador, a fim de intimidá-lo a parar os flagelos exacerbados. Tal intimidação ele já havia feito tempos antes com outros proprietários de escravos:

Escreva à autoridade policial que tem jurisdição na Ilha das Cobras que ponha cobro ao horroroso tratamento que dá a um escravo uma senhora residente naquela ilha. Escreva na mesma ocasião ao Sr. oficial F... marido dessa senhora, pedindo-lhe que por humanidade não consinta em castigos tão bárbaros, e que se a coisa continuar não terei dúvida em tornar-me denunciante público, declarando o seu nome, o de sua senhora, e o do infeliz martirizado; e chamarei as vistas da autoridade para um tal crime, que não deixa de o ser por praticado contra escravo.<sup>224</sup>

<sup>220</sup> *Ibidem*, 20 e 21 de julho de 1851, p. 3.

<sup>221</sup> *Ibidem*, 8 de dezembro de 1851, p. 2.

<sup>222</sup> *Ibidem*, 5 de janeiro de 1852, p. 2.

<sup>223</sup> *Ibidem*, 12 de janeiro de 1852, p. 3.

<sup>224</sup> *Ibidem*, 27 e 28 de abril de 1851, p. 3.

Infelizmente, as vistas das autoridades não somente se desviavam dos ocorridos, como muitas vezes pesavam igualmente cruéis sobre as vítimas. Recorrentemente, a seção acusava figuras da polícia ou inspetores de usarem de força exagerada sobre negros, ou então, sua inação, ao escrever “ao sujeito que advoga a causa dos africanos livres acorrentados, e acabrunhados com pancadas, responda que nada posso fazer. Quando a quem compete não dá isso o menor abalo, parece-me sem fruto qualquer advertência que faça”<sup>225</sup>. Embora se mostrasse desanimado nessas linhas, ele ainda escreveria muitas outras denúncias sobre o tema: “à polícia, faça uma circular que, nas suas excursões noturnas, não espanque tanto os pobres escravos que são encontrados depois da hora canônica do Aragão, como constantemente está acontecendo”<sup>226</sup>. Em outra edição: “diga aos dois corujas do 2º da reserva que foi muito mal feito o que praticaram no dia 29 do passado. Não é lícito ameaçar de meter a espada em homens livres só porque são de cor escura”<sup>227</sup>.

Carijó também se desgostava da proibição de que os negros usufruíssem de espaços públicos, como o teatro, bem como de serem atendidos pela igreja. Ele manda seu auxiliar, senhor Antônio, que “oficie ao juiz do teatro onde atualmente se dão espetáculos, para que providencie com o rigor das leis contra quem injuriar nos teatros os homens de cor”<sup>228</sup> e manda indagar, em tom réprobo:

Escreva ao corretor da ordem do Bom Jesus, e pergunte-lhe por que razão não tem mandado batizar os africanos livres dados para as obras do hospital da mesma ordem, e também como quer esse corretor que esses africanos ajudem a missa sem ter recebido esse sacramento.<sup>229</sup>

Aliás, a própria existência da crueldade contra os escravos, em meio ao cristianismo, parecia-lhe contraditória: “ora, Sr. subdelegado de Sant’Ana, nós vivemos em um país de cristão, e não de gentios, para vermos um preto com uma grossa corrente ao pescoço e a outra ponta à argola do barril, isto nas barbas das autoridades, sem que para isto olhem”<sup>230</sup>.

Anteriormente, em 1851, uma edição da “Pacotilha” narrara uma situação inusitada, muito provavelmente uma invenção para os fins discursivos do redator. Carijó conta que Antônio o avisara da chegada de um negro, com certo ar distinto, solicitando uma

<sup>225</sup> *Ibidem*, 11 e 12 de maio de 1851, p. 3.

<sup>226</sup> *Ibidem*, 9 de junho de 1851, p. 3.

<sup>227</sup> *Ibidem*, 5 de setembro de 1852, p. 2.

<sup>228</sup> *Ibidem*, 28 e 29 de setembro de 1851, p. 1.

<sup>229</sup> *Ibidem*, 15 de dezembro de 1851, p. 3.

<sup>230</sup> *Ibidem*, 4 de abril de 1852, p. 2.

conversação com o redator-chefe, sendo logo atendido. O negro, então, discursa para Carijó. Dentre muitas coisas, destaca-se o seguinte:

Exm. Sr., venho perante este tribunal queixar-me amargamente de um abuso muito comum entre os nossos patrícios e alguns estrangeiros, que são talvez os que arrastam aqueles, levando-os assim a praticarem violências bem lamentáveis em detrimento dos brasileiros da minha cor.

[...]

É incrível, Sr. Carijó, que no estado de civilização em que se acha o nosso país, sendo garantida a aptidão dos primeiros empregos do império, pela constituição política que todos nós juramos manter, a qualquer, pelo seu saber e virtudes, independente de circunstâncias acidentais, sejamos nós homens de cor, quer mulatos, quer negros, impossibilitados de comparecer nos teatros, sobretudo de camarote, sem nos expormos à irrisão pública. [...] Parece incrível que em um país livre, regido por uma constituição liberal e uma monarquia representativa, se dê ainda um fato tão escandaloso, e que nos retrograda alguns séculos da civilização moderna, quando em todas as nações da Europa por onde andei há a mais absoluta tolerância a respeito das cores. [...] Sinto no fundo de minha alma, Exm. Sr., que meus patrícios, longe de abraçarem a carreira da civilização, queiram mostrar em público que a desprezam, que se transviam dos verdadeiros sentimentos e princípios do século e da prática e usos das nações civilizadas.<sup>231</sup>

Além de tocar no assunto da discriminação a negros nos teatros, a publicação da fala desse homem soa-nos bastante singular, pois Carijó avançava em seus anseios liberais ao permitir que fosse dada voz a um negro – mesmo que isso aparente ser uma ficção engajada, dada a oratória discursiva, cuja finalidade seria propagandear com a voz do injustiçado aquilo que o redator buscava, ou seja, uma nação civilizada.

Um ano e meio depois, em fevereiro de 1853, o discurso de Carijó a respeito do assunto parecia mudado:

Já lá se foi o tempo em que cada casa desta boa cidade era um calabouço, e em que se reputava obra muito meritória espancar desde manhã até à noite os míseros escravos, que com o seu trabalho alimentam por aí muita preguiça; o espírito público esclarecido revolta-se hoje contra esse bárbaro sistema. Escreva portanto a certa senhora da rua larga de S. Joaquim, recomendando-lhe que não recorde os tempos passados, que poupe os seus escravos, porque poupa com isso a sua fazenda.<sup>232</sup>

Aparentemente, fosse isso realmente constatável ou não, o redator-chefe da “Pacotilha” sugeria que os tempos de cárceres privados e alegres espancamentos promovidos pelos senhores de escravos já tinham sido ultrapassados, sendo a senhora denunciada nada mais que uma exceção. Teriam as cartas sobre o assunto diminuído? Teria Carijó se tornado

<sup>231</sup> *Ibidem*, 28 e 29 de setembro de 1851, p. 1.

<sup>232</sup> *Ibidem*, 6 de fevereiro de 1853, p. 2.

mais otimista quanto ao tema? Estaria ele tentando acreditar que suas denúncias surtiram efeito? Com a redução na publicação da “Pacotilha”, essas perguntas parecem sem resposta evidente ou implícita. O fato histórico conhecido é que, a despeito do que Carijó escrevesse em meados do século XIX, a escravidão e os castigos brutais ainda perdurariam por vários anos, sem muitos sinais de enfraquecimento.

### 3.2 – Os escravos figurantes

Apesar do engajamento forte da “Pacotilha” na questão escravista, na qual Carijó leva mais longe a questão da civilização – e expõe essa palavra de forma mais evidente –, Manuel Antônio de Almeida se omite quanto a ela. Nas *Memórias de um sargento de milícias*, os escravos aparecem como meros figurantes, aqui e ali mencionados por alto, como se fossem apenas objetos em meio à construção narrativa. Citaremos, a seguir, todas as poucas vezes em que escravos ou negros foram referidos na obra e de que forma o foram.

A primeira vez se dá no segundo capítulo das *Memórias*, no qual Almeida conta que era comum, àqueles que queriam saber da vida alheia, inquirir dela aos escravos de quem fosse o foco da fofoca<sup>233</sup>. Capítulos depois, quando conhecemos a história do arranjo do compadre, sabemos que ele consegue emprego em um navio negreiro<sup>234</sup>. Quando descreve como eram feitas certas festividades religiosas, Almeida menciona bandas de oficiais ou aprendizes de barbeiro, “ordinariamente negros”, que musicalmente agitavam os eventos<sup>235</sup>.

No capítulo intitulado “Dona Maria”<sup>236</sup>, o autor descreve a figura das baianas, “negras vestidas à moda da província da Bahia”, tecendo comentários sobre o figurino delas:

Todos conhecem o modo por que se vestem as negras da Bahia; é um dos modos de trajar mais bonitos que temos visto; não aconselhamos porém ninguém que o adote; um país em que todas as mulheres usassem desse traje, especialmente *se fosse desses abençoados em que elas são alvas e formosas*, seria uma terra de perdição e de pecados.<sup>237</sup>

Ressaltamos, no trecho acima, o comentário racista de Almeida. Apesar de o autor achar o figurino das baianas muito bonito, seu uso poderia acarretar estímulos sensuais. A questão da imagem adequada de um país faz parte do repertório civilizatório da “Pacotilha”, e

<sup>233</sup> *Ibidem*, 4 de julho de 1852, p. 1.

<sup>234</sup> *Ibidem*, 1 de agosto de 1852, p. 2.

<sup>235</sup> *Ibidem*, 29 de agosto de 1852, p. 1.

<sup>236</sup> *Ibidem*, 26 de setembro de 1852, p. 1.

<sup>237</sup> *Ibidem*. [Grifo nosso.]

tais palavras do romance a assimilam. Vai além, no entanto, ao distinguir racialmente uma terra de mulheres negras e uma de mulheres brancas. Para o narrador, um país abençoado é aquele em que as mulheres são alvas e formosas. Este único momento do livro em que o narrador se permite fazer um juízo de valor sobre os negros é tocado por uma discriminação racial, evidente para nós.

De todos os personagens do livro, a única que possui escravos é, também, a mais rica da trama: Dona Maria. Possuía bastante deles, aparecendo acompanhada e servida por “negras e negrinhas” na Festa do Espírito Santo<sup>238</sup>. As chamadas “crias de D. Maria” a acompanhavam e cercavam, inclusive dentro de casa<sup>239</sup>, onde ficava sentada em uma esteira. Em um momento, o mestre de reza vai dar lição a elas<sup>240</sup>; em outro, uma das crias grita a chegada da carruagem para o casamento de Luisinha<sup>241</sup>. Em torno de D. Maria, as escravas servem apenas de coadjuvantes, quase nulas ante as figuras que dão vida ao romance.

Apenas outros dois comentários sobre negros ou escravos aparecem nas *Memórias*: 1) quando Almeida descreve os agregados de mau caráter, cita que alguns deles castigavam os escravos da família que os hospedava<sup>242</sup>; e 2) quando lista as travessuras de um zombeteiro chamado Teotônio, uma delas consistindo em falar “língua de negro” e cantar nela de modo admirável<sup>243</sup>.

Nas obras dispersas de Almeida, poucas são as referências e opiniões sobre escravos. Em uma crítica de 1851 a um texto de Francisco Adolfo de Varnhagen, onde este sugere o restabelecimento das bandeiras e da escravidão indígena, Almeida lança palavras de verdadeiro ressentimento contra a ideia, inclusive comparando à escravidão negra:

O mesmo que hoje se vai praticar na costa d’África quer o autor [Varnhagen] que se pratique dentro do império. Hoje um capitalista ambicioso tripula um navio e manda-o, à custa de muitos riscos e trabalhos, buscar uma centena de negros em Guiné; todos sabem até que ponto chega o embrutecimento dos que se empregam nesse cruel trabalho, todos os horrorosos padecimentos a que eles sujeitam esses infelizes, vítimas da cobiça: amontoadas no estreito porão de um navio, homens, mulheres, velhos e crianças, todos os dias durante a viagem o mar recebe uns tantos que a nostalgia, a fome, a sede, a falta de ar, porque tudo sofrem eles aí, entregaram à morte; e não é só os mortos, que muitos recebe; se o navio periga, se ao longe no horizonte aparecem as velas do cruzeiro, se escasseiam os alimentos, abre-se a escotilha, e o navio lança ao mar às vezes quase toda a sua carga!<sup>244</sup>

<sup>238</sup> *Ibidem*, 24 de outubro de 1852, p. 1.

<sup>239</sup> *Ibidem*, 19 de dezembro de 1852, p. 1.

<sup>240</sup> *Ibidem*, 30 de janeiro de 1853, p. 1.

<sup>241</sup> *Ibidem*, 6 de março de 1853, p. 1.

<sup>242</sup> *Ibidem*, 6 de fevereiro de 1853, p. 1.

<sup>243</sup> *Ibidem*, 22 de maio de 1853, p. 1.

<sup>244</sup> ALMEIDA, Manuel Antônio de. **Obra dispersa**. Rio de Janeiro: Graphia, 1991. p. 10 – 11.

Quando Carijó publicara aquela longa passagem que citamos sobre a escravidão, ele a iniciava com uma lembrança de que muito já se havia escrito sobre a crueldade contra escravos. No trecho acima, Almeida faz questão de suscitar alguns destes sofrimentos. Logo, o autor não era afeito à ideia de maus tratos a negros e escravos, mas também – como Carijó – não trata da questão da abolição do sistema escravista. O problema referido é apenas a crueldade sobre as “vítimas da cobiça”. Mesmo quando Almeida critica a ideia de tutela ou protetorado, comparando com o que se fazia a negros que deveriam ser livres, ele está criticando mais as propostas de Varnhagen do que o próprio sistema<sup>245</sup>. Não fala de libertação, mas da manutenção da liberdade daqueles que já a obtiveram.

Tanto Almeida não se opunha à escravidão, que em carta de 1861 dirigida a Quintino Bocaiúva, fala de um passadio em Friburgo no qual se hospedara, recomendando-lhe: “absolutamente dispensável trazer escravos; somos perfeitamente servidos e desde que aqui estou não tenho sentido falta deles, tendo até reenviado um preto que havia trazido por inútil (os escravos pagam na viagem e aqui no Hotel metade da despesa das pessoas livres)”<sup>246</sup>.

Conclui-se, portanto, que Almeida não tratou com profundidade ou interesse dos escravos nas *Memórias*, nem deu vida a um personagem que participasse desse grupo social, porque simplesmente não lhe interessavam os negros. Almeida quis descrever a vida de outro grupo, aquele dos brancos livres e pobre (à exceção de D. Maria, que também serve aos interesses desse grupo como exemplo de patronagem), e não das agruras suportadas por escravos. Trazê-los com relevância à tona não apenas fugiria ao tipo retratado, como exigiria um engajamento que faria com que o romance saísse do estilo cômico/satírico com o qual o escritor trabalha a narrativa. Entretanto, cabe evidenciar que, embora a figura do escravo apareça como figurante ínfima no romance, nenhum deles sofre qualquer tipo de maltrato. Pelo contrário, as escravas de D. Maria recebem lições em casa<sup>247</sup> e parecem bem à vontade para fazer uma algazarra quando morre José Manuel<sup>248</sup>. Concluimos, portanto, que a posição de Almeida condiz com a luta de Carijó contra a crueldade infligida aos escravos. Mesmo que omissa na causa escravista como um todo, o escritor mostra a intenção de não se opor e não contradizer o ideal civilizatório pacotilheiro que condenava os maus tratos, o que por si só parece um posicionamento positivo em um polêmico tempo escravista.

---

<sup>245</sup> *Idem*, p. 12. Varnhagen propunha, de acordo com Almeida, que os índios ficassem sob uma espécie de tutela ou protetorado, como se os responsáveis pela mão-de-obra indígena devessem cuidar deles e ampará-los. Almeida entende isso como uma escravidão sob outro nome, como supostamente acontecia a alguns africanos “livres” que eram distribuídos, após a captura de algum navio negreiro, e que acabavam escravizados.

<sup>246</sup> *Ibidem*, p. 102.

<sup>247</sup> **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1853, p. 1.

<sup>248</sup> *Idem*, 17 de julho de 1853, p. 1.

## CAPÍTULO 4 – AMEAÇA PORTUGUESA EM TERRAS BRASÍLICAS

### 4.1 – Lusofobia para que te quero

O historiador Artur José Renda Vitorino relata-nos que o crescimento demográfico no Rio de Janeiro, gerado pela entrada massiva de portugueses na capital, significou um aumento dos “despojados dos meios de produção e de subsistência”, a quem só restava competir pelos exíguos postos de trabalho<sup>249</sup>. Entre 1840 e 1860, assistia-se na cidade a um crescente quadro de imigrantes portugueses aqui chegados, engajados a algum familiar que já estivesse no país<sup>250</sup>.

A motivação da vinda de tantos portugueses parecia ser econômica. A crise financeira e a má administração em Portugal implicaram “carestia de vida, o peso dos tributos e encargos hipotecários e a excessiva fragmentação do solo”<sup>251</sup>. Os vários portugueses que obtiveram sucesso em dominar o comércio de secos e molhados, na capital do Império Brasileiro, tornaram-se exemplos chamativos para os patrícios de além-mar, e alvos, por consequência, da hostilidade de quem nascera no Brasil, piorada por algumas facilidades concedidas aos lusitanos – que incluíam a possibilidade escancarada de vir para cá, enriquecer e retornar a seu país com os bens arrecadados<sup>252</sup>.

A disputa pelo mercado de trabalho, apropriada pelo cenário político, foi utilizada por conservadores e liberais, em “uma estratégia deliberada, que fazia sentido dentro da configuração partidária daquele momento e de sua linguagem política própria”<sup>253</sup>. Dentro do Partido Liberal, com o qual a “Pacotilha” era afim, havia certa divergência a respeito da grande presença portuguesa na capital. Enquanto alguns optavam pela omissão sobre o assunto, outros assumiam aversão aos estrangeiros. Era uma aversão que bebia das fontes do antagonismo de raça ou casta, do antagonismo entre colono e filho da metrópole e da rixa ciumenta contra os que enriqueceram<sup>254</sup>.

---

<sup>249</sup> VITORINO, Artur José Renda. “Derrapagem do *take-off*: cercamento à brasileira na capital do Império Brasileiro”. In: **Anos 90**. Porto Alegre: UFRGS, v. 17, 2010, p. 291.

<sup>250</sup> VITORINO, Artur José Renda. “Mercado de trabalho e conflitos étnicos em meio à escravidão: portugueses e africanos no Rio de Janeiro, 1850 – 1870.” In: **Caderno Arquivo Edgar Leuenroth**. Campinas: UNICAMP, v. 15, 1994, p. 27.

<sup>251</sup> *Idem*, p. 37.

<sup>252</sup> *Ibidem*, p. 46.

<sup>253</sup> CANO, Jefferson. “A política da lusofobia: partidos e identidades políticas no Rio de Janeiro (1848-1849)”. In: **Locus**. Juiz de Fora, v. 24, 2007, p. 67.

<sup>254</sup> *Idem*, p. 77.

O título alarmante deste capítulo bem parece uma manchete sensacionalista de um jornal barato, mas resume a sensação que a “Pacotilha” parecia partilhar com seus leitores a respeito dos portugueses no Rio de Janeiro. Se – como tentamos mostrar – o Carijó se utilizava de sarcasmo, denúncias decorosas ou indecorosas, críticas em entrelinhas ou explícitas para tratar seus alvos incivilizados, com os portugueses ele recaía em maior descompostura. Tratava os lusitanos com bastante rigor, decaindo no vocabulário para demonstrar sua antipatia à nacionalidade lusa. Já em 1851 ele escreveria, após falar um pouco sobre a criminalidade na capital:

Não deve o governo unicamente cuidar em extinguir o mal quando ele aparece e vai criando profundas raízes; deve mais que tudo estudar as causas, para depois aplicar-lhe o conveniente remédio. [...] Quanto a nós, a causa poderosa, e para assim dizer, eficiente desse mal, é essa imigração não escolhida, que aí todos os dias aporta às nossas praias, que vê no Brasil uma terra de exploração e colheita. *São as fezes de Portugal arrojadas ao império*; no meio de um ou outro bom aparece um enxame de homens notáveis por suas malfetorias na terra que os viu nascer; apesar da proteção que encontram em seus patrícios aqui residentes e estabelecidos, é impossível que todos eles achem arranjo.<sup>255</sup>

O trecho sugeria que os governantes descobrissem as causas dos males do país, mas Carijó sequer permitia um tempo para refletir sobre elas. Ele mesmo acusa e entrega uma causa, intitulando-a vulgarmente de “as fezes de Portugal” (em outras palavras, os portugueses), que chegavam abundantemente nos navios, adentravam o Brasil e buscavam explorar e colher na terra que não os viu nascer. Entre esses aproveitadores, estariam também malfetores. Tamanha era sua quantidade, que parecia inviável arrumar lugar para todos ficarem. Aos portugueses não deveria sequer ser permitido comemorar os triunfos políticos do Brasil. Carijó escreveria “ao português que tem venda em Benfica, e que tacou foguetes por ocasião de se verificar o *trunfo* do governo nas eleições do Engenho Velho, diga-lhe que se meta com as coisas da sua terra e deixe as da terra alheia”<sup>256</sup>.

Um dos momentos de mais intensa lusofobia demonstrada por Carijó, deu-se em resposta a uma longa declaração intitulada “Proposições extraídas do interessante artigo escrito pelo português José Barbosa Leão”<sup>257</sup>, publicada na “Pacotilha” para que Carijó replicasse e discursasse sobre o assunto. De todo o texto, selecionamos o seguinte trecho:

---

<sup>255</sup> **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1851, p. 1. [Grifo nosso.]

<sup>256</sup> *Idem*, 21 de novembro de 1852, p. 2.

<sup>257</sup> *Ibidem*, 26 de janeiro de 1852, p. 1.

1ª) É impossível obstar a emigração que se faz pelo Porto, pois é um sentimento encarnado no povo, que ninguém será capaz de desarraigar. [...] 4ª) Para que essa emigração não possa ser evitada [...] concorrem duas causas poderosas, que não é possível eliminar. Uma é a ideia das riquezas que aqui se podem ganhar, pois para o povo do Minho o Brasil é a verdadeira Califórnia (a terra da árvore das patacas). 5ª) O povo do Minho argumenta a esse respeito com a lógica dos fatos, pois vê alguns dos seus voltarem em poucos anos muito ricos. 7ª) A segunda causa [...] é a relação de parentesco, que é inumerável entre quase todas as famílias do Minho, e os portugueses residentes no império do Brasil.

O correspondente considerava o fim da imigração de portugueses para o Brasil impossível por duas razões: as promessas de riqueza e as relações de parentesco. Atraídos pela promessa de prosperidade e pelos vínculos que podiam estabelecer com familiares no Brasil, os portugueses partiam em massa de sua terra e vinham estabelecer residência na ex-colônia.

Diz-se que é uma desgraça a rivalidade que há entre portugueses e brasileiros, *e eu pelo contrário digo que é uma fortuna* [...] tem concorrido para sustentar no Brasil o patriotismo [do português] e o desejo de regressar à pátria. (Assim como já houve quem fizesse o elogio da loucura e da peste, não admira que o Sr. Barbosa Leão ache uma fortuna essa rivalidade que tanto sangue tem feito correr dos seus patrícios.)

A consideração entre parênteses pertence a Carijó, comparando a afirmação elogiosa de José Barbosa Leão a alguns elogios feitos à loucura e à peste, tão grande parece-lhe o absurdo. Enquanto o português enxergava, na concorrência entre portugueses e brasileiros, uma razão para a manutenção do patriotismo, Carijó achava o sangue derramado dos portugueses algo nada digno de louvor. Lembremos que o redator, não obstante sua xenofobia para com lusitanos, não aprovava métodos cruéis ou homicídios. No item seguinte, José Barbosa recomendaria que “as autoridades portuguesas devem ver *que nós fazemos todo o comércio de retalho no Brasil*”, ao que Carijó comenta:

A confissão de que o comércio de retalho no Brasil é de Portugal o consideramos muito importante, pois só no Brasil isto se vê; e se considerarmos, como disse o Sr. Barbosa Leão, que pelas inúmeras relações de parentesco entre os emigrados portugueses e os que cá estão, o arranjo de qualquer deles é muito fácil, claro fica que os caixeiros das casas que vendem a retalho serão sempre portugueses, e nas mãos de portugueses se perpetuará o comércio brasileiro a retalho.

Acima, o redator-chefe demonstra a grande preocupação que o tomava em relação aos portugueses: o fator econômico. O português não apresentava riscos ao brasileiro, senão na

competição pelas riquezas e pelo mercado de trabalho nacional. A cada novo português no país, menos chances tinham os brasileiros de preencherem certas vagas, o que acarretava a entrega dos bens do Império em mãos portuguesas. Conclui-se, portanto, que a razão do antilusitanismo da “Pacotilha” tinha razões econômicas, embrenhada na ferrenha preocupação nacional com o mercado de trabalho urbano:

Esses mesmos emigrados não são braços que tenham de ser empregados na cultura dos principais ramos de nossa riqueza; pelas recomendações que trazem, ou pelas relações de amizade ou de parentesco que por cá encontram, são dedicados exclusivamente à vida no comércio.<sup>258</sup>

Logo, além das preocupações partidárias liberais contra os conservadores (que se associavam, muitas vezes, à presença portuguesa), havia uma disputa nacional pela direção dos negócios brasileiros.

Pergunte a quem souber qual será a razão por que sendo o novo banco do Brasil um estabelecimento nacional, são todos, ou quase todos estrangeiros os seus empregados, e não brasileiros, como deviam ser; pois será possível que alguém, na terra que o viu nascer, não encontrasse nacionais com capacidade e inteligência necessária para serem empregados naquele estabelecimento, o qual assim só tem o título de banco do Brasil?<sup>259</sup>

Para ferir a imagem dos portugueses, valia tudo, desde instilar desagrado através de críticas pacotilheiras, até conjurar personagens portuguesas de caráter questionável através de um romance.

#### **4.2 – A imagem dos portugueses nas *Memórias de um sargento de milícias***

Se por um lado a figura do negro quase não aparece nas *Memórias*, a do português, por outro, é abundante. Entretanto, Almeida reveste os personagens lusitanos de um caráter nada positivo. Se parecem engraçados em uma primeira leitura, logo fica marcada a posição depreciativa do autor sobre eles. Nesse quesito, este trabalho discorda do artigo citado de Jefferson Cano no ponto em que parece descartar a ideia de que não haveria distinção moral entre brasileiros e portugueses no romance<sup>260</sup>.

---

<sup>258</sup> *Ibidem*, 16 e 17 de fevereiro de 1851, p. 1.

<sup>259</sup> *Ibidem*, 2 de maio de 1852, p. 2.

<sup>260</sup> CANO, *op. cit.*, 2013, p. 71.

A discordância se dá mais nas entrelinhas. Se no artigo Cano sugere um papel menor, senão inexistente, dos problemas de lusofobia no Rio de Janeiro, o tratamento dado por Almeida aos portugueses mostra-nos que ele mesmo tinha traços lusofóbicos. Almeida pode até não tocar o português pela questão da ascensão social – mais evidente – nos comércios, onde o grupo crescia economicamente a vistas públicas, mas critica-o pela via dos costumes. Para o escritor, mais do que obstáculos à civilização pretendida, os maus costumes portugueses acabaram se enraizando no país, contaminando também os brasileiros.

Cabe, antes de observarmos o discurso lusofóbico nas *Memórias*, dar atenção a alguns comentários feitos por Almeida. Encontramos tais comentários na supracitada crítica que fez ao trabalho de Varnhagen. Almeida utiliza-se de palavras revoltadas contra os colonizadores, cuja cobiça fizera-os lançar gritos de guerra contra os indígenas, no passado:

Pensávamos que todos aqueles meios estúpidos, atrozes, inconsequentes, com que se pretendia outrora domar o nosso gentio, haviam acabado com a barbárie dos tempos coloniais. [...] Enganávamo-nos! Ainda há quem venha restabelecer os hábitos da barbárie passada, adoçados ou esquecidos pela civilização presente; ainda há alguém que, descrendo impiamente da força da palavra, do poder da religião, do influxo da civilização, ouse ir desenterrar a espada de Mem de Sá, o Devastador dos Tamoios.<sup>261</sup>

Manuel Antônio de Almeida se posiciona radicalmente contra a ideia de domínio sobre o indígena e evoca a memória de um passado sórdido, promovido, no Brasil, pelos portugueses. Estes iam contra a própria civilização, ou melhor, a ideia que Almeida tinha sobre ela. O autor rebaixa a imagem de Mem de Sá, cedendo-lhe um apelido que, se por uns seria tomado como glorioso, na forma irônica do escritor ganha o tom pejorativo que ele almeja transmitir. Para Almeida, o domínio espanhol e português da América formava uma história sanguinolenta e a nova dominação de indígenas significaria a perda da moralidade, do adoçamento dos costumes e dos hábitos de humanidade<sup>262</sup>. Quando fala do encontro passado entre índios e portugueses, condena os segundos, acusando-lhes de terem sido os iniciadores das hostilidades: “os portugueses, porém, vinham a buscar riquezas, e não trazer a civilização; desprezaram essas boas inclinações”<sup>263</sup>. Logo, o português seria esse tipo que, desde tempos coloniais, já andava na contramão do que pessoas como Carijó e Almeida esperavam em termos de civilização.

---

<sup>261</sup> ALMEIDA, *op. cit.*, p. 7

<sup>262</sup> *Idem*, p. 8 – 9.

<sup>263</sup> *Ibidem*, p. 9.

Compete ao nosso trabalho mencionar, também, a afirmação de Jamil Almansur Haddad a respeito da lusofobia de Almeida – de pais portugueses – que Marques Rebelo cita na biografia do escritor. Para Haddad, as lutas pela Independência acirraram o sentimento de ódio dos brasileiros aos portugueses, não sendo raros os casos em que os filhos de lusitanos, ao invés de se tornarem lusófilos, transformavam-se em verdadeiros lusófobos, servindo de exemplo Castro Alves e Almeida<sup>264</sup>.

O primeiro português das *Memórias de um sargento de milícias* é também o primeiro personagem apresentado. Se analisarmos a obra da perspectiva da lusofobia na capital, não é de se estranhar que o contato do leitor com o primeiro ser humano do romance seja sobrecarregado com informações antipáticas, debochadas e patéticas sobre o personagem: “a velhice o tinha tornado moleirão e pachorrento; com sua vagareza, atrasava o negócio das partes; não o procuravam, por isso jamais saía da esquina”<sup>265</sup>. O narrador começa desqualificando-o, tanto por seu aspecto quanto por sua inferioridade como meirinho, pouco procurado em seu serviço. Quanto ao passado desse homem, descreve:

Fora Leonardo algibebe em Lisboa, sua pátria; aborrecera-se porém do negócio, e viera ao Brasil. Aqui chegando, não se sabe por proteção de quem, alcançamos o emprego de que o vemos empossado [meirinho], e que exercia, como dissemos, desde tempos remotos. Veio com ele no mesmo navio, não sei fazer o quê, uma certa Maria da Hortaliça, quitandeira das praças de Lisboa, ilhoa rechonchuda e bonitota.<sup>266</sup>

O modo como Almeida expõe esse casal é cheia de descaso, senão desprezo. Leonardo-pataca era só um homem frouxo, que não suportara o trabalho em Portugal e decidiu vir para o Brasil, conseguindo alguma proteção e encontrando emprego como meirinho. Esse menosprezo no modo de descrever, apresentando de qualquer jeito o personagem, demonstra a antipatia do escritor pelo tipo, bem como pela mulher, “uma certa Maria da Hortaliça”. A paquera entre ambos, descrita na sequência do trecho, agrega más qualidades a ambos, que se conquistam através de pisadelas e beliscões e resultam na relação vulgar (sem matrimônio) a que vão se entregar em função dos enjoos de gravidez da mulher. Essa construção dos personagens e do relacionamento sem pudor revela uma imagem de portugueses completamente destoante do ideal de civilidade do Carijó, muito longe do comportamento moral que ele planejava.

---

<sup>264</sup> HADDAD *apud* REBELO, Marques. **Vida e obra de Manuel Antônio de Almeida**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012. p. 179 – 180.

<sup>265</sup> **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro: 27 de junho de 1852, p. 1.

<sup>266</sup> *Idem*.

Outro personagem português que também aparece envolto em circunstâncias imorais é um velho tenente-coronel a quem a comadre suplica o livramento de Leonardo-pataca da prisão. “O velho tenente-coronel, apesar de virtuoso e bom, não deixava de ter na consciência um sofrível par de pecados, desses que se chamam da carne”<sup>267</sup>. O resultado de um deles fora um filho, que deixara em Lisboa, rapaz completamente desvirtuado:

Bastante vergonhas custara ao pobre pai, que cuidadoso procurava sempre por todos os meios encobrir-lhe os defeitos e remediar as gentilezas que ele fazia, já pagando por ele dívidas de jogo, já atabafando-lhe as desordens e curando com ouro as brechas que ele fazia nas cabeças de seus adversários.<sup>268</sup>

Não sendo poucos esses desvarios do nada inocente portuguesinho, ainda engravidara uma moça (como o pai), deixando o tenente-coronel em uma tremenda saia justa. Acontecia que a mesma mocinha, em nada inocente, era a mesma Maria das Hortaliças do Leonardo. As mesmas impurezas que praticara em Lisboa, praticava também no navio para o Brasil e, depois, no Rio de Janeiro. O tenente-coronel também não sai limpo da descrição, silenciando a situação da gravidez, em Lisboa, em troca de dinheiro. Além desses personagens, não nos esqueçamos de outro representante da corja, o mestre de cerimônias, que também era português e formado em Coimbra<sup>269</sup>, e de um boticário “filho do Porto”, que se estabelecera no Brasil e exercia função de médico, “não sabemos se com permissão das leis ou sem ela”<sup>270</sup>.

Almeida também coloca no romance os ciganos, descrevendo-os de forma pejorativa:

Com os emigrados de Portugal veio também a praga dos ciganos; gente odiosa e de poucos escrúpulos, ganharam eles aqui a reputação bem merecida dos mais refinados velhacos que se pode imaginar [...] A poesia de seus costumes e de suas crenças, de que muitos escritores têm falado, se as tinham deixaram-na na outra banda do oceano; para cá só trouxeram maus hábitos, esperteza e velhacaria.<sup>271</sup>

Observe-se que Almeida critica os ciganos sem deixar de vinculá-los à vinda dos portugueses ao Brasil. Almeida poderia estar insinuando que tais ciganos eram também portugueses ou estar associando os dois tipos.

Passados alguns capítulos, o narrador volta a diminuir a figura de Leonardo-pataca, fazendo o personagem rondar a casa de uma cigana com ares ridículos de conquistador.

<sup>267</sup> *Ibidem*, 8 de agosto de 1852, p. 1.

<sup>268</sup> *Ibidem*.

<sup>269</sup> *Ibidem*, 29 de agosto de 1852, p. 1.

<sup>270</sup> *Ibidem*, 9 de janeiro de 1853, p. 1.

<sup>271</sup> *Ibidem*, 18 de julho de 1852, p. 2.

“Todas estas cenas, desempenhadas por aquela figura do Leonardo, alto, corpulento, avermelhado, vestido de casaca, calção e chapéu armado, eram tão cômicas que a vizinhança se divertiu”<sup>272</sup>, descreve. Para aplacar as dores de seu coração, aparece a comadre para oferecer uma sobrinha como pretendente. Ela pergunta ao meirinho: “Mas, homem, você não se tem dado bem nem com as ilhoas, nem com as ciganas; para que antes não procura uma filha cá da terra?”, ao que responde o português: “Nada, não gosto dessa gente...”. Aqui aparece, pontualmente, a rixa entre portugueses e brasileiros do período em que Almeida escrevia, embora Leonardo-pataca acabe cedendo e se junte à mulher. Note-se que, desde que ele forma casal com uma brasileira, corrige-se e não faz mais as besteiras que o prejudicavam, enquanto a moça se mostra esposa fiel que cuida da prole, diferente da portuguesa que abandonou a sua.

Quando Leonardo, o protagonista que se torna sargento, finalmente se converte à ordem e resolve juntar-se a Luisinha, recusam-se ambos a uma união fora do estado de matrimônio:

Os dois porém antes de tudo amavam-se sinceramente, e a ideia de uma união ilegítima, a que faltava o caráter da vitaliciedade, lhes repugnava, por isso que não correspondia de modo algum ao seu amor, que tinha para eles a perspectiva de durar um milhão de eternidades<sup>273</sup>.

Evidencia-se, na passagem, o caráter moral da obra. Leonardo, brasileiro, foge da imagem patética e indecente do pai, dignifica-se não só no serviço da lei, mas no amor verdadeiro e decente que só pode se concretizar no matrimônio, com uma brasileira, como ele.

O narrador cogita uma alternativa para o casal: “havia um meio talvez simples de remediar tudo, e meio muito em voga naquele tempo, muito admitido”; descarta essa possibilidade, depois de narrar o amor verdadeiro dos pombinhos:

Era uma boa inspiração aquela que eles tinham; esse meio de que falamos, essa caricatura da família que então se usava é seguramente uma das causas que produziu este estado de desmoralização da nossa sociedade, onde impera o egoísmo, porque tão frouxos são os laços que unem entre si os seus membros.<sup>274</sup>

---

<sup>272</sup> *Ibidem*, 19 de setembro de 1852, p. 1.

<sup>273</sup> *Ibidem*, 31 de julho de 1853, p. 1. O leitor que comparar a passagem à versão em livro notará diferenças importantes nas duas versões, sendo esta a publicada no jornal, mais discursiva e engajada ao ideal civilizatório do que a posterior.

<sup>274</sup> *Ibidem*.

O meio indecente não recai sobre o casal brasileiro, mas Almeida não deixa de impor uma imagem familiar imoral sobre os portugueses do romance, fazendo conexão entre os relacionamentos frouxos e vias inadequadas de união familiar – heranças portuguesas – com o estado de desmoralização da sociedade brasileira de seu tempo. Neste assunto, vemos Carijó e Almeida andando em rotas diferentes para o mesmo fim. Enquanto o primeiro encontrava problemas econômicos na presença portuguesa no Império, Almeida acabaria pregando a má influência desse povo sobre os brasileiros, de modo que tanto as heranças coloniais quanto seus maus costumes duradouros teriam afetado as tentativas de trazer civilidade ao povo da terra que não os viu nascer.

## CAPÍTULO 5 – O DISCURSO DO ALMEIDA

### 5.1 – Leonardo: o fruto apodrecido dos maus costumes

Se em uma primeira leitura a trajetória de Leonardo parece estruturada meramente por uma sina, já delimitada no título no romance – um rapaz cujo destino final é ser sargento de milícias –, a leitura à luz da “Pacotilha”, que desenvolvemos até aqui, pode elucidar algo mais interessante que a mera jornada de um garoto travesso que chega à maturidade social. Se observarmos aquilo que rodeia o protagonista, perceberemos que Almeida o utiliza como exemplo de quão graves poderiam ser as consequências da permanência dos maus costumes na sociedade brasileira. Não podemos nos esquecer que Leonardo, apesar dos pesares, “é o herói desta história”<sup>275</sup>, mas um herói totalmente deslocado da moralidade geralmente imposta sobre personagens dignos desse título. Almeida discursa, através da construção de seu protagonista, sobre os efeitos torpes da incivilidade promovida pelos maus costumes.

Desde pequeno, Leonardo sofre com problemas, a começar pelos familiares. Por sua verve portuguesa (e na construção antilusitana), o casal que concebe esse protagonista promove brigas escandalosas na frente do filhinho. Leonardo-Pataca tem surtos violentos, agride o menino e a esposa, acusando-a de adultério, ideia que de fato ela estimula com seus flertes extraconjugais. Como bem notou Veríssimo:

Pai e mãe eram, cada um no seu gênero, dois irregulares, e estudando-lhes a vida de extravagâncias populares, o temperamento irrequieto, luxurioso e imoral de ambos, Manuel d’Almeida teve como a previsão dos modernos processos de explicação dos caracteres pela análise das *hereditariedades psicológicas*.<sup>276</sup>

Espancado com um chute que o faz voar, o menino sofre as agruras de uma educação que não ensina, mas machuca. “Bata primeiro e não pergunte jamais”, parece ser a resposta pronta do meirinho às travessuras do filho. A pancada seria um trauma em sua vida, uma mácula não-cicatrizada: “veio-lhe outra vez a lembrança do pontapé paterno; era termo constante de comparação para todas as suas infelicidades”<sup>277</sup>. E quando a mãe abandona o lar, Leonardo-Pataca, por sua vez, abandona o garoto, que acaba sendo acolhido pelo padrinho.

---

<sup>275</sup> ALMEIDA, Manuel Antônio de. **Memórias de um sargento de milícias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p. 21. O trecho faz parte da versão em livro, não existente no original da “Pacotilha”, o que faz interessante notar que Almeida tenta reforçar a ideia de importante protagonismo que Leonardo possui, e que apesar de sua vida problemática, ele é um tipo heroico.

<sup>276</sup> VERÍSSIMO, *op. cit.*, p 297. [Grifo nosso.]

<sup>277</sup> **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro, 13 de março de 1853, p. 2.

Espancado e rejeitado: eis os primórdios da vida desse garoto, que ainda assistiria a mais brigas, desta vez entre as línguas afiadas do padrinho e da vizinha intrometida. Que bom exemplo poderia advir das figuras masculinas e femininas que lhe eram mais próximas?

Quando Leonardo, ainda criança, escapa pela cidade com alguns meninos travessos, ele quase é tomado pela consciência para regressar ao lar: “pelo caminho, o menino teve alguns escrúpulos e quis voltar, porém os outros tal pintura lhe fizeram do que ele ia ver se os acompanhasse, que decidiu-se a segui-los até onde quisessem”<sup>278</sup>. Logo, a criança não era ainda totalmente corrompida, mas estava no caminho disso, graças às companhias, que escolhia mal.

Tempos antes da publicação das *Memórias*, a “Pacotilha” denunciara o problema da educação na capital do Império, responsabilizando os pais das crianças de abnegarem o cuidado com a qualidade educacional das instituições.

Esses *ilustrados pais*, ou por terem muitas ocupações que lhes absorvem todo o tempo, ou mesmo por certa *nonchalance*, preguiça ou ceticismo que têm invadido a tudo e a todos, não se importam com a indagação das qualidades, da inteligência, moralidade e conhecimentos que devem ter aqueles [os professores], a cujo cuidado entregam os mais caros pedaços de sua alma.<sup>279</sup>

Os pais estavam mais preocupados com proximidade do colégio, recomendações de pessoas conhecidas, anúncios, grandeza das casas, o que o redator chamava “impostura das imposturas”. Em outra edição, ler-se-ia no “Escritório da Pacotilha”:

Mande indagar do diretor e professores de um colégio de meninos lá para as bandas da Gamboa se é bonito punir os seus alunos com bofetadas: diga-lhes que não julguem que os alunos de um colégio são *caixeiros de taverna ou de loja de ferragens*.<sup>280</sup>

E mencionemos esta ordem: “faça o favor de enfardar [...] um dos professores da corte por dar tantos bolos nos discípulos”<sup>281</sup>.

Essas citações nos servem para elencar outra denúncia contida na mimese da “Pacotilha” escrita por Almeida. Se a princípio Leonardo foi maltratado pelo chute, pelo abandono e pelas críticas da vizinha linguaruda, também o açoitaria o regime educacional. Seu professor tinha fama de ser um dos “mais acreditados da cidade”, justamente por aplicar

---

<sup>278</sup> *Idem*, 18 de julho de 1852, p. 2.

<sup>279</sup> *Ibidem*, 20 de abril de 1851, p. 3.

<sup>280</sup> *Ibidem*, 21 de novembro de 1852, p. 2.

<sup>281</sup> *Ibidem*, 16 de janeiro de 1853, p. 1.

constantes palmatórias nos alunos<sup>282</sup>. A “Pacotilha” desgostava de semelhante tratamento. Nessa mesma edição em que vislumbramos a entrada de Leonardo para a escola, denunciava-se:

É realmente assombrosa a facilidade com que no Rio de Janeiro os pais de família, e entre eles alguns de muita ilustração, entregam a educação de seus filhos a homens cuja aptidão é nula, e cuja moralidade é mais do que suspeita, afrontando a opinião pública com péssimos procedimentos, o que em qualquer outro país os inabilitaria para o magistério, ainda mesmo dotados de muita ciência.

O pedagogo de Leonardo seria chamado, no capítulo seguinte, de “cruel e injusto”<sup>283</sup> em um arremate judicioso, no feitiço desse narrador/crítico/juiz que é o próprio Almeida.

A educação de Leonardo não dava mostras de boa coisa. Do padrinho, não aprendia nenhuma boa conduta, pois o homem fazia tudo o que o garoto queria, cedendo completamente aos seus modos grosseiros: “o menino tinha a bossa da desenvoltura, e isto, junto com as vontades que lhe fazia o padrinho, dava em resultado a mais refinada má criação que se pode imaginar”<sup>284</sup>. Tendo percebido o desenvolvimento inadequado da educação e do comportamento, José Veríssimo defendeu o protagonista: “Leonardo, entretanto, não é propriamente um perverso, é antes um vadio a quem falta, com a educação, o senso moral”<sup>285</sup>.

O caráter baixo desta figura condenável que se tornaria sargento de milícias, em sua juventude reprovável – pelo molde civilizatório da “Pacotilha” –, não era responsabilidade dele mesmo, mas sim de todos os demais personagens que o circundavam. Não é à toa que nem mesmo a culpa por suas desventuras amorosas lhe seja imputada, mas sim a seu pai: “o Leonardo porém parece que recebera de seu pai a fatalidade de lhe provirem sempre os infortúnios e devaneios do coração”<sup>286</sup>. Antonio Candido declarou esse universo sem culpa, mas talvez tenha se equivocado. Se a culpa não é imputável ao filho, ela compete ao pai, português desvairado cuja propensão aos insucessos amorosos é a herança deixada ao filho, coisa que Almeida constrói ao longo da narrativa – o que talvez não ficasse tão evidente ao longo de capítulos que demoravam entre si.

A única coisa que de fato demove o protagonista de sua vida malandra é, afinal, o cargo de sargento de milícias e o amor de Luisinha. Tanto um quanto o outro não possuíam qualquer vínculo com o populacho que antes cercava Leonardo. Como sargento,

---

<sup>282</sup> *Ibidem*, 15 de agosto de 1852, p. 1.

<sup>283</sup> *Ibidem*, 22 de agosto de 1852, p. 1

<sup>284</sup> *Ibidem*.

<sup>285</sup> VERÍSSIMO, *op. cit.*, p. 298.

<sup>286</sup> **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro, 3 de abril e 1853, p. 1.

possivelmente conviveria ele com fardados de maior quinhão social, e não apenas soldados rasos ou policiais de guarda; já com uma companheira como Luisinha, financeiramente bem-dotada, estaria menos propício a conviver a todo o tempo com gente chã, como aquela sua antiga vizinha linguaruda, ou mesmo o baixo escalão português, como são retratados os lusitanos do romance.

## 5.2 – Do tempo do rei ao tempo do Almeida

O romance abre alas com a já famosa frase “era no tempo do rei”. Tentamos mostrar que esse tempo joanino não parecia tão mudado, quando comparado ao próprio tempo em que Almeida vivia. Esse “era” podia muito bem ser trocado por “continuamos no”, pois substituído o monarca, o panorama social da capital parecia quase ser o mesmo. O aspecto de continuidade foi notado por José Veríssimo:

É evidente que escrevendo-a [a obra], teve ele em vista um fim: o de pintar a vida e a sociedade brasileira em uma determinada época, há cinquenta anos passada, mas ainda, por muitos aspectos viva no seu tempo.<sup>287</sup>

Concordamos no que se refere ao contexto, mas discordamos da intensidade. Embora Almeida de fato estivesse retratando muitos aspectos e tipos que o cercavam, não estava pintando a própria sociedade ou oferecendo seu panorama mais amplo. Seu recorte demonstra seletividade, escolha de características e elementos que não abrangiam nem de perto a heterogeneidade da sociedade brasileira de então.

Escreveu Jarouche:

Malgrado as *Memórias de um Sargento de Milícias* não apresentem uma única frase diretamente partidária, muito de seu conteúdo – as críticas aos sistemas judiciário e educacional, à polícia, ao clero, aos imigrantes portugueses, ao sistema de proteção e empenho, além do próprio comportamento “solto” demais das personagens (*a grande maioria não tem educação*) – pode ter sido lido como *alegoria* da situação presente do Brasil [oitocentista]. Alegoria porque o texto, escrito em 1852-53, enfoca o Brasil da época do rei Dom João VI (1808-1821). O que o autor pretendeu dizer? Talvez, de forma irônica, ele estivesse insinuando que o Brasil de *seu* tempo (1852-1853) não seria lá muito diferente do Brasil no tempo de Dom João VI. Nesse sentido, as *Memórias* poderiam constituir uma espécie de *sátira social*, texto por meio do qual se condena a sociedade brasileira contemporânea. O governo vivia alardeando que o Brasil progredia a olhos vistos e que a situação colonial era um passado distante; já as *Memórias de um Sargento de*

---

<sup>287</sup> VERÍSSIMO, *op. cit.*, p. 295.

*Milícias* talvez estivessem dizendo o contrário: nossa situação está e esteve muito mal... Ironia e oposição veladamente expressas em tom de humor.<sup>288</sup>

Avançando no texto de Jarouche, aparecem mais informações sobre a imagem que o governo, de tom majoritariamente conservador, criava sobre o Brasil:

Note que, em 1852-1853, a produção “oficial” da história do Brasil era monopolizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838 sob os auspícios de Dom Pedro II. Conforme as publicações do IHGB, a época do rei tinha sido a maravilha das maravilhas, introduzindo no Brasil amplas melhorias com suas “sábias medidas”. [...] Pois bem: quem ler as *Memórias de um Sargento de Milícias* com atenção notará que a sociedade ali representada não é nenhuma maravilha. No fundo, uma questão também política: a tendência dos liberais mais exaltados era censurar o “despotismo” do tempo do rei.<sup>289</sup>

Portanto, com as *Memórias*, Manuel Antônio de Almeida não apenas se engajava no âmbito partidário da “Pacotilha” – que por sua vez seguia os preceitos liberais do *Correio Mercantil* –, mas também no âmbito da crítica aos costumes. Sua oposição em forma literária não era só contra má conduta dos cidadãos brasileiros, mas igualmente ao governo conservador que iludia, criando uma fachada elogiável que estava longe de ser realidade. A verve crítica das *Memórias* e sua forma humorística acaba sendo uma subversão ao estilo romântico daquele momento. Seu desleixo estrutural, suas contradições e sua falta de profundidade são elementos que não apenas derivam do processo de escrita do autor, mas acabam por ser também instrumentos de crítica e oposição. Almeida não pretendia se igualar aos românticos nacionalistas, pois não aceitava a fachada forjada pelos rivais políticos. Suas *Memórias*, até na falta de bem escrever, são um libelo a favor de tudo aquilo pelo que o *Correio* e a “Pacotilha” lutavam. Jarouche notou, ainda:

O Brasil era ainda um país novo, e muitos brasileiros, de uma forma ou de outra, sentiam-se engajados no processo de construção de sua pátria, processo esse que eles sabiam ser eminentemente político. Para que o Brasil se tornasse um grande e poderoso país, seria necessário, no mínimo, que seus cidadãos fossem pessoas inteligentes e ilustradas – coisa que nenhuma das personagens das *Memórias de um Sargento de Milícias* é.<sup>290</sup>

Almeida criara personagens comuns, tipos que certamente conviviam com ele, com as quais devia se deparar a todo instante pelas ruas do Rio, quiçá sua própria vizinhança. Para

<sup>288</sup> JAROUCHE, *op. cit.*, p. 33. [Grifo em negrito nosso.]

<sup>289</sup> *Idem*, p. 39.

<sup>290</sup> *Ibidem*, p. 40.

nomear essas personas comuns que o rodeavam, Almeida elenca designativos genéricos. Nem sempre os personagens têm nome, e quando o têm, são dos mais simplórios: a comadre, o barbeiro, a vizinha são exemplos do primeiro tipo; Leonardo, Maria e Luisinha são amostras do segundo. O próprio artigo definido que acompanhava os genéricos são marcas determinantes – da parte do autor –, como se o barbeiro representasse a classe dos barbeiros, a comadre parteira representasse todas as demais comadres parteiras e a vizinha era só mais uma dentre iguais. Essa caracterização era bastante generalizante, uma forma de expressar-se diretamente a determinados grupos, descrevendo-os e zombando sem distingui-los entre o passado joanino e o então presente, sob D. Pedro II.

O caráter genérico e generalizante dos personagens de Almeida encontra uma análise interessante dentro do ensaio de Antonio Candido, analisado do ponto de vista folclórico. A seu ver, o padrinho barbeiro e a madrinha parteira eram como fadas boas, a vizinha fofoqueira uma fada agourenta e o Vidigal um bicho-papão, acompanhados pela sina que guiava as ações de todos<sup>291</sup>. Essa visão parte da essência superficial dos personagens de Almeida, cujas psicologias nunca são de fato aprofundadas. São personagens rasos, que poderiam muito bem ser a mera transposição dos alvos de denúncias do Carijó para as *Memórias*, como se eles se locomovessem pelas linhas da seção e se deparassem abruptamente com uma ficção, adequando-se os tipos ao cenário, providos do mesmo conforto com que se enquadravam naquelas denúncias.

Cecília de Lara, que lera as *Memórias* dentro da “Pacotilha”, identifica as denúncias da seção permeando o romance:

Narrando um passado que sem ser demasiado afastado era distante o suficiente para lhe conceder maior liberdade, Manuel Antônio de Almeida faz o jogo contínuo do ontem-hoje sem com o intuito de mostrar que, afinal, as coisas em sua época não estavam tão diferentes. [...] Até ao nível estilístico se capta a dupla intenção de mostrar e disfarçar a crítica ao presente.<sup>292</sup>

No entanto, Almeida pode ter prejudicado o caráter crítico de sua obra pela sua estrutura pouco elaborada, a longevidade da publicação e as contradições nela presentes. Como aponta Jefferson Cano:

A ideia de que era possível identificar algumas características do tempo do rei ao seu próprio tempo devia contar com um leitor pouco rigoroso em suas

---

<sup>291</sup> CANDIDO, *op. cit.*, p. 122 – 123.

<sup>292</sup> LARA, *op. cit.*, p. 80.

expectativas quanto ao enredo de um romance que, ao longo das semanas, introduzia elementos que, cada vez mais, embarçavam o fio da meada.<sup>293</sup>

Apesar disso, a cada nova edição, seria inevitável ao leitor comparar o romance de Almeida com as denúncias do Carijó, vendo no primeiro os tipos vivos e reais descritos pelo segundo.

Como exemplo último nesta questão da continuidade, ressaltamos o fato de o próprio narrador do romance indicar, como transcrevemos em passagem anterior, que durante as procissões havia “pasto e zombaria” por parte dos jovens que, já mais velhos no tempo do Almeida, criticavam agora os novos zombeteiros. Não apenas percebe-se a relação de continuidade, com a perpetuação das zombarias e farras durante eventos sacros, como a forma judiciosa com que o narrador trata sua história.

Se nas *Memórias póstumas de Brás Cubas*, por exemplo, todos os eventos podiam ser jogados às costas do narrador, pois tudo partia de sua visão do mundo e de seus atos passados, nas *Memórias de um sargento de milícias* toda a visão compete ao narrador, que como vimos, corresponde ao participativo e nada isento de opinião Manuel Antônio de Almeida.

### 5.3 – Riso que critica, estilo que subverte

Mais do que resultado de certo desleixo no processo de composição<sup>294</sup>, a apresentação estilística informal de Almeida demonstrava um caráter subversivo da própria forma criativa que embalava a intelectualidade da época. Bernardo de Mendonça nota e menciona:

Quando se admitiam, como sinais mais que suficientes de emancipação linguística, as contribuições léxicas das linguagens indígenas e africanas ou do francês ao padrão erudito português, ele [Almeida] ousava imprimir a fala coloquial; quando se planejava a literatura brasileira com ambições de fundador prescrevendo para a posteridade, ele simplesmente a praticou.<sup>295</sup>

<sup>293</sup> CANO, *op. cit.*, 2013, p. 58.

<sup>294</sup> REBELO, *op. cit.*, p. 59 – 60. Marques Rebelo escreve que a composição dos capítulos de *Memórias de um sargento de milícias* era feita em meio a alaridos de conversa em casa de Béthencourt da Silva, rodeado de amigos, em posição extravagante, “esticado numa marquesa, com preguiça de mudar a horizontal atitude, punha o chapéu alto sobre o ventre e em cima dele ia enchendo a lápis as suas tiras de papel, indiferente às risadas dos companheiros, sem dar grande importância ao seu trabalho, que nem era assinado, cujos capítulos muitas vezes traziam a numeração errada ou repetida, e cujas últimas linhas, em outras vezes, sem nenhuma separação, se misturavam com as mais cruéis mesquinhas políticas de que ‘A Pacotilha’ era fértil”.

<sup>295</sup> ALMEIDA, 1991, *op. cit.*, p.XXXVII.

Em introdução à biografia de Manuel Antônio de Almeida escrita por Marques Rebelo, afirma Carlos Heitor Cony:

O contato com *Memórias de um sargento de milícias* gera surpresa. Surpresa pela linguagem: a língua nacional, o português tal como é falado no Brasil, ganhou letra impressa e contou uma história. Surpresa pelo não romantismo. Contrastando com o aluvião de Peris, Cecis, viúvas, senhoras, cônegos, dom Rodrigues, negros, velhos, caboclos, doutores, bacharéis, tudo colorido pela palheta do romantismo, surgiu o primeiro romance sem herói heroico, o primeiro anti-herói de nossa literatura.<sup>296</sup>

Para Marques Rebelo, as *Memórias* representavam “um grito de reação – grito inconsciente, grito primitivo, grito que não teve eco! – contra o domínio da hiperestesia romântica e piegas que tudo invadiu”<sup>297</sup>. Embora Rebelo alegue que esse “grito” tenha sido inconsciente, talvez Almeida não estivesse assim tão descuidado a ponto de “gritar” sem saber o que dizia.

Fugir a esta vertigem de imitação, deixar-se levar naturalmente pela inspiração, e não querer violentá-la a este ou aquele rumo, acreditar sobretudo no talento próprio, eis como se consegue nas obras literárias, senão o toque de perfeição, cujo segredo é de poucos conhecido, ao menos alguns traços que o preparam.<sup>298</sup>

Aparentemente, mesmo o estilo corriqueiro que permeia *Memórias de um sargento de milícias* partiu de uma prerrogativa, um ideal literário de Almeida. Na coloquialidade, Almeida demonstrava certa pretensão de mostrar a vida de um setor da sociedade como ela transcorria. No entanto, descrever essa vida não parecia o bastante. Fazia-se necessário criticá-la.

Manuel Antônio de Almeida não faz sua crítica ao presente isenta de estilo. Enquanto muitos de seus contemporâneos realçariam suas obras com o rigor da formalidade, o autor buscaria uma forma diferenciada de compor essas *Memórias*. Sua ousadia coloquial parece mais que mera decorrência do próprio estilo, quase livre, do folhetinesco. Os folhetins de Dumas, alguns publicados na capital brasileira do XIX, sempre tiveram os pés bem calcados na formalidade escrita, mas voavam alto na imaginação fictícia. Já Almeida aparentava buscar a verossimilhança, demonstrando uma afeição à banalidade do real. Por isso, os diálogos

<sup>296</sup> CONY, Carlos Heitor. “Introdução”. In: REBELO, *op. cit.*, p. 10.

<sup>297</sup> *Idem*, p. 68.

<sup>298</sup> ALMEIDA *apud* REBELO, *ibidem*, p. 111.

transpõem toda aquela informalidade tão característica do cotidiano da vida do escritor, bem como das páginas da “Pacotilha”.

Sendo verossímil, porém, não abandona o recurso da ironia. Tome-se, por exemplo, quando escreve: “era a isto que naqueles *devotos* tempos se chamava correr a Via Sacra”<sup>299</sup>. O próprio ressaltado na palavra pluralizada “devotos” indica a visão que ele tinha dos tempos religiosos de outrora, uma devoção que não se fazia valer, na prática, por atos decentes. A frase aparece depois da descrição cínica que pouco antes mencionamos, quando tratávamos dos velhos criticando os moços que aprontavam nas procissões.

O mesmo acontece quando o narrador descreve o Vidigal: “a sua *justiça* era infalível; não havia apelação de sua sentença; fazia o que queria, e ninguém lhe tomava contas; exercia enfim uma espécie de inquisição policial”<sup>300</sup>. Essa “justiça”, palavra igualmente demarcada pelo narrador, acaba por fazer juízo negativo sobre a forma com que o Vidigal exerce suas funções. Se lembrarmos bem de quando descrevemos brevemente o *Correio Mercantil*, o jornal criticava as ações da lei que incutiam terror, naquele caso, sobre os liberais. Aqui, temos uma crítica ao estilo conservador de se fazer valer a lei: pela repressão violenta e nada justa de homens como o Vidigal.

Outro juízo faz Almeida quando, após contar a história de como o compadre barbeiro se arranhou na vida, comenta: “eis aqui como se explica o *arranhei-me* do compadre, e como se explicam muitos outros que vão aí pelo mundo”<sup>301</sup>. Almeida parece acreditar que muitas pessoas se davam bem por vias nada escusas, de forma que o barbeiro servia direitinho como modelo de falcatruas e atitudes de má fé existentes Brasil afora.

Igualmente escarnecida seria a esforçada comadre, que apesar de suas idas e vindas em prol do herói da trama, bem como de seu pai e outros personagens, acaba sendo referida por suas confusões bíblicas no comentário maldoso: “já se vê que a comadre era forte em história sagrada...”<sup>302</sup>. Não escapa, também, o pai do protagonista: “principalmente quando se tinha, como o Leonardo, uma vida tão *regular* e tão *lícita*”<sup>303</sup>. Desnecessário escrever mais sobre o quão *bem-quisto* era esse personagem para o narrador, se nos permite Almeida utilizarmos de seu recurso estilístico.

Momento de destaque merece, para nós, a passagem em que a esposa do “tomalargura” convida Leonardo, o protagonista, para um caldo:

<sup>299</sup> **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro, 11 de julho de 1852, p. 1.

<sup>300</sup> *Idem*, 25 de julho de 1852, p. 2.

<sup>301</sup> *Ibidem*, 1 de agosto de 1852, p. 2.

<sup>302</sup> *Ibidem*, 5 de dezembro de 1852, p. 1.

<sup>303</sup> *Ibidem*, 13 de março de 1853, p. 2.

Um dia o *toma-largura* tinha saído em serviço; ninguém esperava por ele tão cedo; eram 11 horas da manhã. O Leonardo, por um daqueles milhares de escaninhos que existem na ucharia, tinha ido ter à casa do *toma-largura*. Ninguém porém pense que foi para maus fins. Pelo contrário era para o fim muito louvável de levar à pobre moça uma tigela de caldo do que há pouco fora mandado a el-rei... obséquio de empregado da ucharia; não há aqui nada de censurável. Seria entretanto muito digno de censura que quem recebia tal obséquio não o procurasse pagar por um extremo de civilidade; a moça convidou pois ao Leonardo para ajudá-la a tomar o caldo; e que grosseiro seria ele se não aceitasse tão belo oferecimento? Aceitou.<sup>304</sup>

Percebe-se que Almeida está fazendo troça, desdenhando esses personagens e, por consequência, as pessoas do mundo real que inspiravam tais criaturas literárias. A forma como satiriza o ato escandaloso de um homem levar caldos a uma mulher casada e esta, em “um extremo de civilidade” nada civilizado convidá-lo a tomar junto com ela, desqualifica a ambos, rebaixando-as sob a ótica da moral almejada.

O humor presente na obra não só é delével, como funciona muito bem. É difícil não se divertir com as vinganças perpetradas por Leonardo ou com as tiradas fortes travadas em diálogos de contenda. Não obstante, precisamos observar que o riso não é algo bem encarado pelo compositor da obra: “o homem é o único animal que se ri, porque é o único animal que é tolo”<sup>305</sup>. Faz-se necessário, como escreveria Machado de Assis, “raspar a casca do riso para ver o que há dentro”<sup>306</sup>.

Observe-se que o riso, dentro do romance, muitas vezes servia de tormento contra o próximo. Quando Leonardo escapa de Vidigal, uma multidão ri-se do major com estrondo. Um indivíduo entoava um versinho: “*Passarinho foi-se embora/ Deixou-me as penas na mão*”<sup>307</sup>. Depois, quando a velha comadre vai implorar a ele que solte o afilhado, sem saber que este havia escapado, os granadeiros desatam a rir. Nem a velha consegue conter um riso, achando graça no caso. É a zombaria sobre a falha da segurança, o vexame que recai sobre a autoridade e a ordem.

Em seu ensaio sobre o riso<sup>308</sup>, publicado no *Correio Mercantil* em 1854, Almeida compara o sorriso, o riso e a gargalhada. Elogia o primeiro, como um sinal de beleza; demonstra certa desconfiança pelo segundo, por sua capacidade de variar e ser bonito em quem é belo e careta em quem é feio; já a gargalhada representava ao autor um aturdimento repulsivo. Enquanto o sorriso se mantinha, em partes, com o sorridente, o riso tinha como

<sup>304</sup> *Ibidem*, 3 de abril de 1853, p. 1.

<sup>305</sup> ALMEIDA, 1991, *op. cit.*, p. 27.

<sup>306</sup> ASSIS *apud* OTSUKA, *op. cit.*, p. 1.

<sup>307</sup> **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro, 27 de março de 1853, p. 1.

<sup>308</sup> ALMEIDA, 1991, *op. cit.*, p. 27 – 29. Publicado pela primeira vez no *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro, em 13 de agosto 1854.

característica “escapar”, nada deixando no risonho, o que podemos traduzir, nessa poética, como um arroubo de um momento de súbita emoção ou reação. “O riso parece muito expansivo e não é; basta dizer que tem quase uma só forma para todos os sentimentos; vemos um riso e podemos ficar na dúvida se foi de assentimento ou de escárnio”<sup>309</sup>. O riso poderia ser falso ou significar algo que não necessariamente fosse graça ou a consequência de uma reação positiva ao humor. Ora, se Almeida compreendia dessa maneira o riso, quase como um ato descabido por parte do ser humano, por que teria ele escrito sua obra com tantos traços de comicidade?

“O riso em muitos casos serve de verdadeira máscara!”, ressalta. Parece-nos ser exatamente o caso de sua obra mais célebre. Soa contraditório publicar um romance cujos capítulos evocam, como demonstramos, muitos aspectos negativos citados na “Pacotilha”, utilizando-os como mote para diversão. Os leitores que estivessem em contato somente com a versão em livro podem até tê-lo considerado bastante cômico, mas quem quer que tenha lido os capítulos de *Memórias de um sargento de milícias* junto às escrituras da seção de Carijó muito provavelmente notaria que o recurso humorístico utilizado por Almeida é muito mais fruto do sarcasmo que de um humor divertido.

Almeida poderia estar atingindo dois tipos de leitores: o sagaz e o oposto do sagaz. O primeiro era aquele que notaria a ironia estampada no retrato vergonhoso daquelas incivildades que permeiam a obra. O segundo rir-se-ia das tiradas e travessuras sem saber que o autor considerava o homem um animal tolo: “o ridículo daquilo que nos arranca uma gargalhada reverte um pouco sobre nós mesmos”.

Não parece crível que um homem esperasse risos e divertimento dessa obra, quando os elementos que a compunham feriam a noção de civilidade que ele partilhava com seus colegas; ainda menos, por ter esse autor tratado com louvores, tempos depois, uma obra como de a Lamartine (*História da Turquia*), enaltecendo sua candura: “depois de sua leitura, a alma sente-se melhor e mais propensa às crenças doces e santas, a amar o que é belo e justo. É um grande e proveitoso emprego do tempo a conversa com os livros de Lamartine”<sup>310</sup>. Pode-se dizer muito dos personagens das *Memórias*, menos que sejam belos e justos. O riso adequado às pessoas civilizadas não condescenderia com as atitudes reprováveis de Leonardo e companhia.

Darcy Damasceno, portanto, bem notaria em sua análise:

---

<sup>309</sup> *Ibidem*, p. 28.

<sup>310</sup> *Ibidem*, p. 43. A resenha de Almeida sobre o livro foi originalmente publicada no *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro, em 04/01/1855.

A publicação das *Memórias na Pacotilha do Correio Mercantil* feria duplamente o gosto literário do momento; primeiro opondo ao sentimental o humorístico; segundo, levantando contra a retórica a espontaneidade da linguagem afetiva.<sup>311</sup>

Como percebeu Manuel Antônio Major: “na apreciação das usanças do país o poeta [Almeida] toma de Scarron aquele sorriso satírico e mordaz que magoa e aflige”<sup>312</sup>. Edu Otsuka, por sua vez, escreve que os comentários acerca do romance sugeriam, para os contemporâneos do autor, que “a comicidade estaria mais próxima da sátira, apontando para a condenação tácita dos comportamentos, num procedimento assemelhado ao da crítica de costumes”<sup>313</sup>.

A Antonio Candido não passou batida essa percepção. Mencionando o padre Lopes Gama e o escritor Gama e Castro, Candido alega que se ocupavam de “análise política e moral por meio da sátira dos costumes e retratos de tipos característicos, dissolvendo-se a individualidade na categoria, como tende a fazer Manuel Antônio”<sup>314</sup>. Discordamos de Candido, porém, quando ele alega uma suposta neutralidade moral correspondente a neutralidade social do romance<sup>315</sup>. Não existe neutralidade nas *Memórias de um sargento de milícias*, pois igualmente não há qualquer neutralidade na “Pacotilha”, a qual a obra mimetiza escancaradamente. Esse engajamento mimético provavelmente perdeu sua evidência quando o romance alçou maiores voos entre leitores em seu formato livresco. Por isso Candido enxergava uma “atitude mais ampla de tolerância corrosiva” na escrita de Almeida, quando na verdade ele era imbuído de muita intolerância.

Mário de Andrade, ao pressupor que Almeida caçoava aristocraticamente das classes baixas, desprezando-as através do ridículo, equivocou-se ao acreditar que o autor estava isento de intenção moral<sup>316</sup>. Pelo contrário, a intenção moralizante é evidente ao ler-se a obra em conjunto com a “Pacotilha”, sendo o desprezo, o ridículo e o conseqüente riso advindo do estilo irônico as críticas palpáveis que Almeida promovia contra aqueles que o desagradavam, não por suas classes, mas por seu comportamento.

---

<sup>311</sup> DAMASCENO, *op. cit.*, p. 159.

<sup>312</sup> MAJOR *apud* OTSUKA, *op. cit.*, p. 9.

<sup>313</sup> OTSUKA, *op. cit.*, p. 10.

<sup>314</sup> CANDIDO, *op. cit.*, p. 125.

<sup>315</sup> *Ibidem*, p. 147.

<sup>316</sup> ANDRADE, *op. cit.*, p. 314.

## CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, procuramos demonstrar que havia um propósito civilizatório na obra *Memórias de um sargento de milícias*, cuja narrativa elencava elementos de sua sociedade – descritos na seção “Pacotilha” – para compor uma crítica aos maus costumes na capital do Império brasileiro de meados do XIX. Essas escolhas visavam a mimetizar o discurso pacotilheiro, que intencionava tornar o Brasil uma sociedade civilizada.

Buscamos elucidar o sentido da palavra *civilização*, bem como do verbo *civilizar*, no século XIX, para que o leitor pudesse compreender o contexto do que chamamos ideal civilizatório. Concluímos, depois de expor as relações entre “Pacotilha” e romance, que ao se utilizar dos alvos de críticas referidos constantemente na seção, bem como do estilo irônico recorrente, Almeida tecia um romance crítico contra a sociedade que o rodeava. Isso fica mais evidente quando se considera o caráter opinativo do narrador. Almeida, portanto, reproduzia o discurso do próprio Carijó, o que torna a leitura do romance no formato original um passo importante para entendermos que talvez as análises de cunho nacionalista ou marxista da obra tenham se precipitado ao vislumbrar nas *Memórias* a pretensão de retratar o povo brasileiro ou caracterizar a brasilidade.

Seguimos, em nosso trabalho, uma proximidade com a proposta de Hans Robert Jauss em *A história da literatura como provocação à teoria literária*, para o qual parece importante a relação entre literatura e sociedade<sup>317</sup>, onde tanto a historicidade de uma obra quanto sua característica estética devem ser exploradas pelo pesquisador que se ocupa da literatura. A nós, não importam somente aqueles elementos que vinculam a obra à sua história<sup>318</sup>, mas também os caracteres discursivos que compõem, através da estética coloquial e sarcástica escolhida por Almeida, um romance que tinha muito mais a dizer do que aquilo que se acha que foi dito. A literatura é mais que uma ilustração da história, o que aparentemente alguns críticos não perceberam sobre *Memórias de um sargento de milícias*, estabelecendo que o romance fora, pura e simplesmente, um satisfatório retrato social de uma época. Escreve Jauss:

A relação entre literatura e leitor possui implicações tanto estéticas quanto históricas. A implicação estética reside no fato de já a recepção primária de uma obra pelo leitor encerrar uma avaliação de seu valor estético, pela comparação com outras obras já lidas. A implicação histórica manifesta-se na possibilidade de, numa

---

<sup>317</sup> JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. São Paulo: Ática, 1994. p. 16.

<sup>318</sup> *Idem*, p. 20.

cadeia de recepções, a compreensão dos primeiros leitores ter continuidade e enriquecer-se de geração em geração.<sup>319</sup>

Ao discutirmos com a fortuna crítica das *Memórias*, discordando em grande parte dela, acabamos nos desvinculando de certa tradição de análise que tendeu a ver nas *Memórias* o referido panorama social, uma pretensiosa ideia de brasilidade, ignorando – ou talvez não percebendo, em vista das leituras possíveis no tempo em que cada qual compôs seu trabalho – a mais provável leitura que os primeiros leitores tiveram do romance, atrelada inextricavelmente às publicações da “Pacotilha”.

Buscamos, para demonstrar nossa ideia central, evidenciar os prováveis horizontes dos leitores que tiveram contato com a publicação original, o contraste da obra em relação aos gêneros que lhe eram comuns, a oposição do coloquial do romance ao formal (costumeiro) romântico, elencando um “sistema de referências que se pode construir em função das expectativas”<sup>320</sup>, tanto de quem lia quanto de quem publicava o romance e as notícias na “Pacotilha”.

Um ponto de vista que nos ajudou a analisar as *Memórias de um sargento de milícias* foi o que propôs Cecília de Lara, no tocante a uma comparação entre o romance e a seção “Pacotilha”, encontrando o que ela chama de “paralelismo absoluto”<sup>321</sup>. Não obstante, este trabalho diferenciou-se e distanciou-se à medida que criamos outra problemática. Importou-nos, primeiramente, entender de que forma o romance de Almeida mimetizava a seção em que era publicada. Estivemos no âmbito do discurso, construído na “Pacotilha” a partir de um ideal liberal. Não se entende, aqui, a obra como uma representante da realidade, mas sim a mimese de um discurso que partia do universo cultural e político dos redatores da seção e do romance, que acabava por tocar igualmente o universo dos leitores correspondentes. Não se trata de mimese do real, mas da mimese de um discurso sobre uma realidade, marcada pelo espaço-tempo do Rio de Janeiro de meados do XIX.

Cecília de Lara propunha captar, em sua análise, “a realidade histórica e social do momento”<sup>322</sup>, algo que nos parece difícil. No romance, Almeida visitou temas e contextos da época em que escrevia, traçando um interessante panorama do que era o grupo branco de classe média que retratava. Nem mesmo analisando a inteireza da “Pacotilha” – por certo, mais abrangente que o romance – conseguiríamos abranger todos os elementos dessa “realidade” pretendida. Talvez nossa crítica possa ser menos dura se levarmos em conta que

---

<sup>319</sup> *Ibidem*, p. 23.

<sup>320</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>321</sup> LARA, *op. cit.*, p. 69.

<sup>322</sup> *Idem*, p. 61.

Lara parece considerar essa realidade o mero contexto social que oferecia material para a narrativa.

De fato, conforme Almeida redigia, elementos de sua obra eram encontrados nas publicações da seção, ou melhor, elementos da segunda eram encontrados na primeira. Era parte da experiência dos leitores estabelecer relações entre o que era publicado na “Pacotilha” e o que eles acompanhavam, em forma ficcional, nos capítulos do romance. Almeida é chamado por Lara de “observador participante”<sup>323</sup>, mas não acreditamos que ele o fosse apenas por estabelecer paralelos, mas principalmente por se utilizar deles para propagandear sua crítica aos maus costumes, na prosa debochada das *Memórias*. Ao escrever, fazia o oposto do que Cecília de Lara afirma; se ela entendeu que ele não ultrapassava uma mera “censura aos pequenos vícios pessoais”<sup>324</sup>, tentamos demonstrar que ele ia muito além da censura. Seu humor era deboche, e considerando que todo deboche inferioriza e menospreza uma condição, era também denúncia, na esteira sarcástica de seus parceiros de “Pacotilha”.

As *Memórias de um sargento de milícias* foram compostas em uma construção político-ideológica que partia de uma observação da capital do Brasil de então, bem como de correspondências com seus leitores. Discordamos, porém, de visões como a de José Veríssimo, que supunha ter encontrado, no romance de Almeida, o tipo brasileiro que procurava<sup>325</sup>. Considerando a obra realista por ela contar, em suas palavras, “fatos reais”, de mostrar coisas verdadeiras<sup>326</sup>, Veríssimo afirmava não ter conhecido “quem no romance brasileiro tenha revelado tão singular talento em descrever, se não criar tipos, tão nacionais e tão vivos”<sup>327</sup>. Parece exagero acreditar que as *Memórias* tivessem tanto poder assim, a ponto de recriar, com os personagens genéricos e grupos sociais limitados, essa pretensa brasilidade.

Como afirmamos, as *Memórias* não são uma “feição tão profundamente brasileira”<sup>328</sup>, mas um recorte seletivo feito por Almeida de elementos que recheavam a “Pacotilha”. Os personagens das *Memórias* jamais poderiam representar “o brasileiro”, posto que o Brasil era bem maior e mais heterogêneo que apenas o Rio de Janeiro oitocentista. Nem mesmo Almeida ousou ser “o brasileiro”. Na primeira publicação em livro do romance, substituiu o artigo definido “o” pelo indefinido e nada presunçoso “um”.

Parece-nos mais atraente a assertiva de Mário de Andrade de que o romance buscava fixar costumes, embora não acreditemos que a obra se limitasse a fixá-los. À medida que

---

<sup>323</sup> *Ibidem*, p. 78.

<sup>324</sup> *Ibidem*, p. 79.

<sup>325</sup> VERÍSSIMO, *op. cit.*, p. 292.

<sup>326</sup> *Idem*, p. 297.

<sup>327</sup> *Ibidem*, p. 298.

<sup>328</sup> *Ibidem*, p. 302.

Almeida elencava elementos da “Pacotilha” para compor sua trama, não se utilizava daquilo que era duramente criticado por Carijó e cia. como mera ilustração, mas como auxiliares, na tentativa de corrigir costumes. As *Memórias* serviam como um complemento literário aos intentos da “Pacotilha” de civilizar a capital do Império, civilização que lhes significava bom comportamento e prática de costumes adequados e polidos. *Memórias de um sargento de milícias* era um romance moralizador, embora essa intenção só possa ser percebida à luz de uma leitura no suporte original.

Discordar da ideia de que as *Memórias* não representam, não simbolizam e não caracterizam o brasileiro nos leva, portanto, a discordar também da *Dialética da malandragem*. Concordamos com Candido quando ele afirma que não seria adequado classificar o romance como documentário, pois apesar de elencar elementos vivos no Rio de Janeiro dos “tempos do rei”, “o panorama que ele traça não é amplo”, a ação fica reduzida a um grupo específico e pouco variado de “gente livre e modesta”<sup>329</sup>. O negro fora praticamente ocultado, as camadas dirigentes sequer apareceram. Como ele afirma, “nunca parece que o autor nos esteja informando ou desviando a nossa atenção para um traço da sociedade”<sup>330</sup>. Nosso trabalho tentou demonstrar que, embora Almeida parecesse desprezioso ao retratar essa sociedade onde o sofrimento, se existe, é corriqueiro e de fácil resolução, em verdade pretendia imputar sua crítica negativa, envolta por notícias e denúncias da “Pacotilha”.

Quando Candido começa a traçar sua ideia de que as *Memórias* comportariam um estrato universalizador que sintetizava o brasileiro, parece-nos que as intenções ideológicas e marxistas do autor prevalecem e conduzem ao equívoco, o que nos leva a seguir um caminho diferente do seu. Para Candido os personagens vivem em idas e vindas pelos âmbitos da ordem e da desordem, e sua conclusão é:

O cunho especial do livro consiste em certa ausência de juízo moral e na aceitação risonha do ‘homem como ele é’, mistura de cinismo e bonomia que mostra ao leitor uma relativa equivalência entre o universo da ordem e da desordem; entre o que se poderia chamar convencionalmente o bem e o mal.<sup>331</sup>

O universo da obra soa, para ele, “liberto do peso do erro e do pecado”, sem culpa e sem repressão, e por alguns atos louváveis, os personagens não merecem repreensão<sup>332</sup>. Pois aos olhos da “Pacotilha” eles mereciam, sim, o que nos leva a afirmar que também aos olhos de Manuel Antônio de Almeida.

<sup>329</sup> CANDIDO, *op. cit.*, p. 126 – 127.

<sup>330</sup> *Idem*, p. 129.

<sup>331</sup> *Ibidem*, p. 134.

<sup>332</sup> *Ibidem*, p. 142.

Candido ainda afirma que o leitor, diante do nivelamento dos dois âmbitos, seria incapaz de julgar, posto que o escritor removera “a escala necessária para isto”<sup>333</sup>. Ora, seria o leitor tão ingênuo ou incapaz, a ponto de não identificar nos capítulos do romance traços paralelos, semelhantes àqueles com que a “Pacotilha” circundava a publicação episódica? E identificando esse paralelismo, seria o leitor imparcial o suficiente para se dissuadir ou se distanciar moralmente daqueles elementos que eram tratados como reprováveis, somente pelo fato de que, agora, estava lendo as mesmas coisas em formato literário?

Agrada-nos o argumento de Jefferson Cano, de que “o conjunto da experiência do sujeito é mobilizado tanto em uma situação quanto em outra para a construção dos significados”<sup>334</sup>. Ora, se o sujeito é capaz, como o autor sugere, de trazer consigo experiências de leituras anteriores e construir significados acerca do que lê, tanto mais o traria um leitor da “Pacotilha” que se deparasse, na mesma edição, com um romance marcado por seus mesmos elementos. Logo, a ideia uma “neutralidade moral” por parte do romance<sup>335</sup> parece-nos completamente inaceitável.

Igualmente deslumbrado com a possibilidade de que as *Memórias* traçavam um panorama brasileiro, assim como a construção de uma análise da obra como observadora do tipo brasileiro, fora Roberto Schwarz. O autor considera que a forma sintetiza profundamente o movimento histórico, o que conduz a uma consideração mais profunda da realidade. Nas *Memórias*, Schwarz concorda com a leitura de Candido, onde há a “imitação de uma estrutura histórica por uma estrutura literária”<sup>336</sup>. Essa estrutura suportaria um dinamismo de alcance nacional<sup>337</sup> – de que já afirmamos discordar, levando-se em conta que a visão da obra não diz respeito a todo o Brasil, mas somente ao Rio de Janeiro (do tempo joanino e do tempo de Almeida), que também não aparece como um todo.

Schwarz percebia as intenções de Candido de estipular a ordem e a desordem como o modo de ser do brasileiro<sup>338</sup>, construção analítica que achou digna de se “tirar o chapéu”<sup>339</sup>. No entanto, não nos é crível, no caso das *Memórias de um sargento de milícias*, entender “o romance sobre fundo real e a realidade sobre fundo de romance”<sup>340</sup>. O que parece crível é entender a construção discursiva que parte de outra construção discursiva, ou seja,

---

<sup>333</sup> *Ibidem*, p. 135.

<sup>334</sup> CANO, *op. cit.*, 2013, p. 55.

<sup>335</sup> CANDIDO, *op. cit.*, p. 148.

<sup>336</sup> SCHWARZ, Roberto. “As ideias fora do lugar”. In: **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1992. p. 135.

<sup>337</sup> *Idem*, p. 138.

<sup>338</sup> *Ibidem*, p. 150.

<sup>339</sup> *Ibidem*, p. 154.

<sup>340</sup> *Ibidem*, p. 140.

compreender as *Memórias* partindo da “Pacotilha”. A realidade parece-nos grande demais para ser sintetizada por apenas um romance, quiçá até por toda a miríade de romances existentes.

Por fim, apontamos também nossas discordâncias acerca do trabalho de Edu Otsuka. Em suas “Considerações finais”, o autor atesta que para melhor compreender a dialética de ordem e desordem de Antonio Candido, “é preciso observá-la no quadro específico do antagonismo de classes, que apresenta peculiaridades na sociedade brasileira escravista”<sup>341</sup>. Existiria, em sua opinião um aprofundamento da malandragem, que deixa de ser mera estratégia de sobrevivência do pobre para se tornar reprodutora da lógica dessa sociedade, um “sistema de relações que impõe condições desfavoráveis” aos empobrecidos.

Otsuka busca, na desigualdade social, a razão de ser das rixas encontradas na sociedade brasileira, tanto no século XIX (que ele identifica nas *Memórias*), quanto na atualidade. Mencionando Candido, Lúcia Miguel Pereira, Sérgio Buarque de Holanda e Augusto Meyer, bem como suas contribuições críticas, Otsuka escreve:

De diferentes maneiras, essas considerações críticas abordam problemas que gravitam em torno de uma questão fundamental: o desajuste entre as condições da sociedade brasileira e as formas (literárias, culturais, políticas, jurídicas etc.) moldadas nos países avançados. Com variados graus de autoconsciência e de autocrítica em diferentes momentos históricos, o pensamento brasileiro é constantemente atravessado pelas dificuldades suscitadas por esse descompasso constitutivo. De modo geral, o efeito mais comum talvez seja o sentimento de inferioridade, mas por vezes as inferioridades aparecem também (compensatoriamente) como vantagem, sobretudo nos momentos de euforia nacionalista.<sup>342</sup>

Essa visão econômica acaba indo na contracorrente de nossa tese, à medida que Otsuka indica que essa supressão da inferioridade engendrada pela malandragem seja um resultado da “evolução da economia moderna”, um desdobramento do capitalismo no Brasil, o que teria feito com que a obra de Almeida se afastasse da ideia conservadora de que “a vida dos pobres é entendida como reduto da anticivilização”<sup>343</sup>. O que buscamos evidenciar é que Almeida tentou corroborar a ideia de que havia uma tendência oposta à civilização no interior das classes inferiores, distanciando-se da visão econômica, preocupado muito mais com a noção de moral e costumes. Não parecia ser da intenção de Almeida uma narrativa de tal maneira marxista, mas uma intenção mais condizente com aquele momento histórico

---

<sup>341</sup> OTSUKA, *op. cit.*, p. 126.

<sup>342</sup> *Idem*, p. 131.

<sup>343</sup> *Ibidem*, p. 129.

brasileiro, com as tendências da imprensa nacional oitocentista e as discussões acaloradas que tomavam o palco político e social de então.

Portanto, demovida das páginas da “Pacotilha” e encadernada em forma de livro, a obra aparentemente perde seu caráter discursivo crítico, sua tez moralizante, dando espaço para tantas análises literárias que enxergaram nas *Memórias de um sargento de milícias* apenas um esforço intenso de representar o Brasil de tempos idos.

Pode-se concluir que o leitor que teve acesso ao romance em folhetim não teve a mesma experiência de leitura que tiveram os leitores posteriores, que leram a obra em formato de livro. Se neste último as *Memórias* serviram ao riso divertido e às análises nacionalistas que tenderam a enxergá-las como descrição ou mimetização do “ser brasileiro”, a leitura atenta do romance no folhetim oferecia outra chave de leitura: a do leitor da seção pacotilheira do *Correio Mercantil*, conhecedor dos problemas de costumes da capital, da luta do redator Carijó contra eles e, portanto, da sátira crítica que o romance concebe ao criar um universo cujos personagens ganhavam vida diretamente das colunas circundantes da seção semanal. O que Carijó denunciava, Almeida tornava ficção. Os costumes mudaram? Uns sim, outros não. Sabemos que a pretendida civilização ainda não foi alcançada. Serve de consolo, senão de *arranjei-me*, o fato de termos, até hoje, esse romance tão prenhe de possibilidades: *Memórias de um sargento de milícias*.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes

**Correio Mercantil.** Rio de Janeiro, 1848 – 1868.

ALMEIDA, Manuel Antônio de. **Memórias de um sargento de milícias.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

ALMEIDA, Manuel Antônio de. **Obra dispersa.** Rio de Janeiro: Graphia, 1991.

ANDRADE, Mário de. “Introdução”. *In:* M. A. de Almeida. **Memórias de um sargento de milícias.** Ed. Cecília de Lara. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1978. p. 303-315.

BLUTEAU, Rafael; SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza. Tomo II.** Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

CANDIDO, Antônio. “Dialética da malandragem: caracterização das *Memórias de um sargento de milícias*”. *In:* **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, nº 8, São Paulo: USP, 1970. p. 115 – 148.

CANO, Jefferson. “A política da lusofobia: partidos e identidades políticas no Rio de Janeiro (1848-1849)”. *In:* **Locus.** Juiz de Fora, v. 24, 2007. p. 63 – 91.

CANO, Jefferson. “Mistérios do Rio de Janeiro: em torno das *Memórias de um sargento de milícias* e seu público”. *In:* **Revista Antíteses**, v. 6, nº 11, 2013. p. 53 – 75.

DAMASCENO, Darcy. “Afetividade linguística nas *Memórias de um sargento de milícias*”. *In:* **Revista Brasileira de Filologia**, vol. 2, tomo II, Rio de Janeiro, 1956. p. 155 – 177.

GONZÁLEZ, Mario M. **A saga do anti-herói.** São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

JAROUCHE, Mustafa Mamede. “Galhofas sem melancolia: as *Memórias* num mundo de luzias e saquaremas”. In: **Memórias de um sargento de milícias**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000. p. 13-59.

JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. São Paulo: Ática, 1994.

JÚNIOR, João Feres; JASMIN, Marcelo. **História dos conceitos: diálogos transatlânticos**. Rio de Janeiro: Editora PUC-RJ: Editora Loyola, 2007.

JÚNIOR, João Feres (Org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

LARA, Cecília de. “Memórias de um sargento de milícias: memórias de um repórter do Correio Mercantil?”. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, nº 21, São Paulo: USP, 1980. p. 59–84.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

MEYER, Merlyse. **Folhetim: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

OTSUKA, Edu Teruki. **Era no tempo do rei: A dimensão sombria da malandragem e a atualidade das *Memórias de um sargento de milícias***. São Paulo: USP, 2005. Tese (doutorado em letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

REBELO, Marques. **Vida e obra de Manuel Antônio de Almeida**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

SCHWARZ, Roberto. “As ideias fora do lugar”. In: **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza. Tomos I e II.** Lisboa: Imprensa Régia, 1831.

SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza. Volume I.** Rio de Janeiro: Editora Empresa Literária Fluminense, 1890.

VERÍSSIMO, José. “Um velho romance brasileiro”. *In*: M. A. de Almeida. **Memórias de um sargento de milícias.** Ed. Cecília de Lara. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1978. p. 291–302.

VITORINO, Artur José Renda. “Derrapagem do *take-off*: cercamento à brasileira na capital do Império Brasileiro”. *In*: **Anos 90.** Porto Alegre: UFRGS, v. 17, 2010, p. 291.

VITORINO, Artur José Renda. “Mercado de trabalho e conflitos étnicos em meio à escravidão: portugueses e africanos no Rio de Janeiro, 1850 – 1870.” *In*: **Caderno Arquivo Edgar Leuenroth.** Campinas: UNICAMP, v. 15, 1994. p. 15 – 57.